

A Secretaria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (Parlasul) preparou um resumo das notícias sobre a Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, realizada em dezembro de 2012, em Brasília. Acompanha a ATA de Reunião do C.M.C . e as principais decisões firmadas.

Cúpula de Presidentes Mercosul

Notícias, Documentos e
Resultados

Sumário

CLIPPING ESPECIAL	6
DIA 03/12/12	7
BRASIL	7
AGÊNCIA BRASIL	7
Internacional.....	7
Semana em Brasília será dedicada ao Mercosul	7
Internacional.....	7
Suspensão, Paraguai é tema constante nas discussões do Mercosul	7
Internacional.....	8
Criação de área de livre comércio é uma das metas do Mercosul	8
VALOR ECONÔMICO	8
Brasil	8
Negócios na Bolívia, que deseja o Mercosul	8
Brasil	10
Mercosul discute adesões de Bolívia e Equador	10
Brasil	10
Acordo vai facilitar movimentação de trabalhadores no Mercosul	10
PARAGUAI	11
ABC	11
Política	11
Denuncian la violación de Tratado del Mercosur	11
DIA 04/12/12	12
CORREIO BRAZILIENSE	12
Injustiça e exclusão ainda são marcas nos países do Mercosul, diz Carvalho	12
O ESTADO DE SÃO PAULO	12
Economia	13
Acordo Mercosul-UE entra em 'hibernação'	13
Internacional.....	13
VALOR ECONÔMICO	13
Brasil	14
União Europeia cobra troca de ofertas de liberalização comercial com o Mercosul	14
AGÊNCIA BRASIL	14
Internacional.....	14

Cúpula Social do Mercosul abre semana dedicada ao bloco regional	14
Cidadania	15
Países do Mercosul discutem políticas de igualdade de gênero	15
Nacional	16
Empresários do Mercosul se reúnem em Brasília durante cúpula dos presidentes	16
DIA 05/12/12	16
BRASIL	16
O ESTADO DE SÃO PAULO	16
Internacional	17
Bolívia e Equador buscam ingresso pleno no Mercosul	17
AGÊNCIA BRASIL	17
Internacional	17
Mercosul deverá manter suspensão do Paraguai	17
Internacional	18
Correa e Morales virão a Brasília para negociar adesão do Equador e da Bolívia ao Mercosul	18
CORREIO BRAZILIENSE	19
Opinião	19
Mais e melhor integração	19
DIA 06/12/12	20
BRASIL	20
O ESTADO DE S. PAULO	20
Internacional	20
Chávez será o grande ausente do Mercosul	20
AGÊNCIA BRASIL	21
Economia	21
Chanceleres, ministros e presidentes de bancos centrais do Mercosul reúnem-se em Brasília	21
Educação	21
Jovens defendem educação de qualidade nos países do Mercosul	21
Mercosul terá programa de mobilidade estudantil semelhante ao Ciência sem Fronteiras	22
Nacional	23
Participantes da Cúpula Social do Mercosul propõem a criação do Focem Social	23

Suspensão do Paraguai do Mercosul deve ser mantida, sinaliza subsecretário	23
Livre circulação de pessoas entre países do Mercosul é tema do encontro em Brasília	24
Mulheres do Mercosul pedem ampliação de direitos das domésticas	25
ARGENTINA	26
TÉLAM	26
Política	26
Para Brasil, "no hay incompatibilidad entre estar en la CAN y el Mercosur a la vez"	26
Política	26
Aprestan al ingreso de Bolivia y Ecuador, en ausencia de Paraguay	26
LARED21	27
POLÍTICA	27
Mercosur: Mujica viaja a Brasilia y Uruguay asume la presidencia temporal	27
DIA 07/12/12	28
O ESTADO DE SÃO PAULO	28
Nacional	28
Governo promulga protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul	28
Internacional	28
Bloco espera por pedido de adesão de Equador e Bolívia	28
O GLOBO	29
Economia	29
Ministro da Energia representa Venezuela em cúpula do Mercosul	29
Líderes do Mercosul se reúnem em Brasília para discutir adesões	29
AGÊNCIA BRASIL	30
Cúpula do Mercosul	30
Venezuela vai adotar 30% das normativas do Mercosul até o primeiro trimestre de 2013	30
Internacional	31
Integração plena da Venezuela no Mercosul ocorrerá até abril de 2013 31	
ARGENTINA	26
LA NACIÓN	31
Política	31
Un viaje a Brasil para reflatar el Mercosur	31
TÉLAM	32

Economía	32
La balanza comercial exterior del Mercosur subió 54% en cinco años...	32
LA RED 21	33
Política	33
Mujica planteará unificar las políticas fiscales y monetarias del MERCOSUR	33
EL OBSERVADOR	34
Nacional	34
Mujica pretende "sacudir" al Mercosur durante su presidencia	34
DIA 10/12/12	35
O ESTADO DE SÃO PAULO	35
Opinião	35
Atrofia e inchaço no Mercosul	35
Internacional	36
Bolívia firma protocolo de adesão e dá passo crucial para entrar no Mercosul	36
VALOR ECONÔMICO	37
Brasil	37
As "chances" da Europa e Mercosul	37
Barreiras argentinas e PIB do Brasil preocupam Mercosul	38
Para líderes do Mercosul referendo não altera disputa pelas Malvinas ...	39
Internacional	40
Paraguai questiona decisão que mantém país suspenso do Mercosul	40
Mundo	40
Aguardamos normalidade democrática no Paraguai, diz Dilma	40
Economia	40
Preocupação com a crise externa marca encontro de cúpula do Mercosul	40
Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul é aprovado	41
AGÊNCIA BRASIL	42
Economia	42
Países do Mercosul querem ampliar uso de energia renovável	42
Nacional	42
Representantes dos países do Mercosul pedem mais integração no setor agrícola	42
Internacional	43

Para o Brasil, questionamentos do Paraguai às decisões do Mercosul não alteram processo	43
Especialista diz que Venezuela terá dificuldade para ser membro pleno do Mercosul.....	44
Comunicado do Mercosul expressa interesse em parcerias com União Europeia e China	45
Mercosul: documento final destaca adesão da Bolívia, desafios e homenagem a Niemeyer	45
Presidente do Equador diz que ainda não há decisão sobre entrada no Mercosul.....	46
Dilma diz que Mercosul está sob o “signo da inclusão”	47
Mercosul terá incentivo à concessão de bolsas de estudo e a pequenos empreendedores	47
CLARÍN	48
Política.....	48
Brasil cambió sorpresivamente su embajador en la Argentina.....	48
Proponen crear multinacionales del Mercosur y un centro de arbitraje regional	49
Empresarios abordan formas de participación en los procesos de integración regional	50
LARED21	50
POLÍTICA	50
Mujica y Rousseff plantearán que Europa disminuya su proteccionismo agrícola que tanto afecta al MERCOSUR.....	50
ATA de Reunião do Conselho de Mercado Comum (C.M.C).....	53
Decisões do CONSELHO DO MERCADO COMUM	73

CLIPPING ESPECIAL
CÚPULA DO MERCOSUL

DEZEMBRO/2012

REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL – DEZEMBRO 2012

DIA 03/12/12

BRASIL

AGÊNCIA BRASIL

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Internacional

Semana em Brasília será dedicada ao Mercosul

Renata Giraldi

Brasília – A quatro dias da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, começa hoje (3) uma série de discussões técnicas referentes à 44ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, no Palácio Itamaraty. No dia 5, estão programados foros do Grupo Mercado Comum. No dia 6, ocorre a reunião de chanceleres e ministros da Economia. No dia 7, termina a cúpula dos presidentes, com debates sobre o ingresso da Bolívia e do Equador ao bloco e incentivos às parcerias com os empresários da região.

A presidenta Dilma Rousseff comanda as reuniões nas quais participam também os presidentes Cristina Kirchner (Argentina), José Pepe Mujica (Uruguai) e Hugo Chávez (Venezuela). O único ausente será o presidente do Paraguai, Federico Franco. Desde junho, o Paraguai está suspenso do Mercosul, pois os líderes do bloco discordaram da maneira como ocorreu a destituição do então presidente paraguaio Fernando Lugo do poder.

Das reuniões que ocorrerão ao longo desta semana também participarão integrantes dos países associados Equador, Bolívia, Chile e Peru, assim como estão convidados representantes da Guiana e do Suriname.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) faz previsões positivas para o crescimento econômico dos países que compõem o Mercosul. A previsão de crescimento no Paraguai é 11%, no Brasil e no Uruguai, 4%, na Venezuela, 3,3%, e na Argentina, 3,1%.

De 2007 a 2011, as exportações interregionais aumentaram 58,44%, e o intercâmbio comercial do bloco com o mundo aumentou 53,82%. O Mercosul é considerado uma potência agrícola, por ser o maior exportador líquido mundial de açúcar e o maior produtor e exportador mundial de soja.

Desde 2007, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) aprovou 40 projetos em diversas áreas, totalizando US\$ 1,2 bilhão. O maior projeto apresentado ao fundo foi a criação da linha de transmissão elétrica Brasil-Paraguai, calculada em US\$ 555 milhões.

Em 31 de julho deste ano, foi formalizada a adesão da Venezuela ao Mercosul. Com a entrada da Venezuela, o bloco corresponde a 72% do território da América do Sul – aproximadamente três vezes a área da União Europeia. Com os venezuelanos, o Mercosul passa a contar com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 3,32 trilhões. A população alcança 275 milhões de habitantes.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-03/semana-em-brasilia-sera-dedicada-ao-mercosul>

Internacional

Suspenso, Paraguai é tema constante nas discussões do Mercosul

02/12/2012 - 11h17

Renata Giraldi

Brasília – Suspenso há seis meses do Mercosul, o Paraguai foi excluído das últimas discussões do bloco, mas é tema de todos os debates. Os paraguaios negociam a revogação da

suspensão, cujo término previsto é 21 de abril de 2013 quando estão previstas as eleições presidenciais no país. Porém, para a maioria dos integrantes do bloco não há elementos novos que permitam o fim da suspensão e a reintegração do Paraguai no bloco.

Presidentes e ministros das Relações Exteriores reiteram que o Mercosul tem um compromisso democrático que impõe a plena vigência das instituições. A afirmação é uma cobrança direta às autoridades do Paraguai.

Para os líderes do bloco, a destituição do presidente Fernando Lugo, em 22 de junho, quando foi submetido a um processo de impeachment, que durou menos de 24 horas, não respeitou os direitos de defesa nem as instituições democráticas. Os líderes disseram que houve o rompimento da ordem democrática.

O novo presidente do Paraguai, Federico Franco, negou irregularidades no processo e disse que as instituições democráticas no país são respeitadas e funcionam plenamente. Franco faz campanha para tentar revogar a suspensão em reuniões com empresários brasileiros e conversas com a comunidade brasileira.

Paralelamente, os líderes políticos do Mercosul dizem que a suspensão não pode afetar a população paraguaia, o que proíbe sanções e restrições. No entanto, a suspensão do país causa temor entre os paraguaios sobre possíveis consequências a médio e longo prazo.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-02/suspensao-paraguai-e-tema-constante-nas-discussoes-do-mercosul>

Internacional

Criação de área de livre comércio é uma das metas do Mercosul

02/12/2012 - 11h05

Renata Giraldi

Brasília – Os negociadores do Mercosul querem avançar nas articulações para colocar em prática uma área de livre comércio na América do Sul até 2019. As duas exceções são Guiana e Suriname. O assunto foi tema durante a Conferência Industrial Argentina para empresários brasileiros e argentinos na semana passada. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, disse que os estudos estão avançados, pois com o Chile, por exemplo, o Brasil já tem 98% de livre comércio. As articulações também caminham de forma progressiva, de acordo com ele, com o Peru e a Venezuela.

Durante as reuniões do Mercosul, nesta semana, também devem ser mencionadas as relações do bloco com a China, os Estados Unidos e com a União Europeia. Os chineses são atualmente os principais parceiros comerciais de todos os países do Mercosul e ganham cada vez mais espaço. Para Patriota, uma das alternativas é diversificar a pauta de produtos com os chineses.

O Mercosul, incluindo a Venezuela, reúne 270 milhões de habitantes, o equivalente a 70% da população da América do Sul, cujo Produto Interno Bruto (PIB) é US\$ 3,3 trilhões, aproximadamente 83,2% do PIB sul-americano, em um território de 12,7 milhões de quilômetros quadrados ou 72% da região.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-02/criacao-de-area-de-livre-comercio-e-uma-das-metas-do-mercosul>

VALOR ECONÔMICO

<http://www.valor.com.br/>

Brasil

Negócios na Bolívia, que deseja o Mercosul

Por Sergio Leo

As negociações para entrada da Bolívia no Mercosul, a serem iniciadas oficialmente com a reunião do bloco, nesta semana, começam em um momento dos mais delicados da relação do país andino com o Brasil. Enquanto avança a cooperação bilateral no combate às drogas e aos

crimes transfronteiriços, brasileiros no país cobram apoio de Brasília para defender os interesses de empresas prejudicadas nos negócios, de cidadãos vitimados por um Judiciário kafkiano, de produtores rurais com terrenos invadidos sem amparo da polícia e Justiça locais e dos donos de carros, que tiveram seus carros roubados e recuperados, mas não devolvidos até hoje.

O governo Evo Morales tem pressa para entrar no Mercosul, onde espera encontrar apoio econômico, e está às voltas com um escândalo político, do tipo que de vez em quando assola países da região. Altos funcionários do governo foram presos após o desbaratamento de um esquema que incluía extorsão contra opositores presos, ameaças a juizes e documentos forjados para prisão e soltura de indivíduos.

A quadrilha foi desmascarada com intervenção do FBI, a polícia federal dos EUA, com quem o governo boliviano passou a cooperar, após gestões do governo americano e até um pedido pessoal ao presidente Evo Morales do ator Sean Penn, amigo de uma vítima dos bandidos.

A prisão da quadrilha foi provocado pelo caso dantesco de um americano preso há 18 meses "preventivamente", que teve seus bens apreendidos e vendidos pelos bandidos, aproveitando a máquina de governo. Nada parecido ocorreu com cidadãos do Brasil lá, mas estudantes brasileiros se queixam de achaques da polícia, que lhes cobra documentos, cuja entrega é inexplicavelmente retardada pela burocracia boliviana.

O mesmo retardo ocorre com papéis de regularização de terras, expondo fazendeiros a ações arbitrárias. Também sem explicação está o atraso na devolução de centenas de automóveis brasileiros roubados e apreendidos em território boliviano, onde apodrecem sem liberação.

É séria a situação de empresas brasileiras atraídas à Bolívia por negociações com o governo ou empresários locais. Caso notável é o da D'Andrea Agrimport, empresa contratada para fornecer máquinas e montar uma fábrica de papel estatal. O governo boliviano deveria garantir as obras de engenharia e fornecimento de gás, água e eletricidade - serviços contratados (e não entregues até hoje) a uma empresa boliviana dirigida pelo irmão de um bem conectado vice-ministro de governo.

O diretor da empresa brasileira teve o contrato rescindido por acusação de descumprimento de prazos, autoridades bolivianas o acusam - sem provas - nos jornais de entregar máquinas velhas, teve rejeitadas (por pressão do governo, segundo alega) suas tentativas de recorrer a arbitragem e só na sexta-feira, quase um ano depois de iniciado o caso, permitiu-se que fosse ouvido no processo.

O risco de intervenções indevidas sobre árbitros em disputa judicial também paira sobre a OAS, que, ameaçada de multas questionáveis, prepara sua retirada do país, após ver atoladas, em conflitos políticos, obras de estradas contratadas pelo governo boliviano.

Há um ano, a Votorantim tenta viabilizar o maior investimento privado previsto no país, uma fábrica de cimento, de US\$ 180 milhões, já aprovada pelo governo boliviano, que não dá, porém, as necessárias garantias de fornecimento de gás. Autoridades locais alegam falta de estudos para comprovar que não haverá ameaça ao contrato de fornecimento de gás ao Brasil ou ao ambiente.

A empresa já encaminhou essas garantias à diplomacia boliviana, mas o fato de que os sócios da brasileira são empresários afastados do grupo alinhado com o governo é apontado por conhecedores do caso como um dos possíveis motivos das dificuldades.

Nem todas as histórias têm o Brasil como vítima e a Bolívia no papel de vilão. Com a greve nas aduanas brasileiras, uma operação de fabricação de cimento da fábrica da Votorantim no Mato Grosso, com uso de matéria-prima dos sócios bolivianos, sofre com retenções arbitrárias dos fiscais no Brasil, que chegam a levar dias para liberar caminhões, que antes transitavam diariamente, por mais de uma vez, pela fronteira. Falta cimento na Bolívia, e o Brasil tem parte de culpa nisso. Assim como os produtores de soja se queixam de que o Ministério da Agricultura levou um ano para liberar os papéis necessários à venda, no mercado do Brasil, do grão excedente boliviano.

Os bolivianos queixam-se, ainda, do atraso no repasse de cerca de US\$ 700 milhões prometidos pelo Brasil pelos componentes nobres do gás importado da Bolívia. A falta de diálogo claro em temas como esse e as peraltices da burocracia brasileira não são o que se esperaria de um líder regional. Menos ainda é aceitável que, pelo temor de parecer uma espécie de subpotência imperialista, o Brasil deixe de exigir do governo boliviano revisão das

decisões oficiais que causam injustamente prejuízo a cidadãos brasileiros no país vizinho - como fez o governo dos EUA no caso do americano preso arbitrariamente.

A Bolívia tem um bom argumento: as mazelas na Justiça e em outras instâncias de poder não são dirigidas contra o Brasil, mas um problema tradicional, contra o qual, teoricamente, tem atuado o presidente Evo Morales. Também lembram a mudança tectônica no arcabouço jurídico do país após a Constituição votada em 2009, com regras inéditas- de difícil absorção, aliás, já que permitem decisões judiciais paralelas, segundo a tradição dos povos indígenas.

Isolada na Comunidade Andina das Nações, de quem depende, mas que adota um franco liberalismo, a Bolívia, para entrar no Mercosul, terá não poucos desafios. O Brasil, na condição de líder regional, perderá uma oportunidade de peso se não aproveitar o processo de inclusão para cobrar e promover maior transparência e previsibilidade nas ações do governo boliviano - que, aliás, anuncia a edição, em breve, de uma lei de proteção ao investidor.

E-mail: sergio.leo@valor.com.br

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/2925682/negocios-na-bolivia-que-deseja-o-mercosul>

Brasil

Mercosul discute adesões de Bolívia e Equador

Por Agência Brasil, de Brasília

A presidente Dilma Rousseff recebe na próxima sexta-feira, os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, Cristina Kirchner, da Argentina, e José Pepe Mujica, do Uruguai, na Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul. O encontro discutirá alternativas para incentivar a participação de empresários no Mercado Comum do Sul e o ingresso de mais dois países no bloco econômico sul-americano: Equador e Bolívia.

A cúpula presidencial, em Brasília, será antecedida por reuniões de ministros e empresários. O governo do Paraguai não enviou representantes, nem participará das reuniões relativas à cúpula, porque o país foi suspenso do Mercosul em junho, quando os líderes políticos sul-americanos decidiram pela sanção ao concluir que o processo de impeachment do então presidente Fernando Lugo foi irregular.

Na quinta-feira, véspera da cúpula, os ministros da Fazenda e das Relações Exteriores do Brasil, da Argentina, do Uruguai e da Venezuela reúnem-se para definir ações e recomendações. Paralelamente, ocorrerá, pela primeira vez, o Fórum Empresarial do Mercosul. Membros dos governos dos quatro países pretendem convencer os empresários de que o apoio deles é fundamental para incrementar o comércio e o desenvolvimento econômico da região.

Ao passar pela Argentina, na semana passada, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, explicou o que se pretende com a ampliação de parcerias privadas e com a entrada de novos membros no Mercosul. "É uma base maior. Um projeto maior de integração sul-americana", disse ele. A proposta é que o bloco, com a adesão da Venezuela e, futuramente, de mais parceiros, ganhe nova dimensão geopolítica.

A ideia de ampliar o Mercosul, integrando o Equador e a Bolívia, é articular as áreas amazônica, andina e caribenha da América do Sul e aumentar os benefícios econômicos gerados pelo bloco. Os defensores da proposta argumentam que o Mercosul assumirá papel relevante em decorrência dos temas relativos à segurança energética e alimentar.

A área de atuação do Mercosul, incluindo a Venezuela, reúne 270 milhões de habitantes, o equivalente a 70% da população sul-americana. O Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos) alcança US\$ 3,3 trilhões, aproximadamente 83,2% do PIB de toda a América Latina, em um território de 12,7 milhões de quilômetros quadrados (72% do continente).

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/2925686/mercosul-discute-adesoes-de-bolivia-e-equador>

Brasil

Acordo vai facilitar movimentação de trabalhadores no Mercosul

Por Sérgio Ruck Bueno | Valor

PORTO ALEGRE - Os Ministérios do Trabalho do Mercado Comum do Sul (Mercosul) vão dedicar o próximo semestre à elaboração de propostas para facilitar a movimentação de trabalhadores na região. Os estudos terão como foco a validação das certificações profissionais, com o reconhecimento mútuo dos diplomas de curso superior e o alinhamento dos códigos de ocupação de cada país, além de melhorias no sistema de fiscalização nas fronteiras e da coordenação entre serviços públicos de emprego, como o Site Nacional de Empregos (SINE) brasileiro.

O compromisso foi firmado nesta sexta-feira pelos ministros do Trabalho Brizola Neto (Brasil), Carlos Tomada (Argentina) e Eduardo Brenta (Uruguai), além da diretora de Inspeção do Trabalho da Venezuela, Maria Prieta Torrez, que se reuniram em Porto Alegre e assinaram a Declaração Sociolaboral dos países do Mercosul. O próximo encontro do grupo está previsto para o primeiro semestre de 2013, em Montevidéu, quando cada país apresentará novas sugestões sobre o assunto, e será precedido por uma reunião técnica preparatória em março na mesma cidade.

Conforme Brizola Neto, a integração dos mercados de trabalho é "fundamental" para o desenvolvimento das "forças produtivas" do Mercosul. De acordo com o ministro do Uruguai, a coordenação dos serviços de emprego para avaliar a oferta e a demanda de mão de obra em cada país pode ser alcançada em "médio prazo", mas a validação das certificações profissionais é um tema mais "complexo", que pode exigir a participação das universidades. A declaração assinada nesta sexta-feira reafirma ainda o compromisso com a erradicação completa do trabalho infantil na região até 2020.

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/2924646/acordo-vai-facilitar-movimentacao-de-trabalhadores-no-mercosul>

PARAGUAI

ABC

www.abc.com.py/

Política

Denuncian la violación de Tratado del Mercosur

La presidencia de la Delegación de Paraguay en el Parlamento del Mercosur (Parlasur) advirtió que las gestiones que se realizaren para la admisión de Bolivia y Ecuador, que proseguirán en la reunión cumbre de jefes de Estado del bloque prevista para el 7 de diciembre próximo, "serán diligenciadas a espaldas y de contramano del ordenamiento jurídico de la Mercosur y del propio Derecho Comunitario".

La Delegación del Paraguay en el Parlasur "exhorta a las autoridades nacionales a insistir en la condena pública de este criminal acto de lesa juridicidad, al tiempo de instar a la ciudadanía organizada, a la que representamos con fidelidad y patriotismo, a expresar a través de sus gremios la más rotunda repulsa a esta delictiva degradación del Tratado de Asunción pactada por los autócratas del Mercosur".

Agrega el pronunciamiento, firmado por el parlamentario Alfonso González Núñez, que Bolivia y Ecuador conservan intactos, a los efectos jurídicos, sus estatus de estados asociados y para avanzar al siguiente estadio, el denominado estado en proceso de adhesión, situación en que se halla actualmente Venezuela, tendrá que contar indefectiblemente con la anuencia de Paraguay.

Exilio forzado

"Mientras persista el exilio forzado de Paraguay, las naciones miembros de la Asociación Latinoamericana de Integración tan siquiera podrán tramitar el requisito inicial, la presentación de la solicitud de adhesión como Estado parte, visto que el criterio de la unanimidad consagrado en el Art. 20 del Tratado de Asunción es coyunturalmente de cumplimiento imposible", sostiene el comunicado del Parlasur.

Finalmente, sostiene que Bolivia y Ecuador son miembros activos de la Comunidad Andina de Naciones (CAN) y el mencionado Art. 20 de la ley fundamental del Mercosur "prescribe que los países afiliados a otros esquemas de integración subregional no podrán peticionar su adhesión al bloque, salvo se desvinculen de los mismos en observancia de los procedimientos".

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/denuncian-la-violacion-de-tratado-del-mercosur-485122.html>

DIA 04/12/12

BRASIL

CORREIO BRAZILIENSE

<http://correio braziliense.com.br>

Injustiça e exclusão ainda são marcas nos países do Mercosul, diz Carvalho

Publicação: 03/12/2012 20:58

Os países do Mercosul ainda estão distantes de atingir o chamado governo participativo, avaliou Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, ao participar hoje (3) da mesa de debates Democracia Participativa e Cidadania: O Papel dos Governos Democráticos, evento preparatório para a 14ª Cúpula Social do Mercosul que ocorrerá de 4 a 6 de dezembro, em Brasília.

"Estamos muito longe ainda de atingirmos o nosso sonho. Injustiça e exclusão são marcas muito presentes em nossos governos. As chamadas democracias participativas estão muito longe de serem conseguidas, sobretudo no que diz respeito à participação política e à economia", disse.

Carvalho destacou que o Brasil avançou no que diz respeito ao combate à exclusão. O tema entrou em pauta, a partir de 2002, no primeiro mandato do presidente Lula. Mais de dez conferências nacionais foram feitas, intensificando o diálogo e a tentativa de inserir nas políticas públicas diversos segmentos da sociedade. O ministro ressaltou, no entanto, que não basta ficar no diálogo, no debate, é preciso ação. "É necessário que essas conferências não acabem se tornando uma espécie de teatro, de encenação. Elas precisam de fato ter uma consciência prática, senão as pessoas vão se cansar disso."

A representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip)-Instituto Equit, Graciela Rodriguez, defendeu o Programa Mercosul Social e Participativo como uma forma de trazer o cidadão para o debate. Segundo ela, os governos precisam ampliar o diálogo com a sociedade ouvindo todos os segmentos: os movimentos indígenas, os povos originários, os quilombolas, entre outros. Na avaliação dela, esse diálogo não estaria consolidado na maioria dos países membros. "Movimento social não é uma mesma coisa. Vários não são escutados. Devemos pensar neles para a construção de uma nação soberana", disse.

Agência Brasil

Fonte: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica-brasil-economia/33,65,33,3/2012/12/03/internas_economia,337179/injustica-e-exclusao-ainda-sao-marcas-nos-paises-do-mercosul-diz-carvalho.shtml

O ESTADO DE SÃO PAULO

<http://www.estadao.com.br>

Economia

Acordo Mercosul-UE entra em 'hibernação'

As disputas dentro do Mercosul e a atitude protecionista da Argentina teriam jogado o projeto de um acordo de livre comércio entre a região e a Europa em estado de "profunda hibernação". Essa é a avaliação da Comissão Europeia que, nos próximos meses, vai iniciar negociações para o estabelecimento de acordos comerciais com Estados Unidos, Canadá, México, Japão, Cingapura e outras economias. E adverte: o Mercosul "não está pronto ainda" para um acordo com Bruxelas.

Na América Latina, os europeus continuarão a buscar uma renovação do atual acordo com o México, que já tem 12 anos. / JAMIL CHADE

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,acordo-mercosul-ue-entra-em-hibernacao-,968876,0.htm>

Internacional

Chávez vai participar de cúpula do Mercosul no Brasil, diz embaixador

03 de dezembro de 2012 | 21h19

Deisy Buitrago - Reuters

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, que se submete a um tratamento médico em Havana como parte de sua recuperação de um câncer, participará da Cúpula do Mercosul na sexta-feira em Brasília, disse à Reuters o embaixador brasileiro em Caracas.

Chávez viajou a Cuba na semana passada para receber oxigenação hiperbárica sem informar a data de retorno à Venezuela. A sua presença no Brasil poderá dissipar dúvidas sobre sua saúde.

"Sim, está confirmado", disse nesta segunda-feira o embaixador José Antonio Marcondes durante um evento diplomático em Caracas ao ser consultado sobre a possível participação de Chávez.

Mais tarde, uma fonte do governo brasileiro disse sob condição de anonimato que "tem a expectativa de que Chávez participe da cúpula, mas ainda não há confirmação", a qual poderia acontecer um dia antes do encontro.

Se a viagem ocorrer, será a segunda de Chávez neste ano a um país distinto de Cuba. No fim de julho, ele visitou o Brasil para formalizar a entrada da Venezuela como membro pleno no Mercosul.

O mandatário foi visto publicamente pela última vez em 15 de novembro, pouco mais de um mês depois de ser reeleito pela terceira vez, o que permitirá com que governe o país até 2019.

Fontes diplomáticas haviam adiantado que possivelmente Chávez partirá de Havana diretamente a Brasília para participar do encontro.

O militar reformado de 58 anos viajou com frequência a Havana desde o ano passado para fazer quimio e radioterapia contra um câncer na região pélvica, do qual deu muito pouco detalhe até agora.

Em julho, antes do início da campanha eleitoral, Chávez se declarou livre do câncer.

Sua chegada a Cuba foi informada oficialmente pelo jornal estatal cubano Granma, mas não foram transmitidas imagens, diferentemente de outras ocasiões.

(Reportagem adicional de Esteban Israel, em São Paulo)

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,chavez-vai-participar-de-cupula-do-mercosul-no-brasil-diz-embaixador,968735,0.htm>

VALOR ECONÔMICO

<http://www.valor.com.br/>

Brasil

União Europeia cobra troca de ofertas de liberalização comercial com o Mercosul

Por Assis Moreira | De Genebra

A União Europeia (UE) diz estar pronta a trocar ofertas de liberalização com o Mercosul e cobra agora que o bloco da América do Sul se movimente para tirar do impasse a negociação do acordo de livre comércio birregional. "Estamos esperando o Mercosul bater na porta, a bola está agora do lado deles", afirmou ontem um alto funcionário de Bruxelas, ao abordar a negociação com um restrito de grupo de jornalistas em Genebra.

Os europeus não escondem, porém, um certo ceticismo diante do que chamam de tendência protecionista da Argentina. Na verdade, Buenos Aires tem problema comercial inclusive com o Brasil, seu maior sócio. Do lado europeu, a França tem a chave da negociação birregional. Só que seu persistente protecionismo agrícola agora se estendeu para outras áreas com o lema "compre francês".

Negociadores do Mercosul não têm a menor ideia do nível de ambição da oferta que os europeus poderão colocar na mesa, por exemplo se as aberturas de seu mercado serão maiores do que aquelas propostas há alguns anos quando a negociação foi suspensa.

Os dois blocos se reúnem em janeiro, à margem da cúpula União Europeia-América Latina. Se o sinal verde para as trocas de ofertas for confirmada, a fase seguinte será a grande barganha que vem sendo retardada há anos, para conduzir ao acordo.

Até por causa da profunda crise econômica que atravessa, a UE insiste que tem uma política comercial ambiciosa. Destaca o lançamento da negociação de acordo bilateral com o Japão, de provável abertura de discussões com os Estados Unidos por um acordo comercial transatlântico, e quer concluir rapidamente acordos com Canadá e Cingapura.

Já o acordo de livre comércio com a Índia patina. E aquele com o Mercosul só é mencionado quando o tema é levantado por um repórter. Os europeus parecem mais entusiasmados com "a dinâmica positiva" do novo governo do México, com o qual esperam "aprofundar" o atual acordo bilateral, para maior liberalização em áreas como serviços e investimentos.

A ausência de acordo UE-Mercosul será sentida por setores industriais do Brasil no fim de 2013, com a eliminação da preferência tarifária que tinha pelo Sistema Geral de Preferências (SGP) europeu.

Basta ver em que em 2010 o Brasil exportou 10% do total para a UE com benefício de tarifa menor por meio do SGP. No total, exportações de € 3,6 bilhões entraram no mercado europeu pagando alíquota menor.

As exportações de produtos químicos, por exemplo, somaram € 318 milhões em 2010, cobertas pelo SGP, e redução tarifária média de 5 %, do total exportado de € 535 milhões. No caso de calçados, as vendas pelo SGP somaram 84% das importações totais desses produtos para a UE em 2010.

O SGP é um instrumento unilateral da UE e a partir de 2014 vai cortar o benefício para emergentes como o Brasil, supostamente para dar ajuda aos países mais pobres. Negociadores brasileiros contestam, porém, essa visão. Primeiro, as nações mais pobres não têm os mesmos produtos para exportar. Na prática, a UE deixará de importar € 3,6 bilhões, beneficiando a produção europeia.

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/2927042/uniao-europeia-cobra-troca-de-ofertas-de-liberalizacao-comercial-com-o-mercossul>

AGÊNCIA BRASIL

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Internacional

Cúpula Social do Mercosul abre semana dedicada ao bloco regional

Renata Giraldi

Brasília - Criada em 2006 para ampliar e fortalecer a participação da sociedade no processo de integração regional, a 14ª Cúpula Social do Mercosul começa hoje (4) em Brasília e vai até quinta-feira (6). A proposta é discutir com integrantes do governo, dos parlamentos e da sociedade civil a economia solidária, os direitos humanos, as questões de gênero, o desenvolvimento sustentável e social relativos à integração regional.

A abertura da cúpula será às 18h com os ministros Antonio Patriota e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), no Museu Nacional. Na quinta-feira (6) haverá a reunião dos ministros da Economia e das Relações Exteriores, além dos presidentes de bancos centrais do Mercosul – de integrantes, países associados e convidados. Paralelamente ocorre o Fórum Empresarial do Mercosul que deve reunir mais de 300 empresários da região.

Patriota, na manhã do dia 6, oferece um café da manhã. Depois, há a reunião seguida por um almoço, e à tarde será retomada a discussão. Os ministros e presidentes de bancos centrais discutem medidas para incentivar o comércio e incrementar a economia da região. O encerramento da reunião está previsto para as 18h.

De 2007 a 2011, as exportações intrarregionais aumentaram 58,44%, e o intercâmbio comercial do bloco com o mundo cresceu 53,82%. O Mercosul é considerado uma potência agrícola, por ser o maior exportador líquido mundial de açúcar e o maior produtor e exportador mundial de soja.

Desde 2007, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) aprovou 40 projetos nas mais distintas áreas, totalizando US\$ 1,2 bilhão. O maior projeto apresentado ao fundo foi a criação da linha de transmissão elétrica Brasil-Paraguai, calculada em US\$ 555 milhões.

Na sexta-feira (7) ocorre a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul. Além da presidenta Dilma Rousseff, deverão comparecer os presidentes Hugo Chávez (Venezuela), Cristina Kirchner (Argentina), José Pepe Mujica (Uruguai), além de Rafael Correa (Equador). Em discussão, a integração do Equador e da Bolívia ao Mercosul, estímulos para incentivos dos empresários na região, a ampliação das negociações externas e a suspensão do Paraguai do bloco..

A cúpula começa com um café da manhã oferecido por Dilma, no Itamaraty, depois haverá a fotografia oficial, a reunião e o almoço, que encerra o encontro. Alguns presidentes deverão participar também do encerramento do Fórum Empresarial do Mercosul, no hotel Royal Tulip Brasília Alvorada.

Em 31 de julho deste ano, foi formalizada a adesão da Venezuela ao Mercosul. Com a entrada, o bloco passou a corresponder a 72% do território da América do Sul – aproximadamente três vezes a área da União Europeia. Com os venezuelanos, o Mercosul passa a contar com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 3,32 trilhões. A população é formada por 275 milhões de habitantes.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-04/cupula-social-do-mercosul-abre-semana-dedicada-ao-bloco-regional>

Cidadania

Países do Mercosul discutem políticas de igualdade de gênero

03/12/2012 - 23h35

Aline Leal

Brasília - O enfrentamento à violência contra a mulher, ao tráfico de mulheres e a consolidação dos direitos trabalhistas das domésticas estão entre os principais temas da 2ª Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul, que ocorre de hoje (3) até quarta-feira (5), em Brasília. O evento discute as diretrizes de política de gênero para os países do Mercosul.

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, que este ano está presidindo a reunião, ressaltou a importância de o tema ser debatido entre os países do Mercosul. "A intercomunicação do Mercosul na questão de gênero e direito das mulheres empodera a questão de gênero no âmbito governamental para os ministérios. Tiraremos daqui recomendações para levarmos à Presidência [da República]", disse.

A diretora da Representação Especial para Assuntos da Mulher, da Chancelaria argentina, María Julia Rodríguez, manifestou a importância de o tema dos direitos da mulher

não sair da pauta de prioridades para que as questões de gênero avancem nos países do Mercosul. “Quando falamos em igualdade de gênero ainda há muito o que se fazer”, declarou. A mesma sugestão foi defendida pela diretora do Instituto Nacional das Mulheres do Uruguai, Beatriz Ramirez, que pediu mais discussões sobre políticas que fortaleçam autonomia econômica e física das mulheres dos países do Mercosul.

Durante a abertura da 2ª Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul, foram exibidos os curtas Este Ser Humano Mudou a História e Perjuícios. Os filmes abordam a questão da igualdade de gênero. A Secretaria de Políticas para as Mulheres também aproveitou o evento para lançar a quinta edição da revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-03/paises-do-mercosul-discutem-politicas-de-igualdade-de-genero>

Nacional

Empresários do Mercosul se reúnem em Brasília durante cúpula dos presidentes

03/12/2012 - 13h17

Renata Giraldi

Brasília - Pela primeira vez, a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul ocorrerá simultaneamente ao fórum empresarial do grupo, na sexta-feira (7), em Brasília. A proposta é reunir mais de 300 empresários do Brasil, da Argentina, do Uruguai e da Venezuela. As inscrições ainda estão abertas, o que pode aumentar o número de participantes. A ideia é estimular o envolvimento dos empresários dos países do bloco no processo de integração.

As discussões se concentram em quatro eixos de debate: agronegócio, energia (com foco em petróleo e gás), inovação e infraestrutura e logística. A disposição, segundo os organizadores, é buscar investimentos recíprocos e incentivos ao comércio interno e entre regiões – União Europeia, China e Estados Unidos.

Os temas serão tratados em painéis separados. Cada exposição terá um moderador e quatro debatedores. As questões referentes à Pequena e Média Empresa (PME) e à Integração Produtiva serão tratadas em todos os painéis. Os debates ocorrerão no hotel Royal Tulip Brasília Alvorada.

O fórum é organizado pela Presidência Pro Tempore Brasileira do Mercosul, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores e patrocínio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Durante a cúpula, os empresários poderão se reunir no foyer do hotel e até fechar negócios. Também estarão disponíveis para os participantes salas para reunião. No mesmo dia, os presidentes Dilma Rousseff, Hugo Chávez (Venezuela), Cristina Kirchner (Argentina) e José Pepe Mujica (Uruguai) se reúnem em Brasília, na Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul.

O Mercosul, incluindo a Venezuela, reúne 270 milhões de habitantes, o equivalente a 70% da população da América do Sul, cujo Produto Interno Bruto (PIB) alcança US\$ 3,3 trilhões, aproximadamente 83,2% do PIB sul-americano, em um território de 12,7 milhões de quilômetros quadrados ou 72% da região.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-03/empresarios-do-mercosul-se-reunem-em-brasilia-durante-cupula-dos-presidentes>

DIA 05/12/12

BRASIL

O ESTADO DE SÃO PAULO

<http://www.estadao.com.br>

Internacional

Bolívia e Equador buscam ingresso pleno no Mercosul

Países, que já integram o bloco como membros associados, tentam seguir o exemplo da Venezuela de Chávez

Bolívia e Equador aproveitarão a Cúpula do Mercosul, que reunirá os chefes de Estado do bloco na sexta-feira, em Brasília, para pedir o ingresso na entidade como membro pleno. Ambos os países já integram o Mercosul na qualidade de membros associados.

O presidente boliviano, Evo Morales, e seu colega equatoriano, Rafael Correa, pretendem seguir o exemplo da Venezuela, de Hugo Chávez, que formalizou sua entrada no bloco em julho. Para isso, Caracas se beneficiou da suspensão do Paraguai - cujo Senado resistia a aprovar o ingresso venezuelano.

Os paraguaios foram sancionados pelo Mercosul, diante do entendimento dos demais membros do bloco de que o impeachment do presidente Fernando Lugo, em junho, violou a cláusula democrática da entidade.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, as negociações para a entrada do Equador estão em estágio avançado, em quanto as tratativas com a Bolívia estão começando. Amanhã, tem início a reunião dos ministros da Economia e das Relações Exteriores, além dos presidentes de bancos centrais do Mercosul. Paralelamente ocorre o Fórum Empresarial do Mercosul, que deve reunir mais de 300 empresários da região.

Na sexta-feira, ocorre a Cúpula dos Chefes de Estado. A presença mais esperada é a de Hugo Chávez, que deve chegar a Brasília vindo direto de Havana - onde faz tratamento contra um câncer pélvico - e a presidente argentina, Cristina Kirchner, que estará na capital brasileira no mesmo dia em que pretende pôr em prática sua Lei de Mídia, que tem como principal alvo o Grupo Clarín (mais informações nesta página).

Além da presidente brasileira, Dilma Rousseff, também estará na reunião o líder uruguaio, José Pepe Mujica.

Intercâmbio. De 2007 a 2011, as exportações intrarregionais aumentaram 58,44% e o intercâmbio comercial do bloco com o mundo cresceu 53,82%. O Mercosul é considerado uma potência agrícola por ser o maior exportador líquido mundial de açúcar e o maior produtor e exportador mundial de soja.

Desde 2007, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) aprovou 40 projetos nas mais distintas áreas, totalizando US\$ 1,2 bilhão. O maior projeto apresentado ao fundo foi a criação da linha de transmissão elétrica Brasil-Paraguai, estimada em US\$ 555 milhões.

Com a adesão da Venezuela ao Mercosul, o bloco passou a abranger 72% do território da América do Sul - aproximadamente três vezes a área da União Europeia, com um PIB de US\$ 3,32 trilhões.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,bolivia-e-equador-buscam-ingresso-pleno-no-mercosul-,969379,0.htm>

AGÊNCIA BRASIL

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Internacional

Mercosul deverá manter suspensão do Paraguai

Renata Giraldi

Brasília – Há quase seis meses suspenso do Mercosul, o Paraguai negocia para revogar a sanção. O tema será tratado na Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, no dia 7, em Brasília. Porém, a suspensão deverá ser mantida até 21 de abril de 2013, quando ocorrem eleições presidenciais no Paraguai, segundo negociadores que acompanham as discussões. A decisão de manutenção segue o que ocorreu na Cúpula dos Chefes de Estado e Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), no Peru.

Como os integrantes do Mercosul também fazem parte da Unasul, a tendência de manter a decisão definida na última cúpula é considerada certa. Na semana passada, em Lima, no Peru, os presidentes dos países que integram a Unasul decidiram manter a suspensão. Os líderes concluíram que não houve fato novo para mudar a decisão.

Para os presidentes, no Paraguai ocorreu o rompimento da ordem democrática durante a destituição do então presidente Fernando Lugo, em 22 de junho. O Paraguai foi suspenso da Unasul e do Mercosul em 29 de junho, depois que os líderes sul-americanos levantaram dúvidas sobre a forma como ocorreu o processo de impeachment de Lugo – em menos de 24 horas, Câmara e Senado aprovaram a destituição.

Integram a Unasul a Bolívia, Colômbia, o Equador, Peru, a Argentina, o Brasil, Paraguai, Uruguai, a Venezuela, o Chile, a Guiana e o Suriname. São países observadores o Panamá e o México. O Mercosul é formado pelo Brasil, a Argentina, o Uruguai, a Venezuela e o Paraguai. O Chile, o Equador, a Colômbia, o Peru e a Bolívia estão no grupo como associados.

Em comunicado, o governo paraguaio reagiu à decisão da Unasul de manter a suspensão em vigor desde junho. No texto, o Ministério de Relações Exteriores paraguaio classificou a decisão como “perseguição sistemática” do bloco regional e anunciou que iniciará campanha para torná-la pública, mobilizando todas as suas embaixadas.

Durante a reunião da Unasul houve um relato detalhado do coordenador do Grupo de Alto Nível da instituição, o peruano Salomon Lerner Ghitis, que esteve no Paraguai para verificar o andamento do processo eleitoral. Após a visita, o grupo recomendou a manutenção das eleições presidenciais de 21 de abril de 2013, que serão acompanhadas por uma missão da Unasul. A Organização dos Estados Americanos informou que também enviará missão para acompanhar as eleições.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-05/mercosul-devera-manter-suspensao-do-paraguai>

Internacional

Correa e Morales virão a Brasília para negociar adesão do Equador e da Bolívia ao Mercosul

Renata Giraldi

Brasília – Convidados para a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, os presidentes Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia) confirmaram presença, no próximo dia 7. Correa e Morales negociam as adesões do Equador e da Bolívia ao bloco. As negociações ainda estão no começo, segundo diplomatas que acompanham o assunto, e há ainda um processo longo a ser percorrido.

Porém, com as articulações políticas avançadas, as demais etapas, como as avaliações técnicas e os detalhamentos, ocorrem naturalmente, de acordo com os diplomatas. Mas o processo leva tempo, em geral, anos. No caso da Venezuela, a inclusão no Mercosul começou a ser negociada em 2006 e só foi concluída em 2012.

A última etapa do processo de inclusão de um país no bloco é a assinatura do Protocolo de Adesão. O documento só é assinado depois de vencidas todas as etapas anteriores, como a definição dos aspectos técnicos, da nomenclatura, dos acordos e a aprovação do processo de ingresso pelos respectivos parlamentos – do país interessado em ingressar no bloco e dos membros titulares.

O Mercosul é formado pelo Brasil, pela Argentina, pelo Uruguai, pela Venezuela e pelo Paraguai – que está suspenso do bloco até abril de 2013. O Chile, o Equador, a Colômbia, o Peru e a Bolívia estão no grupo como países associados. Há ainda os membros observadores: o México e a Nova Zelândia.

Com a entrada da Venezuela, o Mercosul passou a reunir 270 milhões de habitantes, o equivalente a 70% da população da América do Sul, cujo Produto Interno Bruto (PIB) totaliza US\$ 3,3 trilhões, aproximadamente 83,2% do PIB sul-americano, em um território de 12,7 milhões de quilômetros quadrados ou 72% da região.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-05/correa-e-morales-virao-brasilia-para-negociar-adesao-do-equador-e-da-bolivia-ao-mercosul>

Opinião

Mais e melhor integração

Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Robson Braga de Andrade

Falar das relações econômicas entre Argentina e Brasil é tratar de um projeto de desenvolvimento que pode ser considerado vitorioso. Apesar de eventuais dificuldades, é impossível não reconhecer a contribuição das duas décadas do Mercosul na dinamização do comércio, no aumento dos investimentos, na ampliação da produção em escala e na promoção do amadurecimento institucional de toda a região.

Superamos os receios do lado brasileiro de que o acesso preferencial a seu mercado favoreceria demasiadamente os produtores argentinos. Também ficou para trás o temor, por parte da indústria argentina, de que a aproximação levaria a uma excessiva especialização do país em itens primários. A integração do Cone Sul, com participação de Uruguai e Paraguai, contribuiu para estimular reformas unilaterais, desenvolver o comércio intraindustrial e reduzir custos das empresas.

O bloco influenciou a atração de investimentos estrangeiros e a incorporação de progressos técnicos. Ficamos mais fortes para negociar internacionalmente regras favoráveis para as economias com o nosso nível de desenvolvimento. O papel do Mercosul, em geral, e da Argentina, em particular, foi fundamental no processo de internacionalização das empresas brasileiras.

A mudança no nível da corrente de comércio entre os dois países, de US\$ 2 bilhões em 1990 para US\$ 39,6 bilhões em 2011, comprova isso. A composição das pautas de exportação e importação, ambas intensivas em produtos manufaturados, indica uma parceria industrial. Houve desaceleração das vendas brasileiras de manufaturados para os Estados Unidos e estabilidade nos embarques para a União Europeia, contrabalançadas pelo crescimento para a Argentina.

Nos últimos dois anos, o Brasil fez investimentos diretos na Argentina de US\$ 6 bilhões em áreas diversificadas, como mineração, alimentos, finanças e construção civil. Já somos os maiores investidores estrangeiros em novos projetos no país vizinho. Ao mesmo tempo, a Argentina intensificou a aquisição e a abertura de fábricas aqui, aplicando quase US\$ 3 bilhões em dois anos. O destaque é a produção de aço e de energia eólica, entre outros segmentos.

As transformações mundiais representam imenso desafio para nossas economias. A crise global, a consolidação da China como maior potência exportadora e a integração produtiva asiática pressionam nossas indústrias a se diferenciarem. Alguns efeitos dessas mudanças já são nítidos. O coeficiente de importação cresce em setores estratégicos nos dois países, reduzindo o conteúdo nacional da produção e desarticulando cadeias produtivas internas.

Mesmo que nossas exportações intensivas em recursos naturais cresçam, não serão elas, sozinhas, que garantirão o emprego e a renda que os dois países precisam para atingirem o pleno desenvolvimento. A indústria é fundamental, e sua estagnação atual exige respostas urgentes. O objetivo é aumentar a produtividade, a inovação e a competitividade estrutural, reforçando a articulação dos parques industriais.

É preciso garantir que políticas públicas efetivamente favoreçam a indústria brasileira e a argentina a competir em igualdade de condições com seus concorrentes. Precisamos de mais e melhor integração. As duas economias mais importantes do Mercosul não podem se descuidar da sua relação estratégica.

Precisamos de convergência de políticas econômicas e comerciais para recuperarmos mercados externos, enfrentando a concorrência desigual por parte de outros países. O mercado argentino, para o Brasil, e o brasileiro, para a Argentina, devem representar um caminho para elevar a escala de produção, melhorar os processos de aprendizagem e de inovação, modernizar métodos gerenciais e aumentar o bem-estar mútuo.

Devemos trocar a escalada de controles das importações e outros obstáculos ao comércio pelo aprofundamento do diálogo e da cooperação efetiva, o que não é tarefa apenas dos governos. Depende, também, da articulação entre os setores privados dos dois países.

Precisamos promover iniciativas convergentes, a fim de ampliar nossa produtividade e competitividade.

A estratégia deve conter, entre outros itens: defesa de políticas públicas que eliminem o descompasso entre consumo e produção nos dois países; promoção de regras e regimes setoriais bilaterais para fomentar cadeias inovadoras e globalmente capazes de competir; impulso aos projetos de infraestrutura para reduzir os custos de inserção dos produtos no mercado mundial; e a execução de medidas conjuntas para promover exportações e controlar importações desleais de terceiros, que enfraquecem a indústria regional. Assim, avançaremos na meta de construir um Cone Sul próspero e mais justo socialmente.

Fonte: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/12/5/mais-e-melhor-integracao>

DIA 06/12/12

BRASIL

O ESTADO DE S. PAULO

Internacional

Chávez será o grande ausente do Mercosul

Primeira reunião de cúpula desde a efetivação da Venezuela no bloco começa amanhã, mas líder bolivariano, que está em Cuba, não irá a Brasília

LISANDRA PARAGUASSU

Na sua primeira reunião do Mercosul como membro pleno, a Venezuela não estará representada pelo presidente Hugo Chávez. Em tratamento de saúde em Cuba, o venezuelano - que pressionou por anos pela entrada no bloco - perderá sua grande estreia.

A ausência de Chávez é mais um sinal das dificuldades que, apesar do interesse em participar do grupo, a Venezuela como um todo tem enfrentado para acompanhar as reuniões, políticas e técnicas, desde que conseguiu ser aceita no organismo.

De acordo com informações obtidas pelo Estado, a Venezuela informou ontem pela manhã que Chávez não conseguirá comparecer. Mas a informação ainda é tratada com sigilo no Itamaraty. Oficialmente, sua presença é apenas incerta.

Chávez não foi ao Peru, para o encontro da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), mas garantia que viria ao Brasil - o que só ajuda a aumentar as especulações sobre o real grau dos problemas de saúde que estaria enfrentando.

Há duas semanas, na reunião de ministros da Educação do Mercosul em que foram decididas, entre outros assuntos, as áreas em que haveria equivalência de currículos e a criação de uma bolsa de estudos de pós-graduação para o bloco, não havia nenhum representante venezuelano. O país também esteve ausente de reuniões sobre questões tarifárias, veterinárias e de agricultura.

A entrada da Venezuela no Mercosul foi acertada em junho, durante a reunião de Mendoza (Argentina), aproveitando a suspensão do Paraguai (mais informações nesta página).

O país era o único do bloco cujo Congresso não tinha aprovado o novo membro e emperrava a negociação desde 2010, quando o Legislativo brasileiro votou o tratado. Em 12 de agosto, a entrada da Venezuela foi formalizada.

O período coincidiu com o processo de eleitoral no país, um dos mais duros que Chávez enfrentou desde que chegou ao poder. No entanto, mesmo depois das eleições, as dificuldades permaneceram.

Falta de pessoal. Na verdade, o país não tem, hoje, gente suficiente para tratar de todos os temas locais e também cuidar do Mercosul. No início de novembro, o próprio chanceler brasileiro, Antonio Patriota, foi a Caracas com uma equipe técnica para adiantar as discussões necessárias para essa reunião do bloco, assim como o subsecretário para América do Sul, Central e Caribe, Antonio Simões, o fez diversas vezes.

De acordo com Simões, os acordos avançaram. Uma das questões essenciais para a participação plena da Venezuela no bloco, a das chamadas "nomenclaturas" - códigos para identificar cada um dos produtos comercializados na região -, ficou pronta e começará a ser implementada no primeiro semestre do ano que vem.

"Tínhamos um ano para fazer isso e conseguimos fechar em quatro meses. O trabalho avançou muito bem", afirmou o embaixador.

A maior parte do trabalho foi, na prática, feita pelo Brasil, que tem neste momento a presidência rotativa do Mercosul. A expectativa do Itamaraty é a de que mesmo as integrações tarifárias, a parte mais complicada, comecem já no ano que vem.

Fonte: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/12/6/chavez-sera-o-grande-ausente-do-mercosul>

AGÊNCIA BRASIL

Economia

Chanceleres, ministros e presidentes de bancos centrais do Mercosul reúnem-se em Brasília

Renata Giraldi e Mariana Tokarnia
Repórteres da Agência Brasil

Brasília – Os ministros das Relações Exteriores e da Economia, além dos presidentes dos bancos centrais do Mercosul, passam o dia hoje (6) em reuniões em Brasília. É o 44º encontro do conselho do bloco econômico. Em discussão, ações que podem ser adotadas para incrementar a economia e ampliar o comércio na região. Empresários brasileiros e estrangeiros reclamam da ausência de facilidades, que limitam a competitividade em vários setores.

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, oferece café da manhã e almoço aos convidados dos países que integram o bloco e também aos observadores. Os ministros deverão analisar a possibilidade de adotar medidas que incentivem a economia regional.

A exemplo do Fórum Empresarial do Mercosul, as discussões entre os ministros e presidentes de bancos centrais devem ser concentradas em eixos específicos: agronegócio, energia (com foco em petróleo e gás), inovação e infraestrutura e logística. Também será mencionado o esforço para buscar investimentos externos, como na União Europeia, China e nos Estados Unidos.

O subsecretário de América do Sul, Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Antonio José Ferreira Simões, disse ontem (5) que também estão em curso negociações com a Índia. Com os europeus, há chances de evolução positiva em 2013.

Amanhã (7) ocorrerá a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, com a presença dos presidentes Dilma Rousseff, Cristina Kirchner (Argentina) e José Pepe Mujica (Uruguai). A participação do presidente Hugo Chávez (Venezuela) ainda é incerta.

O Mercosul é formado pelo Brasil, a Argentina, o Uruguai, a Venezuela e o Paraguai - que está suspenso do bloco até abril de 2013. O Chile, Equador, a Colômbia, o Peru e a Bolívia estão no grupo como países associados. Há ainda os membros observadores: o México e a Nova Zelândia.

Com o ingresso da Venezuela no Mercosul, em julho, o bloco reúne 270 milhões de habitantes, o equivalente a 70% da população da América do Sul. O Produto Interno Bruto (PIB) é US\$ 3,3 trilhões, aproximadamente 83,2% do Produto Interno Bruto (PIB) sul-americano, em um território de 12,7 milhões de quilômetros quadrados ou 72% da região.

Edição: Graça Adjuto

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-06/chanceleres-ministros-e-presidentes-de-bancos-centrais-do-mercosul-reunem-se-em-brasilia>

Educação

Jovens defendem educação de qualidade nos países do Mercosul

Mariana Tokarnia

Brasília - Jovens de países do Mercosul pedem educação de qualidade e defendem que só um ensino público e de amplo acesso é capaz de promover o desenvolvimento dos estados membros. Eles pedem também um modelo de educação único para os países da região e citam a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) como um exemplo positivo de integração. A discussão fez parte do diálogo especial sobre Juventude e Democracia que marcou hoje (5) o fim das reuniões dos grupos da Cúpula Social do Mercosul.

Manuela Braga, representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) disse que o Brasil tem experiências positivas, mas ainda precisa muito que avançar na área da educação. Ela defende um projeto único para o Mercosul. "Precisamos desenvolver isso, precisamos de um projeto único que favoreça nossa soberania e que beneficie não só estudantes, mas professores e trabalhadores", disse.

Uma das iniciativas é a Unila, criada pela Lei nº 12.189/2010, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. A universidade tem o objetivo de ser um centro de integração latino-americano no desenvolvimento regional, de intercâmbio cultural, científico e educacional do Mercosul.

O argentino Federico Montero, coordenador-geral da Casa Pátria Grande Presidente Néstor Kirchner, acredita na educação como pré-requisito para a participação política, pela qual é possível consolidar um modelo de desenvolvimento diferente. Montero repete as palavras da presidenta argentina, Cristina Kirchner: "O melhor lugar da juventude é na política".

Este ano, a juventude é destaque na Cúpula Social e 2012 é o chamado Ano da Juventude no Mercosul – Construindo um Novo Protagonismo. Atualmente mais de 70 milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivem na região.

Edição: Aécio Amado

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-05/jovens-defendem-educacao-de-qualidade-nos-paises-do-mercosul>

Mercosul terá programa de mobilidade estudantil semelhante ao Ciência sem Fronteiras

Mariana Tokarnia e Renata Giraldi
Repórteres da Agência Brasil

Brasília – Os governos dos países que integram o Mercosul preparam acordos para garantir que estudantes da região tenham mais facilidades para a obtenção de bolsas de estudo nos vários níveis - superior e pós-graduação. Os ministros da Educação do Mercosul negociam os termos para um acordo referente a um programa de mobilidade estudantil entre instituições de ensino superior na região. Há, ainda, a disposição de resolver o impasse sobre a regularização de diplomas entre os países, queixa constante dos estudantes brasileiros que fazem graduação no exterior.

O Mercosul é formado pelo Brasil, pela Argentina, pelo Uruguai, pela Venezuela e pelo Paraguai - que está suspenso do bloco até abril de 2013. O Chile, o Equador, a Colômbia, o Peru e a Bolívia estão no grupo como países associados. Há, ainda, os membros observadores: o México e a Nova Zelândia.

O subsecretário da América do Sul, Central e do Caribe, embaixador Antonio José Ferreira Simões, disse hoje (5) que o programa em elaboração se baseou em vários já existentes, inclusive o Ciências sem Fronteiras e o Erasmus, que é o programa desenvolvido na União Europeia.

"O que foi feito com o Ciência sem Fronteiras será feito também no Mercosul. A intenção é viabilizar que as pessoas estudem, conheçam as formas produtivas além de seus países de origem", disse o embaixador.

De acordo com Simões, os ministérios da Educação de cada um dos países serão responsabilizados pelo funcionamento e financiamento dos programas. "A partir do momento que se cria esse sistema, deve-se viabilizar o funcionamento do mesmo. As pessoas devem ter pleno acesso ao sistema produtivo do local que escolherem."

Ao ser perguntado sobre as dificuldades envolvendo o reconhecimento dos cursos e dos diplomas dos estudantes, o embaixador disse que o tema está em discussão, mas ainda não foi

concluído. De acordo com especialistas, a harmonização dos currículos é um dos empecilhos para o reconhecimento.

No Brasil, um dos casos emblemáticos é o que se refere aos estudantes brasileiros que vão para a Bolívia cursar medicina. Ao retornarem, eles têm de submeter o currículo a uma série de análises para que tenham o diploma reconhecido. As exigências vão desde o detalhamento da grade curricular até a apresentação de documentos pessoais e vez por outra verificações de conhecimento específico. Os estudantes reclamam da burocracia, da demora e das despesas para a conclusão do processo.

Educação: Aécio Amado

Fonte: <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-12-05/mercosul-tera-programa-de-mobilidade-estudantil-semelhante-ao-ciencia-sem-fronteiras>

Nacional

Participantes da Cúpula Social do Mercosul propõem a criação do Focem Social

Mariana Tokarnia

Repórter da Agência Brasil

Brasília – Os participantes da Cúpula Social do Mercosul pediram hoje (5) a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul Social (Focem Social) e o livre comércio de produtos da economia solidária nos países da região. Essas foram algumas das propostas discutidas nos cinco eixos temáticos da cúpula, que ocorre na capital federal. Elas serão sistematizadas e devem compor a Declaração Final da Cúpula Social que será entregue na sexta-feira (7) aos chefes de Estado do Mercosul.

O Focem Social terá o objetivo de promover os investimentos em educação, saúde, economia solidária, entre outras causas sociais, diferentemente do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), cujos recursos são direcionados para outros fins. “Os recursos [do Focem] foram voltados a reformas estruturais que beneficiaram grandes empresas e não o social”, disse Rogério Correa, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

Segundo os participantes do eixo temático Cooperação para o Desenvolvimento e Integração Regional, onde o assunto foi discutido, o atual Focem não daria conta das necessidades dos países membros daí a necessidade de se ter o Focem Social.

O Focem foi criado em 2004 (entrou em vigor em 2007) para desenvolver estrutural e socialmente os países membros. O Brasil é o maior contribuinte, com 70% dos recursos. A Argentina é responsável por 27%; o Uruguai, por 2%; e o Paraguai, 1%. A Venezuela registrou disposição de participar do Focem, como contribuinte e beneficiária. Os termos da participação venezuelana deverão ser anunciados até sexta-feira (7) na Cúpula de Brasília.

Outra proposta que teve destaque foi a do livre comércio de produtos advindos da economia solidária. Na opinião de Bruno Dias, da Unila, uma frase marcou a discussão: “Não são as fronteiras, mas as barreiras que limitam o comércio desses produtos”. Segundo ele, a economia solidária tem como princípio priorizar a qualidade de vida do produtor e a qualidade do produto e não a busca do lucro unicamente.

A Cúpula Social ocorre desde 2006 como um espaço de diálogo entre os governo e a sociedade civil do Mercosul. A cúpula reúne representantes de governos, parlamentos, centrais sindicais, confederações da agricultura familiar, pastores, cooperativas, organizações de pequenos e médios empresários e entidades civis.

Edição: Aécio Amado

Fonte: <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-12-05/participantes-da-cupula-social-do-mercosul-propoem-criacao-do-focem-social>

Suspensão do Paraguai do Mercosul deve ser mantida, sinaliza subsecretário

Renata Giraldi e Mariana Tokarnia

Repórteres da Agência Brasil

Brasília – O subsecretário de América do Sul, Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Antonio José Ferreira Simões, sinalizou hoje (5) que deve ser mantida a suspensão do Paraguai do Mercosul. O fim da suspensão é um apelo constante das autoridades paraguaias e deve ser discutido durante a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, na sexta-feira (7), em Brasília.

“As condições pelo o que se sabe não foram alteradas, a Unasul [União de Nações Sul-Americanas] já emitiu uma declaração sobre isso”, disse o embaixador, lembrando que tanto a Unasul como a Organização dos Estados Americanos (OEA) enviarão observadores para acompanhar o processo eleitoral no Paraguai.

A tendência em manter a suspensão segue o que ocorreu na Cúpula dos Chefes de Estado e Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), no Peru, e é considerada certa, pois os integrantes do Mercosul também fazem parte da Unasul.

Na semana passada, em Lima, no Peru, os presidentes dos países que integram a Unasul decidiram manter a suspensão em vigor. Os líderes concluíram que não houve fato novo algum para mudar a decisão anterior. Para os presidentes, ocorreu o rompimento da ordem democrática durante a destituição do então presidente paraguaio Fernando Lugo, em 22 de junho. O Paraguai foi suspenso da Unasul e do Mercosul em 29 de junho, pois os líderes da região concluíram que houve o rompimento da ordem democrática durante o processo de impeachment de Lugo – em menos de 24 horas, Câmara e Senado aprovaram a destituição.

Na reunião da Unasul, em Lima, o coordenador do Grupo de Alto Nível da Unasul, Salomon Lerner Ghitis, fez um relato sobre a visita ao Paraguai e o andamento do processo eleitoral. Após a visita, o grupo recomendou a manutenção das eleições presidenciais de 21 de abril de 2013, que serão acompanhadas por uma missão da Unasul.

Integram a Unasul: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Guiana e Suriname. São países observadores o Panamá e o México. O Mercosul é formado pelo Brasil, pela Argentina, pelo Uruguai, pela Venezuela e pelo Paraguai - que está suspenso do bloco até abril de 2013. O Chile, o Equador, a Colômbia, o Peru e a Bolívia estão no grupo como países associados.

Edição: Carolina Pimentel

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-05/suspensao-do-paraguai-do-mercosul-deve-ser-mantida-sinaliza-subsecretario>

Livre circulação de pessoas entre países do Mercosul é tema do encontro em Brasília

Mariana Tokarnia e Renata Giraldi
Repórteres da Agência Brasil

Brasília – Os presidentes dos países do Mercosul, reunidos em Brasília, deverão intensificar os esforços para garantir a livre circulação de cidadãos dentro do bloco. A informação é do subsecretário-geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Antonio José Ferreira Simões.

Simões disse hoje (5) que houve um apelo coletivo sobre o tema durante a Cúpula Social do Mercosul. “[O assunto] está na pauta do Mercosul. Já existem mecanismos que facilitam a circulação de pessoas. Mas há esforços para que essas negociações, já em curso, se transformem em algo real”, disse o embaixador.

Segundo Simões, a mobilidade foi facilitada ao longo dos anos. “Se olharmos de dez anos para cá, veremos que tivemos vários avanços”, argumentou. O objetivo agora é garantir a livre circulação, assunto que será discutido na reunião de Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, no dia 7, em Brasília.

Em 2009, o Parlamento do Mercosul aprovou recomendação ao bloco para que a livre circulação fosse concretizada. O então senador Aloizio Mercadante disse que era equivocada a visão de que os imigrantes contribuem para aumentar as taxas de desemprego e o índice de criminalidade.

O Mercosul é formado por Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai - que está suspenso do bloco até abril de 2013, como resultado do impeachment do presidente Fernando

Lugo, Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia participam do bloco como países associados. Há, ainda, dois membros observadores: México e Nova Zelândia.

Com a inclusão da Venezuela, o Mercosul reúne agora 270 milhões de habitantes, o equivalente a 70% da população da América do Sul. O Produto Interno Bruto (PIB) do bloco é US\$ 3,3 trilhões, aproximadamente 83,2% do PIB sul-americano, ocupando um território de 12,7 milhões de quilômetros quadrados, equivalente a 72% da região.

Edição: Davi Oliveira

Fonte: <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-12-05/livre-circulacao-de-pessoas-entre-paises-do-mercosul-e-tema-do-encontro-em-brasilia>

Mulheres do Mercosul pedem ampliação de direitos das domésticas

Yara Aquino

Repórter da Agência Brasil

Brasília – Ministras e altas autoridades de países do Mercosul aprovaram hoje (5) documento de apoio e de mobilização por mais direitos para as trabalhadoras domésticas do bloco. Também aprovaram uma recomendação para que seja incorporada a perspectiva de gênero em acordos regionais e internacionais assinados no Mercosul.

Os documentos foram aprovados durante a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher no Mercosul (RMAAM), em Brasília. O evento antecede a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, que ocorre na próxima sexta-feira (7), em Brasília.

A manifestação de apoio às trabalhadoras domésticas foi motivada pela aprovação, ontem (4), em segundo turno, na Câmara dos Deputados do Brasil, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 478/2010. Chamada de PEC das Domésticas, a proposta estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

A integrante da Articulação Feminista Marcosur, Lilian Celiberti, disse que é grande a vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas e destacou a necessidade de fortalecer os direitos da categoria, ainda pouco consolidados nos países que integram o Mercosul.

“As leis voltadas ao trabalho doméstico no sentido remunerado não têm o alcance necessário para proteger essas trabalhadoras. Precisamos que as leis nacionais possam garantir o exercício do direito dessas trabalhadoras e, inclusive, detectar violências flagrantes a essas mulheres. Que seja incorporado na lei de trabalho doméstico que o controle das condições de trabalho das domésticas seja um direito”, disse Lilian Celiberti.

O documento traz ainda um voto de louvor aos deputados brasileiros e pede que agora os senadores também aprovem a PEC. O texto será encaminhado à deputada Benedita da Silva (PT-RJ), autora da proposta, e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Outro documento aprovado durante a reunião recomenda a incorporação da perspectiva de gênero nos acordos, documentos e instrumentos regionais e internacionais assinados pelo bloco. O texto sugere que a efetivação desse objetivo ocorra a partir da articulação das diferentes instâncias do Mercosul, com a RMAAM. Recomenda também que se aprofunde o intercâmbio de experiências, planos e programas relativos a políticas para as mulheres, articulando atuação comum na promoção e defesa dos direitos das mulheres nos fóruns regionais e internacionais.

A RMAAM começou no dia 3 e encerra os trabalhos hoje, após discussões sobre temas como o fortalecimento da perspectiva de gênero no Mercosul e os avanços recentes nas políticas para as mulheres.

Edição: Davi Oliveira // Atualizada às 15h para correção do nome Articulação Feminista Marcosur

Fonte: <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-12-05/mulheres-do-mercosul-pedem-ampliacao-de-direitos-das-domesticas>

ARGENTINA

TÉLAM

Política

Para Brasil, "no hay incompatibilidad entre estar en la CAN y el Mercosur a la vez"

Enviado especial

El secretario general para América del Sur de la cancillería brasileña, Antonio Simoes, se refirió a las negociaciones para que se incorpore Bolivia al Mercosur y dijo que "no hay incompatibilidad prima facie entre estar a la vez en la Comunidad Andina de Naciones y Mercosur".

En conferencia de prensa con los medios acreditados para cubrir la Cumbre de Jefes de Estado, Simoes también señaló que "el acuerdo de libre comercio con la Unión Europea estará sobre la mesa entre las muchas cosas que conversarán los cancilleres", en la Reunión del Consejo del Mercado Común que los ministros este jueves.

Al ser consultado sobre la situación del Paraguay -suspendido por decisión del bloque al quebrarse en ese país el orden democrático-, Simoes consideró que no ve "razón para discutir el tema Paraguay en primer plano en esta cumbre, además la Unasur ya se refirió hace poco sobre el tema".

Igualmente, desde el Palacio de Itamaraty de esta capital, recordó que el Mercosur "quiere participar como observador en el proceso electoral paraguayo" para elegir un nuevo presidente.

Sobre Bolivia y su pertenencia a la CAN, sostuvo: "No hay una incompatibilidad prima facie entre la CAN y el Mercosur", y sostuvo que en 2007 "fue tomada la decisión por el bloque (de analizar el ingreso de Bolivia) y en ese momento se creó un grupo de trabajo para definir su incorporación".

Fonte: <http://www.telam.com.ar/nota/46153/>

PARAGUAI

LA NACIÓN

Política

Aprestan al ingreso de Bolivia y Ecuador, en ausencia de Paraguay

El caso Paraguay no figura en la agenda, según el coordinador brasileño para el Mercosur, Antonio José Ferreira Simoes.

Con la presentación oficial de Venezuela como miembro pleno del Mercado Común del Sur (Mercosur) y la eventual entrada al bloque de sus aliados de la Unasur, Bolivia y Ecuador, se inicia hoy en Brasilia, Brasil, la segunda Cumbre de jefes de Estado -en lo que va del año- con la ausencia de Paraguay, suspendido tras el juicio político y posterior destitución de Fernando Lugo.

El ingreso de Venezuela logra consolidar la ampliación del bloque en sus 20 años de creación y a esto se suma la inminente aprobación como socios de Bolivia y Ecuador, según analistas internacionales.

Estos advirtieron que otro punto central de la agenda de los presidentes será el impulso decisivo del acuerdo de libre comercio negociado hace más de una década con la UE.

Aunque esta será la primera cumbre de Venezuela como miembro pleno del bloque comercial, la presencia del presidente, Hugo Chávez, aún no fue reconfirmada y el manto de duda se amplía, pues el último reporte de prensa que se tuvo del polémico mandatario

fue el 15 de noviembre, cuando viajó a Cuba para someterse a un nuevo tratamiento médico vinculado al cáncer que aseguró "estar curado".

El subsecretario para América del Sur de la cancillería brasileña, Antonio Simoes, aseguró que "espera indicaciones" del gobierno bolivariano, pero aclaró que, en otras ocasiones la presencia del presidente Chávez fue confirmada "a última hora".

Y con la "unión" de Venezuela, el Mercosur consigue ser potencia energética y agropecuaria que suma un PIB de 3,3 billones de dólares (83% del total sudamericano) y una población de más de 275 millones de personas, según datos oficiales.

La presidencia pro-tempore que mantuvo este semestre el Brasil pasará al Uruguay. Kirchner, Mujica, Morales y Correa ya aseguraron su presencia. La presidenta Dilma Rousseff será la anfitriona.

Hoy en vísperas de la cumbre de jefes de Estado, se reunirán los ministros de Economía y de Relaciones Exteriores. Para mañana se tiene previsto además un foro empresarial.

Paraguay, suspendido desde junio pasado ha desaprobado el ingreso de Venezuela a través de una resolución del Congreso.

Del Mercosur forman parte Brasil, Argentina, Uruguay, Venezuela y Paraguay. Chile, Ecuador, Colombia Perú y Bolivia están en el grupo de los países asociados. Y como miembros observadores figuran: México y Nueva Zelanda.

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/articulo/103195-aprestan-al-ingreso-de-bolivia-y-ecuador-en-ausencia-de-paraguay-.html>

URUGUAY

LARED21

POLÍTICA

Mercosur: Mujica viaja a Brasilia y Uruguay asume la presidencia temporal

El Presidente de la República es recibido en Brasilia donde comienza la 44ª cumbre de presidentes del Mercosur, una reunión donde Mujica intentará acordar distintos puntos con la mandataria anfitriona, en el marco de una convocatoria al bloque cuyo principal protagonismo está dado por el ingreso de nuevos países y la ausencia de Paraguay.

Nuestro país asume además por décima vez la presidencia pro-tempore del bloque regional, cargo que se define por orden alfabético y que hubiera correspondido a Paraguay, que no estará presente.

Durante esta deliberación se dará entrada formal al bloque a la República Bolivariana de Venezuela, y se formalizarán los pedidos de ingreso de Bolivia y Ecuador.

El presidente Mujica y sus aspiraciones de viaje

Uruguay debe mejorar la flexibilización lograda para distintas exportaciones uruguayas que tienen problemas de ingreso ocasional a Brasil, lo cual ha ocurrido a diferencia de con Argentina, por cuestiones intrínsecas a las mercaderías en buena parte de los casos.

El viernes Mujica se encontrará en un desayuno de trabajo con Dilma Rousseff, oportunidad en que el tema bien podría tratarse, aunque el encuentro incluye también a los restantes mandatarios.

Entre las prioridades que Mujica tiene en su agenda, está también avanzar en el tratado de libre circulación de personas y bienes con la República Federativa, a fin de que tanto el flujo de trabajadores, como el de insumos, se optimice lo antes posible.

El mandatario ha destacado que cree llegado el momento que el Mercosur deje de operar como "un simple intercambio comercial: debemos volcar la discusión hacia una verdadera integración y superar las asimetrías existentes", según sus propios dichos.

Mujica podría atender también aspectos de interés fiscal para los dos países, algo que los brasileños requieren en todo su tratamiento con los demás países a fin de evitar que sus

conciudadanos eludan cargas tributarias, cuestión que la situación binacional ha permitido durante largo tiempo.

Fonte: <http://www.lr21.com.uy/politica/1077570-mercosur-mujica-viaja-a-brasilia-y-uruguay-assume-la-presidencia-temporal>

DIA 07/12/12

O ESTADO DE SÃO PAULO

Nacional

Governo promulga protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul

07 de dezembro de 2012 | 5h 52

Reuters

O governo publicou no Diário Oficial da União desta sexta-feira decreto em que promulga o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, assinado em julho de 2006.

A entrada da Venezuela no bloco ocorreu em julho deste ano, depois que o Paraguai foi suspenso do Mercosul em consequência de um rápido processo de troca de presidente que foi repudiado por Argentina, Brasil e Uruguai. O Paraguai era o único país que faltava aprovar a entrada venezuelana.

Nesta sexta-feira, o Mercosul realiza uma cúpula de presidentes para comemorar a entrada da Venezuela no bloco, mas sem a presença do presidente Hugo Chávez, que era aguardado no encontro. Chávez, de 58 anos, está em Cuba, onde se submete a tratamento de saúde relacionado a um câncer.

O ministro de Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, afirmou na quinta-feira que o Mercosul está buscando a forma "mais adequada e rápida" para a plena incorporação do país no bloco, referindo-se à adoção da nomenclatura comum do Mercosul e convergência de tarifas para a Tarifa Externa Comum (TEC).

(Por Alberto Alerigi Jr.)

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-promulga-protocolo-de-adesao-da-venezuela-ao-mercosul,970500,0.htm>

Internacional

Bloco espera por pedido de adesão de Equador e Bolívia

A partir de abril, 28% dos produtos importados pelo país serão submetidos à taxa adotada pelos membros do Mercosul

06 de dezembro de 2012 | 23h 47

LISANDRA PARAGUASSU , BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Chefes de Estado reúnem-se hoje em Brasília para a Cúpula do Mercosul. Na primeira reunião como membro pleno do Mercosul, a Venezuela prometeu ontem adotar, em abril de 2013, a Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco para 28% dos seus produtos importados. No entanto, as tarifas internas, aquelas que precisam ser zeradas em 85% dos bens, e definem o que deveria ser um mercado comum, ainda não têm prazo para começar.

Diplomatas brasileiros que participaram da reunião de chanceleres explicaram que a negociação sobre as tarifas internas já foram feitas com o Brasil. Mas é preciso que sejam discutidas com cada um dos países. Nos próximos meses, começará uma negociação com a Argentina e, em seguida, com o Uruguai. Faltará ainda o Paraguai, suspenso pelo menos até abril. Ontem, o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, disse que a suspensão será mantida. Com a notória má vontade entre Caracas e Assunção, pode-se prever um debate complicado.

O Brasil tem um superávit comercial com a Venezuela de US\$ 3,3 bilhões. Por isso, a paciência brasileira com o processo de negociação é maior. No entanto, a expectativa da presidente Dilma Rousseff é a de aumentar o comércio com Caracas, já que o país importa

muito, tem recursos da venda do petróleo e tem o Brasil como segundo parceiro comercial. A avaliação do Itamaraty é que os venezuelanos decidiram acelerar a integração.

Negociação. Nos últimos quatro anos, enquanto esperava a aprovação do Congresso paraguaio para formalizar a adesão venezuelana, técnicos do Mercosul tentaram adiantar negociações mais simples, mas sem sucesso. Ontem, os venezuelanos ofereceram um cronograma, que foi prontamente aceito. Até o dia 5 de abril, Caracas se comprometeu a adotar 30% de todas as regras do bloco e a tarifa externa de 12% passará a valer para 28% dos produtos importados pelo país.

Os membros do Mercosul, reunidos hoje em Brasília, esperam uma decisão de Bolívia e Equador sobre a adesão ao bloco. Guiana e Suriname também esperam ter seu ingresso aprovado.

Durante as reuniões dos chanceleres, ontem, foram feitas manifestações políticas sobre o desejo dos dois países de sair do status de membro associado para pleno, mas não se sabe quais condições os presidentes Evo Morales e Rafael Correa vão impor e quais os prazos que deverão ser adotados.

Não há expectativa de que os presidentes saiam já de Brasília com protocolos de adesão assinados. Isso só ocorreria se os dois países concordassem com o mesmo processo de adesão que foi feito com a Venezuela, com prazos semelhantes e condições iguais, o que dificilmente aconteceria. Mas, se Correa e Evo formalizarem o pedido de adesão, o processo poderia começar a tramitar já na próxima reunião, em julho, no Uruguai. / L.P.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,bloco-espera-por-pedido-de-adesao-de-equador-e-bolivia,970269,0.htm>

O GLOBO

Economia

Ministro da Energia representa Venezuela em cúpula do Mercosul

France Presse

BRASILIA, 07 dez 2012 (AFP) - O ministro da Energia da Venezuela e titular da estatal petrolífera PDVSA, Rafael Ramírez, representará seu país na cúpula do Mercosul nesta sexta-feira em Brasília, na qual não comparecerão o presidente Hugo Chávez e o vice-presidente Nicolás Maduro, informou a chancelaria brasileira.

'Rafael Ramírez representará a Venezuela na cúpula. Nicolás Maduro não vem', confirmou à AFP a assessoria de imprensa do Itamaraty.

Na quinta-feira já havia sido confirmado que Chávez, que passou dez dias em Cuba realizando um tratamento médico, não participaria da cúpula do Mercosul.

O encontro de Brasília marca a estreia da Venezuela como membro pleno do Mercosul, após a aprovação de sua entrada em julho.

A cúpula de Brasília, que terá a presidente Dilma Rousseff como anfitriã, contará com a participação dos presidentes da Argentina, Cristina Kirchner, e do Uruguai, José Mujica, além dos da Bolívia, Evo Morales, e Equador, Rafael Correa, que, espera-se, expressem seu interesse em aderir ao bloco.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/12/ministro-da-energia-representa-venezuela-em-cupula-do-mercosul.html>

Líderes do Mercosul se reúnem em Brasília para discutir adesões

Bloco deve iniciar nesta sexta (7) processo para incluir Bolívia e Equador.

Em tratamento, Chávez não deve ir à cúpula; Paraguai continua suspenso.

Brasília recebe nesta sexta-feira (7) a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados. No encontro, os presidentes dos países membros deverão discutir a entrada de Bolívia e Equador no bloco econômico. O evento deverá dar início aos trâmites formais para a entrada, que depende, no entanto, da aprovação pelo Poder Legislativo de cada país.

Atualmente, os dois países são Estados associados ao bloco, ao lado de Chile, Peru e Colômbia. Os membros plenos são Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela. O Paraguai, no entanto, está suspenso do grupo desde a destituição de Fernando Lugo da presidência do país, em junho.

A Venezuela, recém-incorporada ao bloco, deverá enviar como representante o vice-presidente, Nicolás Maduro, já que Hugo Chávez viajou a Cuba para tratamento médico contra o câncer. Embora já formalmente inserida no bloco, a Venezuela ainda está em processo de integração às normas e estatutos do Mercosul, sobretudo na área tarifária e comercial. Saiba mais

No encontro, os presidentes deverão discutir também a criação de um programa regional de intercâmbio estudantil. A ideia é criar um "sistema de mobilidade acadêmica" no Mercosul, que estimule a circulação de estudantes entre os países do bloco.

O Mercosul foi fundado em 1991 para incrementar os fluxos comerciais entre os países membros. Em 1990, as exportações entre eles alcançaram US\$ 4,1 bilhões; em 2011, chegaram a US\$ 60,6 bilhões, segundo o Ministério de Relações Exteriores.

O Itamaraty sustenta que, com o ingresso da Venezuela, em agosto de 2012, o bloco tornou-se uma potência energética mundial, reunindo grandes reservas de petróleo, xisto e gás natural.

Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/lideres-do-mercosul-se-reunem-em-brasilia-para-discutir-adesoes.html>

AGÊNCIA BRASIL

Cúpula do Mercosul

Venezuela vai adotar 30% das normativas do Mercosul até o primeiro trimestre de 2013

06/12/2012 - 19h26

Mariana Tokarnia

Brasília – A Venezuela vai acelerar o processo de incorporação das normativas do Mercosul. Até o primeiro semestre de 2013, o país se comprometeu a adotar 30% de todas as regras do bloco. Representando a Venezuela na reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Brasília, a vice-ministra de Relações Exteriores para a América Latina e o Caribe, Verónica Guerrero, declarou que o governo venezuelano irá adotar a nomenclatura comum do bloco, e que até 5 de abril do ano que vem, 28% dos produtos estarão de acordo com a Tarifa Externa Comum (TEC).

Pouco antes do fim da reunião do CMC, o porta-voz do Itamaraty, embaixador Tovar da Silva Nunes, disse que o Brasil, como presidente pro tempore do Mercosul, está satisfeito com o empenho da Venezuela. Segundo ele, serão feitos concursos, no próximo ano, para o ingresso de 15 técnicos venezuelanos na equipe do Mercosul.

O valor da contribuição da Venezuela para os vários órgãos do Mercosul, como a Secretaria-Geral e o Fundo de Convergência Estrutural (Focem), também está sendo discutido na reunião do conselho. Segundo o porta-voz, os valores exatos ainda não foram estipulados. Mas o país reafirmou que irá contribuir com todos os fundos do bloco.

Durante a reunião, a Guiana manifestou pela primeira vez, oficialmente, o interesse em entrar no Mercosul. A partir de agora serão iniciados os trâmites para que o ingresso seja avaliado pelos países-membros. A Bolívia, o Equador e Suriname também estão em análise.

A adesão da Venezuela levou o Mercosul a alcançar 270 milhões de habitantes, o equivalente a 70% da população da América do Sul. O Produto Interno Bruto (PIB) do mercado comum é US\$ 3,3 trilhões, aproximadamente 83,2% do PIB sul-americano. Se a Guiana, o Suriname, a Bolívia e o Equador passarem a integrar o bloco, mais US\$ 200 bilhões serão acrescentados.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-06/venezuela-vai-adotar-30-das-normativas-do-mercosul-ate-primeiro-trimestre-de-2013>

Internacional

Integração plena da Venezuela no Mercosul ocorrerá até abril de 2013

06/12/2012 - 15h53

Renata Giraldi e Mariana Tokarnia

Brasília – Os chanceleres do Mercosul conseguiram hoje (6) fechar uma série de negociações para garantir que, em 5 de abril de 2013, a Venezuela terá atendido às principais exigências para ser integrada de forma plena ao bloco. Até lá, um terço dos produtos venezuelanos estarão dentro da nomenclatura e das normas do Mercosul.

Os ministros anunciaram também que, paralelamente, o Mercosul buscará o chamado fortalecimento produtivo, para incentivar o desenvolvimento do comércio e da economia na região.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, o fortalecimento produtivo se refere a incrementar a capacidade tecnológica e adotar medidas que incentivem a competitividade industrial e leve ao desenvolvimento do comércio estratégico. “A reunião foi muito produtiva e estamos avançando de forma acelerada”, disse ele.

Patriota acrescentou ainda que, durante as discussões que ocorreram hoje, no Conselho do Mercado Comum (CMC), foi definido o Sistema Integrado do Mercosul (SIM) que se refere à implementação de ações que incentivem o intercâmbio de estudantes em nível superior – graduação e pós-graduação na região.

Também foram discutidas a ampliação do Programa Ciência sem Fronteiras, a aproximação do setor privado com os órgãos públicos, a rede de agricultura familiar e a realização da Cúpula Social. As reuniões do CMC foram divididas em duas etapas – pela manhã, com chanceleres e embaixadores, e à tarde, com os ministros da Economia e presidentes de bancos centrais da região.

Os chanceleres adiaram a retomada da reunião, na parte da tarde, para irem ao velório do arquiteto Oscar Niemeyer, de 104 anos, que foi homenageado pelo grupo na primeira etapa de reuniões. Os ministros e embaixadores saíram juntos do Palácio Itamaraty em direção ao Palácio do Planalto – onde o arquiteto está sendo velado.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-06/integracao-plena-da-venezuela-no-mercosul-ocorrera-ate-abril-de-2013>

ARGENTINA

LA NACIÓN

Política

Un viaje a Brasil para reflotar el Mercosur

Lejos del clima de tensión que se vive en la Argentina ante un 7-D oficialista opacado por la extensión de la medida cautelar que favorece al Grupo Clarín, Cristina Kirchner llegaba esta madrugada aquí para participar de la cumbre de presidentes del Mercosur. En la cita no sólo no estará su aliado mediático Hugo Chávez para consolarla, sino que tampoco podrá imponer el tema que más la conmueve en estas horas, ya que la agenda del bloque regional pasará por tópicos de mayor urgencia.

Sin 7-D para festejar, Cristina Kirchner participará de una reunión de presidentes donde el objetivo central es reflotar el alicaído Mercosur. Los cancilleres que ayer dieron inicio a la cumbre fijaron como objetivos centrales establecer nuevas metas de mecanismos arancelarios únicos e impusieron compromisos concretos a los socios que se sumaron al mercado, como es el caso de Venezuela.

La cumbre empezó en medio del masivo velatorio de Oscar Niemeyer, el ilustre arquitecto brasileño que diseñó buena parte de los edificios emblemáticos de esta ciudad. Mientras largas filas de ciudadanos, junto con la presidenta Dilma Rousseff, pasaban por Planalto, la sede presidencial, a despedir los restos de Niemeyer, en el edificio Itamaraty se desarrollaron las deliberaciones que hoy continuarán con la presencia de todos los presidentes

del bloque con la excepción de Chávez, que se encuentra en Cuba por un tratamiento contra el cáncer, y de Federico Franco, de Paraguay, país que está suspendido del bloque desde la destitución de Fernando Lugo.

Fuentes de la Casa Rosada dijeron a LA NACION que la Presidenta igualmente buscará colar en su discurso la necesidad de "democratizar los medios". Se podría sustentar en el documento que ayer firmaron los miembros del Foro Social del Mercosur, en el que instaron a los países del bloque a seguir el modelo de la Argentina y el de Venezuela en política comunicacional. En ese debate se elogió ayer el 7-D, ahora opacado.

Es probable que en el documento final de los presidentes haya una mención al tema de los medios a pedido de la Argentina. Pero no será un eje central. Los presidentes acordaron que se concentrarán hoy en avanzar hacia dos medidas concretas tendientes a reflotar al bloque regional.

Por un lado, plantearán la necesidad de fijar como obligatorio de aquí a abril de 2013 que el 28% del universo tarifario del Mercosur pase a tener un arancelamiento externo común. Por otra parte, Brasil, la Argentina y Uruguay instarán a Venezuela a que en el primer trimestre de 2013 cumpla con el 30% de la normativa del Mercosur para poder ser miembro pleno del bloque. Esta exigencia es una muestra de rigidez que los jefes de Estado quieren exponer hacia los socios que se sumen al bloque, como son los casos de Bolivia y Ecuador. Los presidentes Evo Morales y Rafael Correa estarán aquí para participar de las deliberaciones.

Bilateral

Una vez concluida la apertura de la cumbre, y luego del almuerzo de presidentes, Dilma Rousseff y Cristina Kirchner mantendrán una reunión bilateral en el Planalto. "Será un encuentro con la firme intención de profundizar las relaciones entre ambos países y mostrar al mundo que más allá de las diferencias que existen, en Brasil y la Argentina hoy se tiene plena sinergia", gráfico a LA NACION una fuente de la diplomacia brasileña.

La reunión será una continuidad del encuentro que ambas tuvieron en Buenos Aires hace 10 días. En esta cita bilateral se analizarán los temas más complejos de la relación: las trabas a las importaciones, las diferencias arancelarias, los acuerdos de cooperación nuclear y los acuerdos por inversión en materia energética.

Hay voluntad de acuerdo. No es casual que la Presidenta haya decidido llegar a esta ciudad con todo el gabinete nacional. Quizás era una manera de extender los festejos del 7-D que ya no podrán ser..

Fonte: <http://www.lanacion.com.ar/1534293-un-viaje-a-brasil-para-reflotar-el-mercosur>

TÉLAM

Economía

La balanza comercial exterior del Mercosur subió 54% en cinco años

El comercio exterior del bloque trepó 53,82%, en tanto que el intercambio intrarregional creció 58,44 por ciento en igual período, según datos dados a conocer en el marco de la XLIV Reunión de Jefes y Jefas del Mercosur y Estados Asociados.

La Cumbre se llevará a cabo mañana en la capital brasileña, y tomará parte de ella la presidenta Cristina Fernández de Kirchner, junto a la mayor parte de los mandatarios de la región.

Argentina fue uno de los países que reflejó mayor mejora en materia de comercio, ya que sus exportaciones intrabloque subieron 65,65 por ciento pasando de 13.629 millones de dólares en 2007 a 22.577 millones en 2011.

Brasil incrementó su comercio con los países socios en 46,95 por ciento y cuenta con los volúmenes más altos de la región, con 32.444 millones de dólares en 2011 contra 22.078 millones de 2007.

No obstante, en evolución porcentual, los más beneficiados por la existencia del Mercado Común del Sur fueron Paraguay y Uruguay, en ese orden, que más que duplicaron sus exportaciones.

Paraguay pasó de vender por 1.386 millones de dólares a sus socios en 2007, a hacerlo por 2.908 millones, con un crecimiento de 109,81 por ciento; y Uruguay trepó 101,47 por ciento en ese período, de 1.353 millones a 2.726 millones de dólares.

El flamante socio, Venezuela, por su parte, exportó previo a su incorporación al bloque por 2.039 millones de dólares en 2011, contra los 1.123 millones de 2007, y un consecuente incremento de 58,44 por ciento.

Entre los cinco socios, pasaron de venderse 39.569 millones de dólares en 2007 a 62.694 millones el año pasado.

En cuanto al intercambio con el resto del mundo, la Argentina se mantuvo por encima del promedio, con un incremento de 57,04 por ciento, pasando de 98.505 millones de dólares en 2007 a 154.693 millones.

Por su parte, Brasil creció 71,46 por ciento en sus exportaciones extrabloque, desde 281.267 millones de dólares en 2007 a 482.279 millones el año pasado.

Paraguay y Uruguay volvieron a superar porcentualmente al resto de sus socios, con los guaraníes en primer término trepando 110,62 por ciento, de 8.356 millones de dólares a 17.010 millones de dólares.

El país charrúa, por su parte, marcó una mejora del 84,80 por ciento, a partir de una facturación por exportaciones de 9.810 millones de dólares en 2007 a 18.129 millones de dólares en 2011.

En tanto que Venezuela no registró variaciones entre 2007 y 2011, y se mantuvo por encima de los 110.000 millones de dólares.

Fonte: <http://www.telam.com.ar/notas/201212/445-la-balanza-comercial-externo-del-mercosur-subio-54-en-cinco-anos.html>

URUGUAI

LA RED 21

Política

Mujica planteará unificar las políticas fiscales y monetarias del MERCOSUR

El presidente José Mujica aseguró que durante la Cumbre del MERCOSUR que se realiza este viernes propondrá unificar las políticas fiscales y monetarias, y dijo que prevé mantener un encuentro bilateral con su par Cristina Fernández, ya estas reuniones "siempre se utilizan para chusmear".

Mujica dijo que en la Cumbre de Jefes de Estado del Mercosur que se celebra en Brasilia se suscribirán "acuerdos importantes, en especial con Brasil, que tienen que ver con mejorar las relaciones para que Uruguay pueda entrar fuerte en la industria náutica, que está ligada a las necesidades brasileras".

Telemundo informó este jueves a la noche, tras el arribo del mandatario a Brasilia, que Uruguay llevará a la Cumbre el planteo de "poner una agenda de discusión de una serie de cosas, en las que se espera converger algún día". En ese marco se refirió a la política fiscal y monetaria.

"Todos tenemos modelos distintos, no son temas de corto plazo, pero hay que poner una proa", y reiteró su intención de impulsar modificaciones jurídicas para el bloque. Uruguay asume este viernes la presidencia pro t mpore el MERCOSUR, tras la decisión del bloque de suspender a Paraguay, a quien le correspondía el mandato por los próximos seis meses.

Chusmear

El mandatario fue consultado por la prensa una eventual reunión bilateral con alguno de los jefes de Estado presentes, entre ellos la mandataria argentina Cristina Fernández. En tal

sentido Mujica respondió que "puede ser", que se realice tal encuentro porque aseguró que estas reuniones "siempre se utilizan para chusmear".

Fonte: <http://www.lr21.com.uy/politica/1077756-cumbre-mujica-plantea-unificar-las-politicas-fiscales-y-monetarias-del-mercosur>

EL OBSERVADOR

Nacional

Mujica pretende "sacudir" al Mercosur durante su presidencia

El mandatario quiere que el acercamiento a Brasil sea paradigmático y se plasme a corto plazo en hechos concretos en materia productiva y energética

Uruguay asume hoy viernes la presidencia pro t mpore del Mercosur y el mandatario José Mujica tiene la intención de "dar un sacud n" al bloque, dijo a El Observador desde Brasilia, el prosecretario de la Presidencia, Diego Cánepa.

La delegación oficial aspira a ajustar hoy el acuerdo con la administración de Dilma Rousseff para que la integración funcione en forma aceiteada entre ambos países en contraposición con el Mercosur, que enfrenta una serie de dificultades. Las trabas surgen fundamentalmente por las restricciones que impone Argentina al comercio y al cambio de dólares, lo que se estima que afectará la llegada de turistas en verano.

Cánepa explicó desde Brasilia que la idea es "resolver todo lo que está empantanado y no caer en la burocracia". Destacó también la voluntad política que existe hoy para avanzar. "El acuerdo Uruguay-Brasil será paradigmático" y ejemplo de lo que se quiere para la región, explicó el jerarca. Incluso se firmarn  acuerdos para resolver aspectos de integración productiva a corto plazo y quedará listo un acuerdo energético para la instalación en la zona este de Uruguay de un parque eólico que alimentar  a ambos países a través de la interconexión que se construye.

Según dijo a El Observador otra fuente del gobierno, en el Ejecutivo aspiran a que se pueda dar un encuentro bilateral con Dilma Rousseff que permita firmar otra declaración más concreta camino a la integración total.

Mujica, que llegó ayer a Brasil en un vuelo privado y hoy cumplir  una extensa agenda, viajó acompañado, además de Cánepa, del ministro de Economía, Fernando Lorenzo, y el presidente de ANCAP, Raúl Sendic. En la avanzada estuvieron el canciller Luis Almagro, Luis Porto, subsecretario de Industria, y Sebastián Torres, director de Industria.

Para el presidente, Uruguay debe compensar con Brasil los problemas para exportar que tiene con Argentina. El miércoles de noche, en un asado en el quincho de su amigo y vecino Sergio Varela, el presidente volvió a mencionar a Brasil y China como los mercados del futuro.

Esta mañana, el presidente participará en Brasilia en un desayuno de trabajo ofrecido por la anfitriona Rousseff para los jefes de Estado del Mercosur y posteriormente habrá una reunión de los mandatarios con sus colegas de los países asociados al bloque e invitados al encuentro.

Tras el almuerzo, Mujica asistir  al cierre del Foro Empresarial del Mercosur, y esa será la última actividad paralela a la cumbre.

El posible ingreso de Bolivia como miembro pleno y la consolidación del proceso de adhesión de Venezuela, que participa por primera vez con todos los derechos, son dos de los asuntos centrales de la cumbre. El presidente Hugo Chávez no viajó pues se encuentra en Cuba, donde recibe tratamiento contra el c ncer.

El futuro de Paraguay, tras la crisis que derivó en su suspensión del Mercosur desde junio pasado a raíz de la destitución del expresidente Fernando Lugo, también está en la agenda de la reunión del Mercosur. Las elecciones en Paraguay serán en abril de 2013.

Fonte: <http://www.elobservador.com.uy/noticia/238787/mujica-pretende-sacudir-al-mercosur-durante-su-presidencia/>

O ESTADO DE SÃO PAULO

<http://www.estadao.com.br>

Opinião

Atrofia e inchaço no Mercosul

08 de dezembro de 2012 | 2h 06

O Estado de S.Paulo

A crise internacional torna ainda mais importante a integração latino-americana, disse a presidente Dilma Rousseff, ao discursar em mais uma inútil reunião de cúpula do Mercosul. Essa retórica teria algum sentido se o bloco criado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e inchado com o ingresso recente da Venezuela bolivariana tivesse uma história de sucesso. Mas a história real é outra e dificilmente será melhorada com a participação do caudilho Hugo Chávez em suas decisões ou com o ingresso da Bolívia (o protocolo de adesão foi assinado na sexta-feira pelo presidente Evo Morales). Fundado há 21 anos, o Mercado Comum do Sul - este é seu nome completo - continua longe de cumprir as quatro condições necessárias à realização de seus objetivos, a começar pelo estabelecimento da "livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco". As palavras entre aspas constam de um material informativo do Itamaraty. Talvez impressionem pessoas pouco informadas sobre o assunto.

Apesar do falatório sobre integração, o comércio no interior do Mercosul continua prejudicado por barreiras protecionistas. Além de cotas, complicadas licenças de importação e pequenos truques para atrapalhar os negócios, o intercâmbio regional inclui uma aberração conhecida pelo nome de regime automotivo, renovado e alterado de tempos em tempos para atender aos interesses das montadoras e fábricas de autopeças instaladas na Argentina. Serão necessários mais 21 anos para se chegar à livre circulação de bens?

O estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e de uma política comercial conjunta é a segunda condição indicada no material informativo do Itamaraty. Cheia de furos, a TEC é em grande parte uma ficção. Esse tipo de tarifa é uma característica de uniões aduaneiras. Mas esse status é uma anomalia, porque nem as características de uma zona de livre comércio são encontradas no Mercosul.

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, terceira condição, só é mencionável como piada, assim como o quarto item, o compromisso de "harmonizar a legislação nas áreas pertinentes" para "fortalecer o processo de integração".

O comércio entre os países-membros de fato cresceu, ao longo dos 21 anos. Mas teria crescido muito mais se os sócios do bloco tivessem constituído apenas uma área de livre comércio digna desse nome, sem a ambição de estabelecer uma união aduaneira. Essa união só tem servido para impedir os países-membros de negociar separadamente acordos comerciais de seu interesse com parceiros de fora. Um dos resultados tem sido a prioridade a acordos com mercados em desenvolvimento e pouco significativos, um reflexo da aliança terceiro-mundista do kirchnerismo com o petismo.

Do ponto de vista comercial, a adesão da Venezuela e da Bolívia pouco acrescentará a um bloco emperrado pelo protecionismo, pela incapacidade de criar cadeias produtivas e pela dificuldade de negociar acordos com países desenvolvidos. Essa dificuldade será agravada, se os novos sócios decidirem agir, provavelmente em conjunto, contra acordos com aqueles parceiros.

Além do mais, nem a TEC tem impedido a presença crescente, no Mercosul, de produtos da China e de outros países de fora do bloco. Para a indústria brasileira, a perda de mercado tem sido acelerada pelo protecionismo argentino. Esse protecionismo tem prejudicado os produtores brasileiros mais que os externos.

A presidente Dilma Rousseff deve conhecer esses fatos, mas prefere manter a diplomacia comercial definida por seu antecessor e pelos conselheiros por ele escolhidos. Continua presa a um mundo de fantasia, incapaz de fixar políticas com base nos interesses objetivos da economia brasileira. Também continua presa às ficções ideológicas da associação entre petismo e kirchnerismo. Entre outros maus resultados, essa aliança produziu, no

Mercosul, a suspensão do Paraguai e a admissão da Venezuela. O Paraguai ficou fora da cúpula de Brasília, enquanto a presidente brasileira celebrava a democracia com representantes de governos defensores do controle da imprensa e conhecidos por sua vocação autoritária.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,atrofia-e-inchaco-no-mercosul-970843,0.htm>

Internacional

Bolívia firma protocolo de adesão e dá passo crucial para entrar no Mercosul

Novo sócio. Assinatura de documento abre processo para que bolivianos se convertam no sexto membro pleno do bloco sul-americano; aprovação dos Legislativos de todos os demais integrantes, condição essencial para o ingresso, pode levar até 4 anos

08 de dezembro de 2012 | 2h 03

LISANDRA PARAGUASSU , BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Em um movimento que surpreendeu até mesmo os negociadores, a Bolívia deu ontem um passo importante para se tornar o sexto país-membro do Mercosul. A assinatura do protocolo de adesão, que dá início à entrada do país no bloco, foi celebrada ontem, no final da plenária da Cúpula de Chefes de Estado do bloco, ontem, em Brasília, e vai agora para a aprovação dos Congressos dos demais países-membros.

O cronograma apresentado ontem prevê que em até quatro anos a Bolívia esteja plenamente incorporada ao mercado comum. No entanto, o Paraguai - cujo Congresso jamais deu aval à entrada da Venezuela no grupo sul-americano - anunciou, na quinta-feira, que não apoia a entrada de La Paz. Até o dia anterior, o governo boliviano não havia enviado sinais de que tomaria uma decisão tão rápida.

Dois dias antes, o subsecretário para América do Sul, Central e Caribe, o embaixador Antonio Simões, negou categoricamente que haveria, nessa reunião, qualquer adesão de novos membros. Ontem, outro diplomata que acompanhou as conversas confirmou que as negociações foram "muito rápidas".

Esperava-se que o presidente Evo Morales chegasse ao Brasil com a decisão de entrar, já que, na semana passada, ele dissera, em La Paz, que planejava a adesão desde que pudesse manter o país também na Comunidade Andina de Nações (CAN).

No entanto, imaginava-se que seria necessário um período de negociação dos termos de entrada. Evo, porém, ao tomar conhecimento do protocolo assinado pela Venezuela, em 2006, disse que não teria nada a acrescentar e poderia assinar o documento de adesão ontem mesmo.

A Bolívia foi convidada pela primeira vez para integrar o bloco em 2007. O convite foi repetido em 2011.

Muito mais por questões internas do que por falta de interesse, as conversas não avançaram. Até este ano, Evo não tinha segurança para bancar a adesão, já que em seu país a entrada no Mercosul não é consensual.

A decisão de La Paz terminou sendo apressada em razão das dificuldades enfrentadas pela CAN.

Depois que Chile, Peru e Colômbia fizeram acordos de livre-comércio com os EUA e começaram a negociar o desenvolvimento da Aliança do Pacífico - que inclui ainda o México -, o crescimento do bloco terminou limitado, o que fez os países da região procurarem alternativas de integração. Ontem, os demais presidentes do bloco saudaram a decisão da Bolívia. A presidente Dilma Rousseff, em seu discurso - escrito antes de saber da decisão de Evo -, saudou o "início de um diálogo estruturado com o Mercosul".

"A entrada da Bolívia torna o Mercosul muito mais forte. Eu queria, em nome de todos os países, dar as boas-vindas ao nosso querido presidente Evo Morales e ao povo boliviano." Com um PIB de US\$ 24,6 bilhões, a Bolívia seria o segundo país mais pobre do Mercosul - o Paraguai continuará ocupando a última posição, com um PIB de US\$ 21,2 bilhões.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,bolivia-firma-protocolo-de-adesao-e-da-passo-crucial-para-entrar-no-mercosul-970780,0.htm>

VALOR ECONÔMICO

<http://www.valor.com.br/>

Brasil

As "chances" da Europa e Mercosul

Por Sergio Leo

Realizada quase que somente para ganhar tempo, por sugestão dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, pouco entusiasmados com a ideia de aprofundar as negociações de livre comércio entre Mercosul e Venezuela, a consulta pública oficial feita a empresários brasileiros sobre o interesse em buscar o acordo com os europeus surpreendeu autoridades, com muito mais apoios à negociação do que imaginava o governo. No entanto, o acordo Mercosul-União Europeia foi um dos temas desdenhados na cúpula do bloco sul-americano, realizada na semana passada.

O assunto pairou, apenas, pela cúpula. O presidente uruguaio, Pepe Mujica, que presidirá o Mercosul nos próximos seis meses, declarou, após encontro com a presidente Dilma Rousseff, ver a crise europeia como uma chance para obter o acordo. O aperto fiscal na Europa facilita a remoção de um obstáculo, os escandalosos subsídios agrícolas europeus, disse Mujica, ao prever que o acordo com a UE seria um dos principais temas em Brasília. Não foi. Na extensa declaração dos presidentes do bloco, após três parágrafos sobre China, o item 50, de 61, fala de "apoio" à negociação com os europeus, por um acordo "abrangente e equilibrado".

Continua valendo, porém, a advertência levada ao Congresso _ e ao próprio governo _ pelo ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota: para o Brasil, nessa discussão de comércio com a União Europeia, ficar parado não é manter o status quo; é retroceder. Em 2013, o Brasil, por já ter deixado de ser uma economia pobre há tempos, perderá o direito a tarifas mais baixas de importação na Europa, pelo Sistema Geral de Preferências (SGP) _ que hoje facilita a entrada de 12% das vendas do país ao continente.

Com novos sócios do bloco, acordos ficam mais distantes

Com o fim do SGP, exportações brasileiras de produtos tão distintos quanto químicos, autopeças e calçados ficarão mais caras para o consumidor europeu e correm o risco de perder sua já combatida competitividade. Os europeus minimizam o impacto do corte do SGP e falam em queda de apenas 1% nas vendas do Brasil, o que, além de ser muito abaixo do que acredita o governo brasileiro, subestima o impacto sobre alguns dos principais produtos manufaturados vendidos à Europa.

Além disso, os europeus vêm consolidando seu espaço na América do Sul, nos países mais ativos em matéria de acordos comerciais; hoje, o Parlamento Europeu discute a ratificação do acordo de livre comércio com Colômbia e Peru, que deve ser confirmada amanhã e facilitar a venda de produtos químicos e automotivos europeus - entre outros - nesses dois países, abrindo espaço para produtos alimentícios colombianos e peruanos na União Europeia.

A União Europeia reduziu o status do Mercosul em seus planos estratégicos de ampliação de comércio, parte pelas dificuldades em superar seu próprio protecionismo agrícola, parte pelo cenário desalentador exibido pelo crescente protecionismo dentro do Mercosul. Mas, em 24 de janeiro, estarão no Brasil, para um encontro de cúpula do país com a União Europeia, o presidente do bloco europeu, José Manuel Barroso, o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e o comissário de Comércio, Karel De Gucht. Em seguida, irão reunir-se com o Mercosul, para falar do acordo comercial, durante o encontro de cúpula dos países latino-americanos, no Chile.

Dilma Rousseff emite sinais ambíguos sobre o que pensa da oportunidade com os europeus. Declara apoio às negociações do acordo entre Mercosul e União Europeia, mas demonstra, para pessoas próximas, pouca expectativa de êxito. A verdade é que o próprio Mercosul se afasta das já difíceis perspectivas de um acordo abrangente com a Europa.

Na noite de sexta-feira, após a cúpula em Brasília, Dilma conversou por três horas com a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, sobre travas comerciais entre os dois maiores

sócios do Mercosul. À saída, autoridades exibiram sorrisos e declarações otimistas, mas a conversa foi dura.

Dilma cobrou de Cristina o fim da discriminação contra Brasil, que elevou importações argentinas de bens europeus e americanos enquanto reduziu compras dos mesmos produtos originadas do Brasil, sob o controle discricionário do ministro de Comércio Interno argentino, Guillermo Moreno. Os brasileiros ouviram também queixas de barreiras brasileiras e concordaram em coordenar melhor o acompanhamento do comércio bilateral e avaliar a situação em encontro de técnicos, em janeiro.

As pouco transparentes barreiras argentinas começam, porém, a tornar-se obstáculo menor aos futuros acordos comerciais do Mercosul, frente à maneira atabalhoada como o bloco busca sua expansão. Semana passada, seis meses após a oficialização da entrada da Venezuela no Mercosul, diplomatas brasileiros comemoravam, durante a cúpula, o tímido avanço das conversas com os venezuelanos para incorporar as normas do bloco e abrir portas ao livre comércio com os sócios.

Foi apresentada como sinal de êxito a decisão venezuelana de adotar, já no ano que vem, o mesmo sistema de classificação de produtos do comércio exterior vigente no Mercosul - passo mínimo a se esperar em um acordo de integração.

Ninguém na região sabe dizer o como serão compatibilizados o status de sócio da Venezuela no Mercosul com a volta do Paraguai, em abril, após as eleições que marcarão a normalização democrática no país. Suspenso do bloco após o precipitado impeachment do presidente Fernando Lugo, o Paraguai rejeitou no Senado a sociedade com a Venezuela. É assim, sem saber como abrigar venezuelanos e paraguaios no mesmo salão, que o Mercosul agasalhou às pressas um protocolo de adesão da Bolívia.

Negociações comerciais do bloco já teriam de prever dois trilhos de discussão; um deles, à parte, só para os venezuelanos. Com os bolivianos em processo de entrada, o Mercosul pode ter assentado uma pedra tumular sobre as perspectivas de participar do processo mundial de formação de acordos de liberalização comercial.

Na próxima coluna, volto a falar da Bolívia, novo sócio.

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/2933840/chances-da-europa-e-mercosul>

Barreiras argentinas e PIB do Brasil preocupam Mercosul

Por Daniel Rittner e Thiago Resende | De Brasília

O baixo crescimento do Brasil, as barreiras protecionistas da Argentina, a suspensão temporária do Paraguai e a demora da Venezuela em abrir plenamente seu mercado são fatores que causam uma onda de desânimo nos empresários do Mercosul. Quase todos apontam a dificuldade em transformar o potencial de negócios em aumento efetivo do comércio e dos investimentos.

Um dos alvos preferenciais das queixas é o protecionismo argentino. "As nossas vendas para a Argentina, até novembro, caíram 15% na comparação com mesmo período do ano passado", disse o presidente da União dos Exportadores do Uruguai, Álvaro Queijo. Para ele, a crise internacional acentuou a tendência do bloco de impor barreiras ao comércio, mesmo entre seus próprios sócios.

"Ninguém está satisfeito com o ritmo em que o Mercosul vem caminhando", completou o uruguaio. Ele pediu que os governos do bloco preservem os países vizinhos de barreiras erguidas para evitar a entrada de produtos asiáticos. E cobrou o principal membro do Mercosul: "Reconheço que o país tem suas lutas internas, entre os Estados, mas o Brasil também deveria imprimir mais velocidade na sua liderança."

De acordo com Luis González Arias, representante da União Industrial Paraguaia (UIP) e ex-embaixador do Paraguai no Brasil, a suspensão temporária do país do Mercosul dificultou ainda mais a entrada de seus produtos na Argentina. Ele relatou que embarcações paraguaias transportando contêineres para a Argentina, por rio, têm sido parados na fronteira para uma inspeção de segurança que é cobrada dos exportadores e atrasa a entrega das mercadorias.

"Não há nenhum diálogo com o governo argentino", protestou González Arias, que defende a legalidade do processo de destituição do ex-presidente Fernando Lugo, fato que gerou a suspensão do Paraguai. "Nem sequer a diretora paraguaia da aduana é recebida oficialmente pelos argentinos. É um disparate", concluiu.

O presidente da seção venezuelana da Câmara de Comércio e Indústria Venezuela-Brasil, Nelson Quijada, destacou a possibilidade de crescimento dos negócios entre os dois países, mas reclamou do desequilíbrio na balança comercial. No ano passado, o Brasil exportou US\$ 4,5 bilhões para a Venezuela, mas comprou apenas US\$ 1,2 bilhão. "Nenhuma relação tão desbalanceada se sustenta por muito tempo", afirmou.

Para Rubens Gama, diretor do departamento de promoção comercial e investimentos do Ministério de Relações Exteriores, é necessário ter uma maior integração produtiva entre as nações do bloco e o fortalecimento de pequenas e médias companhias.

Gama avalia que ainda há muito potencial de comércio entre os países do Mercosul. No caso brasileiro isso ocorre principalmente em relação a produtos manufaturados - setor em que o país é "mais competitivo" frente às outras economias do bloco.

Paralelamente à cúpula de chefes de Estados do Mercosul, foi realizado o 1º Fórum Empresarial do Mercosul, uma forma de que o encontro não fosse apenas governamental.

As discussões foram centradas em quatro áreas: agronegócio, energia, inovação e infraestrutura. Gama destacou que o setor empresarial aponta a necessidade de melhorias, principalmente, em logística para aumentar a integração internacional.

Estudo feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que, se R\$ 12,9 bilhões fossem investidos em oito eixos de transporte de cargas do Mercosul até 2020, os gastos com logística cairiam R\$ 1,8 bilhão por ano. O eixo rodoviário Buenos Aires-São Paulo foi uma das obras citadas.

Além disso, com problemas econômicos internos, a Argentina passou a adotar uma política cambial e medidas que mudaram o comércio internacional do país, de acordo com Soraya Rosar, gerente-executiva de negociações internacionais da CNI. "O Brasil tem sido um dos países mais afetados, tendo em vista que temos um grande comércio com a Argentina". Outra demanda dos empresários é a redução de burocracias nas fronteiras.

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/2933846/barreiras-argentinas-e-pib-do-brasil-preocupam-mercosul>

Para líderes do Mercosul referendo não altera disputa pelas Malvinas

Por Yvna Sousa | Valor

07/12/2012 às 20h59

BRASÍLIA - Após reunião de cúpula do Mercado Comum do Sul (Mercosul), nesta sexta-feira em Brasília, os presidentes dos países-membro divulgaram declaração conjunta afirmando que nem mesmo a realização de um referendo nas Ilhas Malvinas para decidir sobre a nacionalidade do arquipélago altera o posicionamento do bloco em relação à questão.

"As presidentas e os presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados (...) manifestam que tal referendo em nada altera a essência da questão das Ilhas Malvinas, e que seu eventual resultado não põe fim à disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes", diz o texto.

Em junho, o governo do arquipélago divulgou que realizará um referendo em 2013 para pedir à população que decida se quer permanecer na condição de território britânico ou se quer se juntar à Argentina. A disputa histórica entre os dois países se acirrou neste ano.

Na declaração, os presidentes destacam o "caráter colonial" da disputa e lembram que a Organização das Nações Unidas (ONU) já emitiu diversas resoluções solicitando a retomada da negociação entre os países. Além disso, os chefes de Estado "reiteram seu firme respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido".

"As presidentas e presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados (...) ratificam o permanente interesse regional em que o Reino Unido se disponha a retomar as negociações com a República Argentina, a fim de encontrar – o mais breve possível – uma solução pacífica e definitiva para essa disputa, em conformidade com os princípios da comunidade internacional e as resoluções e declarações pertinentes da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)", diz outro trecho do texto.

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/2933170/para-lideres-do-mercosul-referendo-nao-altera-disputa-pelas-malvinas>

Internacional

Paraguai questiona decisão que mantém país suspenso do Mercosul

BRASÍLIA - O presidente paraguaio, Federico Franco, reagiu à decisão do Mercosul em manter o Paraguai suspenso do bloco até 21 de abril de 2013, quando há eleições gerais no país. O Paraguai está suspenso do grupo porque os líderes do bloco entendem que houve o rompimento da ordem democrática com o ato de destituição do então presidente Fernando Lugo, em junho deste ano. Em comunicado, o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai condenou as decisões de suspendê-lo da aliança, chamando-as de violações.

"A situação do Paraguai não teve nem terá uma nova consideração [do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas, a Unasul]", disse o presidente. "Nossa posição é clara: o que ocorreu em junho [a destituição de Lugo] foi constitucional." Segundo o presidente paraguaio, as autoridades do país "seguirão" se esforçando para a reintegração o mais breve o possível do Paraguai ao Mercosul. "Vamos fazer um esforço para ser respeitado o acordo [do Mercosul] em que o Paraguai é um dos membros fundadores do bloco", ressaltou.

Para Franco, a ratificação dos presidentes, na Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, da inclusão da Bolívia e do ingresso da Venezuela ao grupo é "ilegal" e "ilegítima". Ontem, em Brasília, Morales assinou o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, iniciando o processo de integração, enquanto a Venezuela foi ratificada no bloco.

(Agência Brasil, com informações da agência pública de notícias do Paraguai, Ipparaguay)

Fonte: <http://www.valor.com.br/internacional/2933650/paraguai-questiona-decisao-que-mantem-pais-suspenso-do-mercosul>

Mundo

Aguardamos normalidade democrática no Paraguai, diz Dilma

Extraído de: valor.com - Dezembro 07, 2012

BRASÍLIA - Em discurso durante a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, a presidente Dilma Rousseff disse nesta sexta-feira aguardar a normalidade democrática do Paraguai. O país foi suspenso do bloco em junho, depois do atribulado processo de deposição de Fernando Lugo.

Ainda assim, disse a presidente, foram mantidos os compromissos com o bem-estar do povo paraguaio, descartando medidas que dificultem o intercâmbio comercial ou os investimentos "com esse país vizinho e irmão".

A presidente ressaltou que todos os programas paraguaios no âmbito do Focem (Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul) estão com seus trâmites normais, incluindo a construção de uma linha de transmissão entre Itaipu e Villa Hayes.

(Eduardo Campos, Yvna Sousa e Bruno Peres | Valor)

Fonte: <http://www.ecofinancas.com/noticias/aguardamos-normalidade-democratica-no-paraguai-diz-dilma>

Economia

Preocupação com a crise externa marca encontro de cúpula do Mercosul

Valor On Line

O Comunicado Conjunto dos Presidentes do Mercosul expressa a preocupação dos países-membros com os efeitos da crise 'gerada nos países desenvolvidos' que têm contribuído para um cenário de desaceleração do crescimento nos países emergentes e desenvolvidos. O documento foi divulgado nesta sexta-feira durante a etapa final da Cúpula de Chefes de Estados do Mercosul e Estados Associados que acontece no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

Outro ponto que 'preocupa' os membros do Mercosul são os impactos negativos das políticas de ajuste fiscal e de 'excessiva' expansão monetária dos países desenvolvidos 'sobre a economia mundial, os fluxos de capital e os mercados cambiais de países emergentes'.

Os membros do bloco 'consideram que essas políticas afetam a produção, a geração de empregos e a coesão social nos países em desenvolvimento, comprometendo as ações de governo destinadas à erradicação da pobreza e redução da desigualdade social'.

Ainda na área econômica o comunicado oficial reafirma a necessidade de o G-20 orientar seus trabalhos para a promoção de políticas que estimulem a demanda, a reforma de instituições financeiras e o controle de fluxos especulativos de capital.

O documento, que tem 10 páginas e 61 tópicos, traz ainda expressões de 'grande satisfação' à assinatura pela Bolívia do protocolo de adesão ao bloco, e 'felicitação' pelo ingresso da Venezuela, que teve nesta sexta-feira sua primeira participação como membro pleno.

Sobre o Paraguai, os líderes do bloco afirmam que 'diante da ruptura da ordem constitucional', desejam que o processo eleitoral em curso no país 'conduza à plena normalização de sua vida institucional'.

Os líderes 'salientam que a democracia constitui um requisito imprescindível ao processo de integração regional e reiteram o firme compromisso de agir contra qualquer ruptura da ordem democrática na região'.

O Comunicado Conjunto também lista quatro novos projetos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que tem carteira de projetos de US\$ 1,39 bilhão: projeto de saneamento na fronteira Brasil/Uruguai; reocupação de ferrovias do nordeste do Uruguai; projeto de desenvolvimento local em Florencio Varela, na Argentina; e projeto de coordenação em matérias de políticas públicas de direitos humanos.

José Mujica assume presidência do bloco

Ao fim da reunião de cúpula, a presidente Dilma Rousseff transferiu a presidência do bloco ao presidente do Uruguai, José Mujica. Cada país ocupa o comando do Mercosul por seis meses.

Mujica agradeceu a oportunidade de assumir o cargo e disse que 'fará o que puder' e que o desafio 'é grande'.

O presidente uruguaio contou que em sua época de militância política encontrou com o arquiteto Oscar Niemeyer, mas não tinha consciência de quem ele era. Depois fez uma homenagem ao arquiteto, a quem chamou de 'gênio da arte' e 'companheiro comunista'.

Durante a reunião os representantes de Brasil, Venezuela, Uruguai e Argentina assinaram protocolo formalizando o pedido de adesão da Bolívia ao Mercosul. Em seu discurso no início do encontro a presidente Dilma deu boas-vindas ao país, embora o processo de adesão seja bastante demorado, necessitando, entre outras coisas, de aprovação pelos Congressos dos países-membros.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/12/preocupacao-com-a-criese-externa-marca-encontro-de-cupula-do-mercosul.html>

Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul é aprovado

Valor Online

07/12/12 12:44 Atualizado em 07/12/12 12:44

Foi publicado hoje no Diário Oficial da União o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul). O fundo tem o objetivo de financiar programas e projetos de estímulo à agricultura familiar e fortalecer as políticas públicas para o setor e facilitar a comercialização dos produtos originários da agricultura familiar.

O fundo será constituído por aportes anuais dos Estados Partes do Mercosul, que somarão, em cada exercício, US\$ 360 mil. Desse total, caberá ao Brasil aportar a cada ano US\$ 225 mil.

O FAF Mercosul foi adotado pela Decisão 06/09 do Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do Mercosul, durante reunião realizada em Assunção, em julho de 2009. A Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado aprovou, em 19 de abril, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 65/12, que ratificou o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul.

(Tarso Veloso | Valor)

Leia mais: <http://extra.globo.com/noticias/economia/regulamento-do-fundo-de-agricultura-familiar-do-mercosul-aprovado-6966130.html#ixzz2EeQuLEem>

AGÊNCIA BRASIL

<http://agenciabrasil.abc.com.br/>

Economia

Países do Mercosul querem ampliar uso de energia renovável

07/12/2012 - 15h49

Mariana Tokarnia

Brasília – Ampliar o uso de energias renováveis é o objetivo dos países do Mercosul, segundo os representantes de setores públicos e privados de produção de energia que participaram hoje (7) do 1º Fórum Empresarial do Mercosul. De acordo com empresários e dirigentes públicos, os países do bloco têm potenciais inexplorados e capacidade de abastecimento para assegurar o desenvolvimento do continente, garantir a soberania e diversificar as fontes energéticas.

O presidente da Galvão Energia, Otávio Silveira, disse que o Brasil ainda tem um potencial de aproximadamente três vezes a produção nacional de energia eólica. Segundo ele, de 2002 a 2009, foram instalados no país geradores eólicos capazes de produzir 8 mil megawatts de potência. A energia térmica teve um aumento de 7 gigawatts de 2010 a 2012.

“Precisamos ter fontes sustentáveis e integrar as matrizes energéticas, avançando no caminho de uma matriz mais sustentável e independente de combustível fóssil”, disse Galvão. “A diversidade garante uma base de segurança, se uma falhar, temos mais opções”.

Na Argentina, há um plano para ampliação do uso de matrizes energéticas mais sustentáveis. De acordo com secretário de Energia do Ministério do Planejamento argentino, Daniel Cameron, o país pretende sair de 2% de energia proveniente de matrizes renováveis no país para 10% até 2030.

Os combustíveis fósseis, no entanto, ainda têm grande destaque na região. Com o ingresso da Venezuela, cuja adesão ao bloco foi promulgada hoje (7), o Mercosul consolida-se como uma das principais potências energéticas mundiais, com 19,6% das reservas mundiais provadas de petróleo do mundo, 3,1% das reservas de gás natural e 16% das reservas de gás recuperáveis de xisto.

Com a Venezuela, o Mercosul torna-se o detentor da maior reserva de petróleo do mundo, com mais de 310 bilhões de barris de petróleo em reservas certificadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Das reservas, 92,7% estão na Venezuela.

O Brasil tenderá a ampliar sua participação nas reservas de petróleo do bloco à medida que os trabalhos de certificação das reservas do pré-sal brasileiro progridam.

O Mercosul é formado por Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai - que está suspenso do bloco até abril de 2013. Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia estão no grupo como países associados. Há, ainda, como membros observadores, México e Nova Zelândia.

Fonte: <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-12-07/paises-do-mercosul-querem-ampliar-uso-de-energia-renovavel>

Nacional

Representantes dos países do Mercosul pedem mais integração no setor agrícola

07/12/2012 - 12h43

Mariana Tokarnia

Brasília - Na manhã de hoje (7), representantes dos países do Mercosul pediram mais integração do setor agrícola dos países da região. A agricultura é uma das principais atividades do bloco e, segundo os ministros e secretários presentes no 1º Fórum Empresarial do Mercosul, deve ser pensada em conjunto, com ações que promovam o desenvolvimento tecnológico e a melhoria da infraestrutura no escoamento da produção.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Mendes Ribeiro, reafirmou o interesse do Brasil na cooperação entre os países. Ele destacou as ações do governo brasileiro para a melhoria de infraestrutura, entre elas, o recém-anunciado investimento no setor portuário brasileiro.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina, Norberto Yahuar, ressaltou que a unidade de negócio do Mercosul é uma só e qualquer alteração em um dos países refletirá nos demais. "Nenhum é completamente independente", destacou. Segundo ele, é preciso dar ênfase também a pequenos e médios produtores, responsáveis, na Argentina, pela maior parte do abastecimento das cidades por meio da agricultura periurbana."

Em relação às cooperativas agrícolas, o superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Renato Nóbile, disse que o bloco ainda deve avançar e priorizar a segurança alimentar e o bem-estar das populações. De acordo com a entidade, no Brasil, são 6.660 cooperativas em todos os ramos, que reúnem 10 milhões de cooperados (5% da população). Na Argentina, as cooperativas representam 22% da população, na Venezuela, 3,5%, e no Uruguai, 20%.

Os países do Mercosul têm destaque na produção das cinco principais culturas alimentares globais – soja, milho, trigo, açúcar e arroz. O Mercosul é o maior produtor e exportador mundial de soja, primeiro produtor e segundo maior exportador mundial de carne bovina, o quarto produtor mundial de vinho, o nono produtor mundial de arroz, além de ser grande produtor e importador de trigo e milho.

Edição: Talita Cavalcante // Atualizada às 17h para correções no quarto parágrafo do total de cooperativas no Brasil e da porcentagem comparada (população e não produtores)

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-07/representantes-dos-paises-do-mercosul-pedem-mais-integracao-no-setor-agricola>

Internacional

Para o Brasil, questionamentos do Paraguai às decisões do Mercosul não alteram processo

Renata Giraldi

Brasília – A ameaça do Paraguai de levantar dúvidas sobre a validade do ingresso da Venezuela no Mercosul e também das negociações para a adesão da Bolívia é interpretada pelo governo do Brasil como um direito, mas sem efeitos de reversão do processo. As autoridades brasileiras baseiam-se em avaliação da Advocacia-Geral da União (AGU) que considera que eventuais questionamentos não vão alterar as decisões já tomadas pelo bloco.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Tovar da Silva Nunes, foi objetivo ao analisar a situação à Agência Brasil: "O Paraguai tem o direito de questionar. [Mas] existe um parecer da AGU informando que não há espaço para contestação. Essa é a interpretação brasileira, isso deve ser bem compreendido".

Nos últimos dias, o presidente do Paraguai, Federico Franco, e o Ministério das Relações Exteriores do país reagiram às decisões tomadas na Cúpula dos Chefes de Estado, em Brasília, no último dia 7. Na cúpula, os presidentes reiteraram a suspensão do Paraguai do Mercosul até 21 de abril de 2013, quando há eleições gerais no país, aprovaram as negociações para o ingresso da Bolívia e referendaram a adesão da Venezuela ao bloco.

Para Franco, as decisões são ilegais e ilegítimas. O presidente paraguaio indicou que pretende questionar as decisões tomadas pelo Mercosul no período em que o Paraguai estiver sob suspensão do bloco. Há quase seis meses, o Paraguai foi suspenso do grupo porque os presidentes sul-americanos entenderam que houve rompimento da ordem democrática no processo de destituição do então presidente Fernando Lugo, em 22 de junho.

As autoridades paraguaias negam irregularidades e insistem no fim da suspensão. Em menos de uma semana, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Mercosul referendaram a manutenção da suspensão até abril de 2013. Para os presidentes da região, a partir das eleições gerais, quando também será escolhido o novo presidente da República no Paraguai, a ordem democrática será respeitada.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-10/para-brasil-questionamentos-do-paraguai-decisoes-do-mercosul-nao-alteram-processo>

Especialista diz que Venezuela terá dificuldade para ser membro pleno do Mercosul

08/12/2012 - 11h51

Mariana Tokarnia

Brasília - Apesar de reconhecer a importância da adesão da Venezuela ao Mercosul, principal tema da reunião de cúpula do bloco, ocorrida esta semana em Brasília, o diplomata Paulo Roberto de Almeida, doutor em Ciências Sociais, mestre em Planejamento Econômico e autor de livros sobre o tema, disse que tem dúvidas sobre a capacidade de o país conseguir, no prazo estipulado, implementar as normativas necessárias para se tornar membro pleno da região.

Segundo Almeida, o decreto presidencial que promulgou a adesão da Venezuela ao Mercosul, conforme processo iniciado em 2006, marca o início de um prazo de quatro anos para que o país se torne membro pleno do bloco. Mas esse não é o primeiro prazo estabelecido, segundo lembrou o diplomata, autor de livros como O Mercosul no Contexto Regional e Internacional e Mercosul: Fundamentos e Perspectivas.

De acordo com Almeida, também em 2006, foi criado um grupo de trabalho que deveria elaborar uma agenda de integração da Venezuela e foi fixado o mesmo prazo de quatro anos para que Argentina e Brasil liberalizassem o comércio para o país, o que deveria acontecer até 2010. Até janeiro de 2012, a Venezuela deveria fazer o mesmo.

“O que aconteceu agora é que se está dando prazo de mais quatro anos para que se faça algo que não foi feito nos último seis anos. Não sei se a Venezuela conseguirá cumprir o novo prazo, porque tem uma economia fragilizada”. Segundo ele, o petróleo é o principal produto de exportação venezuelano e a economia ainda depende da importação de uma série de produtos.

Almeida disse que os produtos importados anteriormente dos Estados Unidos e da Colômbia, pela proximidade e facilidade de acesso, passou a ser comprado do Brasil. De acordo com o diplomata, o interesse pelo Mercosul vem, entre outros fatores, da afinidade do governo do presidente venezuelano Hugo Chávez com o regime brasileiro. O diplomata disse ainda que não é possível garantir que a relação com o bloco seja mantida pela Venezuela sem a presença do líder.

A dificuldade da Venezuela, de acordo com Almeida, se estende também à Bolívia, cujo protocolo de adesão foi anunciado durante a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, na última sexta-feira (7). Para ele, o país poderia ter dificuldades em aplicar a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul. Além disso, o presidente boliviano, Evo Morales, não estaria interessado em deixar de se beneficiar de certas regras da Comunidade Andina (CAN), da qual o país faz parte.

“Há uma incompatibilidade em fazer parte dos dois acordos. Trata-se de uniões aduaneiras, logo excludentes e exclusivas. É preciso uma unidade na política comercial”, disse Almeida.

O Mercosul é formado por Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai – que está suspenso do bloco até pelo menos abril de 2013. Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia estão no grupo como países associados. A Comunidade Andina (CAN) é formada por Bolívia, Equador, Colômbia e Peru.

O bloco, com a entrada dos venezuelanos, passa a contar com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 3,32 trilhões, o que equivale a aproximadamente 82,2% do PIB sul-americano. A população soma 275 milhões de habitantes. Se Guiana, Suriname, Bolívia e Equador, países que manifestaram interesse em entrar na região, passarem a integrar o bloco, mais US\$ 200 bilhões serão acrescidos ao PIB.

A Cúpula do Mercosul, foi iniciada do dia 4 e encerrada ontem (7). Participaram do evento, além da presidenta Dilma Rousseff, os presidentes Cristina Kirchner, da Argentina; José Pepe Mujica, do Uruguai; Rafael Correa, do Equador; Evo Morales, da Bolívia; Donald Ramotar, da Guiana; e Desi Bouterse, do Suriname; além da vice-presidenta do Peru, Marisol Cruz; dos vice-chanceleres Alfonso Silva, do Chile; e Monica Lanzetta, da Colômbia; e do ministro de Minas e Energia da Venezuela, Rafael Ramírez.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-08/especialista-diz-que-venezuela-tera-dificuldade-para-ser-membro-pleno-do-mercosul>

Comunicado do Mercosul expressa interesse em parcerias com União Europeia e China

07/12/2012 - 18h29

Danilo Macedo e Renata Giraldi

Brasília – O Mercosul quer intensificar as parcerias com a União Europeia e a China, incrementando o comércio do bloco com as duas regiões e ampliando as oportunidades de exportações. A decisão de ampliar o relacionamento com os dois parceiros foi incluída em quatro itens dos 61 do documento final, divulgado hoje (7), denominado Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul.

O comunicado foi divulgado após reunião da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, no Itamaraty. Os presidentes dos países do Mercosul ressaltaram a importância das relações entre o bloco e a China, os fluxos recíprocos de investimento para o desenvolvimento de suas trocas comerciais.

Em defesa das ações para o fortalecimento das relações entre o Mercosul e a China, os presidentes citaram a promoção de uma missão comercial conjunta a Xangai e de reunião de representantes governamentais, em novembro de 2012. A China está hoje entre os principais parceiros de todos os integrantes do Mercosul.

O documento final foi assinado pelos presidentes Dilma Rousseff, José Pepe Mujica (Uruguai), Evo Morales (Bolívia), Cristina Kirchner (Argentina), Rafael Correa (Equador), Donald Ramotar (Guiana) e Desi Bouterse (Suriname), além do ministro de Minas e Energia da Venezuela, Rafael Ramírez, da vice-presidenta do Peru, Marisol Cruz, e dos vice-chanceleres Alfonso Silva (Chile) e Monica Lanzetta (Colômbia).

Os chefes de Estado também defenderam um acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia, e se comprometeram a buscar um instrumento abrangente e equilibrado. O acordo, segundo eles, fortalecerá o comércio entre os dois blocos e impulsionará o crescimento e o emprego nas duas regiões.

De acordo com integrantes da União Europeia, há oportunidades de avançar e até definir um acordo de livre comércio. Porém, os negociadores brasileiros se queixam do excesso de obstáculos imposto pelos europeus a uma série de produtos brasileiros. Os entraves comerciais são as principais dificuldades para a retomada das negociações entre os dois blocos.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-07/comunicado-do-mercosul-expressa-interesse-em-parcerias-com-uniao-europeia-e-china>

Mercosul: documento final destaca adesão da Bolívia, desafios e homenagem a Niemeyer

07/12/2012 - 17h21

Renata Giraldi e Danilo Macedo

Brasília – O Comunicado Conjunto dos Estados Parte e Associados do Mercado Comum do Sul, assinado hoje (7), pelos participantes da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, tem 61 itens, entre eles, o acordo para ingresso da Bolívia no bloco, embora o ato seja ainda simbólico, pois depende de uma série de etapas e aprovação dos parlamentos dos países-membros. Também são destaques o ingresso da Venezuela no grupo e a concessão do título de Cidadão Ilustre Post Mortem ao arquiteto Oscar Niemeyer, morto há dois dias.

O texto final diz que os líderes políticos da região reiteram os esforços para o desenvolvimento integral, o combate à pobreza e à exclusão social em busca da consolidação da democracia. O documento cita ainda os impactos da crise internacional e ressalta que os países em desenvolvimento são propulsores do crescimento econômico.

Na primeira parte do documento, informa-se que os países do Mercosul devem se empenhar na formação de um pacto global em favor da recuperação econômica e do emprego. Para o bloco, é fundamental estimular a complementação produtiva das estruturas econômicas existentes.

Em resposta à disputa entre o governo argentino e a Justiça de Nova York sobre o pagamento de uma dívida aos fundos, o texto apela para a "necessidade de limitar as ações". Segundo o documento final da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, a disputa não pode afetar, nem colocar em risco a estabilidade financeira dos países da região.

Além da presidenta Dilma Rousseff, assinaram o documento final os presidentes Cristina Kirchner, da Argentina; José Pepe Mujica, do Uruguai; Rafael Correa, do Equador; Evo Morales, da Bolívia; Donald Ramotar, da Guiana; e Desi Bouterse, do Suriname; além da vice-presidenta do Peru, Marisol Cruz, e dos vice-chanceleres Alfonso Silva, do Chile; e Monica Lanzetta, da Colômbia; e do ministro de Minas e Energia da Venezuela, Rafael Ramírez.

O Mercosul é formado pelo Brasil, pela Argentina, pelo Uruguai, pela Venezuela e pelo Paraguai – que está suspenso do bloco até abril de 2013. O Chile, o Equador, a Colômbia, o Peru e a Bolívia estão no grupo como países associados. Com os venezuelanos, o Mercosul passa a contar com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 3,32 trilhões. A população soma 275 milhões de habitantes.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-07/mercosul-documento-final-destaca-adesao-da-bolivia-desafios-e-homenagem-niemeyer>

Presidente do Equador diz que ainda não há decisão sobre entrada no Mercosul

07/12/2012 - 15h06

Danilo Macedo e Renata Giraldi

Brasília - O presidente do Equador, Rafael Correa, disse hoje (7), durante a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, em Brasília, que seu país tem muito interesse em entrar no Mercosul e está muito feliz pelo convite, mas ponderou que a adoção da Tarifa Externa Comum é um obstáculo para o acordo de adesão. "Isso limita nossa política externa comercial e, particularmente, a política tarifária. Então, estamos acabando todos os estudos para, então, tomar uma decisão definitiva".

Correa disse que tem afinidades ideológicas com a maioria dos governos dentro do bloco e confiança neles, além de visão comercial parecida. A entrada no Mercosul, porém, obrigaria o governo equatoriano a elevar mais de 4 mil tarifas e, considerado a pior parte pelo presidente equatoriano, a reduzir mais de 2 mil.

"Temos que ver que o impacto teria essa medida na economia equatoriana. É paulatino, podemos conversar. Insisto: estamos muito interessados em ingressar, mas temos que analisar os impactos", disse.

Além de Correa, o presidente da Bolívia, Evo Morales, também negocia a adesão do seu país ao bloco. As negociações ainda estão no começo e o processo ainda deve ser longo. No caso da Venezuela, a inclusão no Mercosul começou a ser negociada em 2006 e só foi concluída em 2012.

O Mercosul é formado por Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai - que está suspenso do bloco até abril de 2013. Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia estão no grupo como países associados.

Com a adesão da Venezuela ao Mercosul, o bloco corresponde agora a 72% do território da América do Sul – aproximadamente três vezes a área da União Europeia. Com os venezuelanos, o Mercosul passa a contar também com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 3,32 trilhões e população de 275 milhões de habitantes.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-07/presidente-do-equador-diz-que-ainda-nao-ha-decisao-sobre-entrada-no-mercosul>

Dilma diz que Mercosul está sob o "signo da inclusão"

07/12/2012 - 14h53

Renata Giraldi e Danilo Macedo

Brasília – A presidenta Dilma Rousseff disse hoje (7) que o Mercosul está em uma nova etapa, sob o "signo da inclusão", ressaltando a adesão da Venezuela ao bloco, desde julho, e a possibilidade de Bolívia e Equador também integrarem o grupo, assim como Suriname e Guiana.

"É um novo Mercosul", destacou a presidenta. Dilma disse ainda que será feita uma revisão no Fundo de Convergência Estrutural (Focem), que se destina a reunir recursos para a execução de programas de infraestrutura, em busca da redução de assimetrias entre os países membros.

Dilma participa da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, que ocorre em Brasília, no Palácio Itamaraty. As conversas com a Bolívia e o Equador já começaram, mas o processo é considerado longo, pois depende de várias etapas técnicas e jurídicas.

Ao se dirigir ao presidente da Bolívia, Evo Morales, Dilma disse que a adesão dos bolivianos ao Mercosul trará "uma cultura diversificada e que muito nos orgulha, que é a indígena". A presidenta se disse feliz em perceber que o bloco "está se consolidando em um ideal de integração". Junto com a inclusão da Venezuela, disse Dilma, o bloco ganha "densidade maior na Amazônia".

Em relação à revisão do Focem, a presidenta acrescentou que as alterações estudadas visam a aperfeiçoar as regras existentes. Segundo ela, o fundo supera um total de US\$ 1 bilhão e se destina principalmente aos projetos de energia, habitação, transportes, capacitação tecnológica e aspectos sanitários. Atualmente, o fundo reúne mais de 40 projetos.

Participam da cúpula Dilma e os presidentes Cristina Kirchner (Argentina), José Pepe Mujica (Uruguai), Rafael Correa (Equador), Evo Morales (Bolívia), Donald Ramotar (Guiana) e Desi Bouterse (Suriname), além da vice-presidenta do Peru, Marisol Cruz, e dos vice-chanceleres Alfonso Silva (Chile) e Monica Lanzetta (Colômbia), assim como o ministro de Minas e Energia da Venezuela, Rafael Ramírez, que representa o presidente Hugo Chávez.

O Mercosul é formado por Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai - que está suspenso do bloco até abril de 2013. Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia integram o grupo como países associados. Com os venezuelanos, o Mercosul passa a contar com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 3,32 trilhões. A população do bloco alcança 275 milhões de habitantes.

Fonte: <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-12-07/dilma-diz-que-mercosul-esta-sob-%E2%80%9Csigno-da-inclusao%E2%80%9D>

Mercosul terá incentivo à concessão de bolsas de estudo e a pequenos empreendedores

07/12/2012 - 14h31

Renata Giraldi e Danilo Macedo

Brasília – A presidenta Dilma Rousseff anunciou hoje (7) que serão criados dois programas de incentivo à educação, ciência, tecnologia e inovação nos países que integram o Mercosul: o Sistema Integrado do Mercosul (SIM), cujo objetivo é a concessão de bolsas de estudo, e o Ciência e Tecnologia do Mercosul, que se destina às empresas de pequeno porte.

Na abertura da Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, no Palácio do Itamaraty, Dilma disse que o SIM pretende ampliar a concessão de bolsas de estudo na região e que o programa destinado às empresas de pequeno porte quer estimular a participação dos pequenos empreendedores com "vocalização" de investimentos no mercado regional.

Os negociadores brasileiros, que participam das reuniões, disseram que ambos os temas estão sendo tratados pelas áreas específicas. No caso do Brasil, os ministérios da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação, e da Indústria e Comércio. Os detalhes de ambos os programas estão em fase final de definição.

Dilma está reunida com os presidentes Cristina Kirchner (Argentina), José Pepe Mujica (Uruguai), Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia), além de Donald Ramotar (Guiana) e Desi Bouterse (Suriname), da vice-presidenta do Peru, Marisol Cruz, e dos vice-chanceleres

Alfonso Silva (Chile) e Monica Lanzetta (Colômbia), assim como o ministro de Minas e Energia da Venezuela, Rafael Ramírez.

O Mercosul é formado pelo Brasil, pela Argentina, pelo Uruguai, pela Venezuela e pelo Paraguai - que está suspenso do bloco até abril de 2013. O Chile, o Equador, a Colômbia, o Peru e a Bolívia estão no grupo como países associados. Com a entrada dos venezuelanos, o Mercosul passa a ter um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 3,32 trilhões e uma população de 275 milhões.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-07/mercosul-tera-incentivo-concessao-de-bolsas-de-estudo-e-pequenos-empresarios>

ARGENTINA

CLARÍN

www.clarin.com.ar

Política

Brasil cambió sorpresivamente su embajador en la Argentina

Designó a su ex embajador en Alemania. Se habla de una nueva etapa. Dilma va a El Calafate a fines de enero.

El viernes último, poco después que concluyera la reunión de Cristina Kirchner y Dilma Rousseff en el Palacio de la Alvorada, la residencia oficial brasileña, una nota del Ministerio de Relaciones Exteriores brasileño envió a la prensa en forma sorpresiva el anuncio de un cambio en la embajada de este país en Buenos Aires. La nota indicaba la "satisfacción" de la diplomacia brasileña ante el "agreement" (aceptación) concedido a quien será el nuevo embajador en el país: Everton Vieira Vargas.

El diplomático, de 57 años, estaba hasta ahora al frente de la misión brasileña en Alemania, y pasará ahora a ocupar el cargo desempeñado desde fines de 2009 por Enio Cordeiro. Vieira Vargas es un estudioso de las relaciones entre Brasil y las naciones hispanoamericanas. Pero su designación estaría vinculada a una nueva etapa en la relación bilateral.

El nuevo embajador llega en un momento especial. Es que a partir de decisiones adoptadas por las presidentas el viernes último en Brasilia, los próximos meses serán de intensas negociaciones entre ambos gobiernos. Las jefas de Estado, que estuvieron acompañadas en ese encuentro de más de 3 horas por 15 ministros de las áreas de energía, transporte, comercio, industria y agricultura .

En esa mini asamblea de gabinetes ministeriales se acordó, además, una nueva entrevista con las mismas características a ser realizada en El Calafate, hacia fines de enero.

En Brasilia se trató la radicación de Vale en Mendoza, la política de Petrobras y la financiación por parte de bancos brasileños de dos represas en el Sur. Cristina Kirchner llegó con casi todos sus funcionarios que esperaban en una sala a ser consultados por las presidentas ante cada tema. Allí estuvieron desde Axel Kicillof a Guillermo Moreno. El dato es que Moreno fue el único a quien no habrían consultado.

De la nueva ronda de discusiones alumbrarán medidas que urgen, tales como el nuevo régimen que regulará el comercio y la producción de autos y autopartes.

Cordeiro, el actual embajador brasileño que dejará en breve la jefatura de la misión en Argentina, adoptó un perfil bajo sin dar entrevistas a la prensa nacional. Pero dejó trascender a través de los medios brasileños su evaluación de las relaciones entre ambos países. Según un artículo publicado a mediados de noviembre por el diario paulistano Valor Económico, Cordeiro habría señalado en un encuentro con empresarios de su país realizado en el auditorio de la embajada, que el déficit comercial de Argentina respecto de Brasil tendría "razones estructurales".

Según el diplomático, el superávit brasileño que viene desde 2004 "no puede ser revertido a través de medidas voluntaristas" como las adoptadas a partir de 2010 y hasta mediados de este año por el gobierno de Cristina. Siempre de acuerdo con el diario económico

brasileño, el embajador habría dicho, también, que "Argentina importa insumos industriales (desde Brasil) y exigirían inversiones para ser sustituidos". También sugirió que "las mercaderías que vienen de Brasil es por la proximidad geográfica, política y económica, y no por una política deliberada".

En realidad, la proximidad geográfica se ha visto ampliamente favorecida por la pertenencia al Mercosur que implica el comercio sin impuestos aduaneros.

Fonte: http://www.clarin.com/politica/Brasil-cambio-sorpresivamente-embajador-Argentina_0_826117449.html

Proponen crear multinacionales del Mercosur y un centro de arbitraje regional

07.12.2012 23:25 - Leandro Selén

Fueron propuestas en la XLIV Reunión de Jefes de Estado del Mercosur y Estados Asociados que se celebró en Brasilia, y de la cual participó la presidenta Cristina Fernández de Kirchner.

El presidente de Uruguay, José Mujica, que hoy asumió la presidencia pro t mpore del Mercosur, postul  la creación de empresas multinacionales en el bloque que le concedan a la región mayor capacidad de competir en el mundo globalizado.

Por su parte, el presidente de Ecuador, Rafael Correa, propuso crear un centro regional de resolución de controversias sobre inversiones, al estilo del polémico CIADI, del Banco Mundial, para evitar que los países del bloque tengan que enfrentar organismos internacionales de arbitraje creados, en su opinión, para favorecer al capital.

"Necesitamos denunciar esos tratados (de arbitraje) porque son realmente de sometimiento. Aquí lo que requerimos es una acción conjunta", afirmó Correa en su discurso ante la plenaria de la Cumbre.

Mujica defendió la integración y una mayor cooperación entre las empresas de la región al clausurar el Primer Foro Empresarial del Mercosur, uno de los eventos paralelos a la Cumbre que reunió en Brasilia a los presidentes de los países del bloque.

Asegur  ante un millar de hombres de negocios de los países de la región que los empresarios del Mercosur tienen que pensar "en los próximos 30 años" ante la actual crisis econ mica internacional.

"Hay que adivinar las líneas del mundo y tratar de organizarnos para lo que sea. Los países de la región llegamos tarde al desarrollo industrial, a la capacitación de nuestras masas, a la multiplicación de la capacidad investigadora de nuestras universidades. Tenemos que recrear todo ese mundo. Eso no es simple", afirmó el mandatario uruguayo.

Mujica aseguró que "el Mercosur sólo conseguirá superar ese desafío si sus empresarios actúan unidos".

Según el mandatario, "los latinoamericanos no podrán avanzar si los empresarios sólo miran los intereses de cada país".

"Los empresarios brasileños son mayores porque est n en un país mayor, pero son insignificantes ante el tamaño del mundo", puntualizó Mujica.

La realización de un foro de empresarios por primera vez de forma paralela a la Cumbre fue destacada por los presidentes del Mercosur como "una plataforma innovadora para promover una participación más directa de la comunidad empresarial en las discusiones sobre la realidad, los desafíos y los rumbos del proceso de integración y del desarrollo regional".

Por su parte, Correa consideró que el bloque necesita adoptar políticas comunes en diferentes áreas "para que no sea el capital trasnacional el que imponga las condiciones".

Destacó que un acuerdo de los países para impedir que los arbitrajes tan sólo favorezcan a las trasnacionales y no a los gobiernos es necesario para que el Mercosur "realmente ofrezca beneficios pragmáticos" para sus pueblos.

Se refirió a un fallo del CIADI que condenó en octubre pasado a Ecuador a pagarle una indemnización de 2.300 millones de dólares a la petrolera estadounidense Oxy.

El fallo fue emitido en el marco de un arbitraje planteado por Oxy luego de que Ecuador cesara en 2006 el contrato de la petrolera en el país por la decisión de la empresa de venderle en el 2000, sin autorización del Estado, parte de sus acciones a la canadiense Encana.

Fonte: <http://www.telam.com.ar/notas/201212/609-proponen-crear-multinacionales-del-mercosur-y-un-centro-de-arbitraje-regional.html>

Empresarios abordan formas de participación en los procesos de integración regional

07.12.2012 19:11

Los referentes industriales analizaron diversas formas de estimular una participación más directa de las entidades agremiadas sobre los procesos de integración, en el Primer Foro Empresarial del Mercosur que se desarrolló en Brasilia junto con la Cumbre de Presidentes.

Participaron del acto que dio inicio al Foro, los ministros argentinos de Economía, Hernán Lorenzino; de Industria, Débora Giorgi; y su ministro de Industria y Comercio Exterior de Brasil, Fernando Pimentel; junto a Ivan Ramalho, Alto Comisionado del Mercosur, y Robson Braga de Andrade, presidente de la Confederación Nacional de Industrias de Brasil.

El presidente de la Unión Industrial Argentina (UIA), José Ignacio de Mendiguren, participó del evento que reunió a empresarios, funcionarios y líderes de opinión, que abordaron las diferentes formas de estimular una participación más directa de las comunidades empresariales en las discusiones sobre realidades, retos y rumbos del proceso de integración.

En la ceremonia de apertura, y a pedido de las presidentas de Argentina y Brasil, Cristina Fernández de Kirchner y Dilma Rousseff, respectivamente, el titular de la UIA presentó las conclusiones de la reciente Conferencia Industrial Argentina, que se realizó a fines de noviembre en la localidad de Cardales.

En su exposición, De Mendiguren reflexionó sobre la importancia de la integración regional de cara a los cambios que presenta la actual coyuntura mundial.

El industrial argentino destacó que la misma debe profundizarse en forma gradual, flexible y equilibrada, y además, realizó un recorrido por los desafíos y amenazas que encarará el Mercosur en los próximos años.

El presidente de la UIA resaltó la importancia de la articulación entre los sectores público y privado, pensando en una integración con eje en la inversión y el desarrollo.

Los debates que propició el Foro giraron alrededor de cuatro temas: Agroindustria, Energía (con énfasis en petróleo y gas), Innovación e Infraestructura, y Logística.

Entre los participantes argentinos, el presidente de la Cámara de la Industria del Calzado, Alberto Sellaro, consideró que se trata de "una jornada histórica que abre a los empresarios la agenda del bloque y les da un espacio privilegiado para convenir una línea de acción equilibrada y sustentable para nuestros sectores".

En relación a los contenidos del Foro, Sellaro agregó que "el evento reúne a los líderes empresariales del bloque y los temas que se trataron son comunes a todos los países".

En este sentido, el empresario remarcó "La propuesta apunta a dar un impulso renovado a las inversiones recíprocas y al comercio intra - bloque, aunque sin descuidar las relaciones comerciales con los demás países".

Fonte: <http://www.telam.com.ar/notas/201212/599-empresarios-abordan-formas-de-participacion-en-los-procesos-de-integracion-regional.html>

URUGUAI

LARED21

<http://www.lr21.com.uy>

POLÍTICA

Mujica y Rousseff plantearán que Europa disminuya su proteccionismo agrícola que tanto afecta al MERCOSUR

La presidenta del Brasil, Dilma Rousseff recibió este viernes por la mañana, a su par José Mujica, en la oficina presidencial de Plan Alto, ambos mandatarios acordaron realizar negociaciones con Europa para intentar disminuir los proteccionismos agrícolas que hasta el momento ha impuesto el viejo continente y que afecta a los productos de la región.

Previo al inicio de la Cumbre de jefes de Estado del MERCOSUR, la Presidenta Rousseff recibió al Presidente Mujica en Plan Alto.

En el encuentro bilateral, los mandatarios conversaron sobre la posible integración de otros países al bloque, la relación del MERCOSUR con Europa y las posibilidades de negociación con ese continente en el contexto de crisis que éste atraviesa.

“Europa está pasando por un momento muy especial, tal vez sea oportuno intentar negociar cosas que en el pasado hemos intentado y no se lograban. Dada la situación de Europa, quizás hoy es posible que encontremos un clima más razonable. Me refiero al proteccionismo agrícola, siempre con obstáculos por parte de Europa”, dijo Mujica a la prensa.

Por otro lado, los dignatarios también dialogaron sobre la posible integración de otros países al bloque regional tales como: “Surinam y Ecuador en calidad de observadores y Bolivia, como miembro activo”.

Grupo de Alto Nivel

Luego del encuentro bilateral entre Mujica y Rousseff, los mandatarios emitieron un comunicado conjunto sobre los avances de los últimos meses del Grupo de Alto Nivel Brasil-Uruguay.

Se destaca la concreción de un “Plan de Acción para promover por etapas la libre circulación de personas entre sus países y asegurar el derecho recíproco de residencia e igualdad de condiciones para acceder a trabajo, salud y educación”.

En el documento se incluye valoraciones sobre la labor de los distintos subgrupos temáticos creados en el ámbito del GAN.

Los dignatarios también valoraron el aporte del “subgrupo de Comunicación e Información” el que elaboró un plan de acción con objetivos y plazos definidos, con iniciativas en áreas de TV digital, radiodifusión, contenidos digitales creativos, inclusión digital e interconexión de redes.

También resaltaron la importancia del “plan de acción en el área de Libre Circulación de Personas” para promover por etapas la libre circulación de personas entre los dos países y el derecho recíproco de residencia y de igualdad de condiciones para el acceso a trabajo, salud y educación.

En cuanto a los temas del “subgrupo de Libre Circulación de Bienes y Servicios”, los mandatarios destacaron la concreción de negociaciones de un acuerdo para promover medidas que aseguren la fluidez del intercambio y la ampliación del comercio bilateral.

Entre otros aspectos el acuerdo prevé el fortalecimiento de mecanismos de consulta y facilitación del comercio bilateral, la ampliación de cooperación ante los sistemas nacionales de control, inspección y certificación, y procedimientos en materia de medidas sanitarias y fitosanitarias.

Se refirieron a los avances en los sectores naval, de petróleo y gas, automotriz, biotecnología y nanotecnología, además de energía eólica. En cuanto a ciencia, tecnología e innovación, los presidentes registran las discusiones sobre la iniciativa de cooperación en las áreas de implementación de la plataforma de “e-learning” para formación de recursos humanos.

Sobre integración de infraestructura de transporte, resaltaron la conclusión de las obras que permiten retomar la interconexión ferroviaria entre Brasil y Uruguay e inscriben los avances en los principales proyectos de integración física entre los países como la Hidrovía Uruguay-Brasil, el segundo puente sobre el Río Yaguarón y la reestructuración del puente internacional Barón de Mauá.

Fonte: <http://www.lr21.com.uy/politica/1077914-mujica-y-rousseff-plantearan-que-europa-disminuya-su-proteccionismo-agricola-que-tanto-afecta-al-mercosur>

ATA CMC/2012

XLIV Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común
- 06 de diciembre de 2012 - Brasilia, Brasil

01



MERCOSUL/CMC/ATA N° 02/12

XLIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM

Realizou-se, em Brasília, República Federativa do Brasil, no dia 6 de dezembro de 2012, a XLIV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, com a presença das Delegações da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República Oriental do Uruguai e da República Bolivariana da Venezuela.

Foram tratados os seguintes assuntos:

1. RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA “PRO TEMPORE” DO BRASIL

O CMC recebeu o relatório do Coordenador Nacional do Grupo Mercado Comum em exercício da Presidência *Pro Tempore*, relativo aos trabalhos desenvolvidos durante o presente semestre (**Anexo III – MERCOSUL/XLIV CMC/DI N° 06/12**).

2. AVALIAÇÃO GERAL DO MERCOSUL

Os Ministros passaram em revista os temas centrais do processo de integração tratados durante o semestre, sob a Presidência Pro Tempore do Brasil.

Destacaram o significado político e econômico do ingresso da Venezuela no bloco e se congratularam pelos resultados alcançados, neste semestre, em matéria de incorporação efetiva do novo sócio. Nesse contexto, ressaltaram a aprovação de decisões relativas à adoção, pela Venezuela, da Nomenclatura Comum do MERCOSUL; à convergência para a Tarifa Externa Comum; à definição da contribuição do novo sócio para o orçamento dos distintos órgãos do bloco; e à definição dos cronogramas e modalidades de incorporação do acervo normativo do MERCOSUL.

Com relação a este último aspecto, a Venezuela apresentou cronograma para 1187 normas, que correspondem ao conjunto da normativa que será analisado nos termos da Decisão CMC N° 66/12 (**RESERVADO – Anexo X – MERCOSUL/XLIV CMC/DI N° 11/12**).

O CMC sublinhou a importância dos temas da Ciência & Tecnologia, Inovação e Capacitação e expressou satisfação com a aprovação das Decisões CMC N° 36/12 e N° 53/12, que criam, respectivamente, o “Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL” e a “Rede MERCOSUL de Pesquisa”.

O CMC aprovou por meio da Decisão CMC N° 40/12, a realização de exercício amplo de revisão do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), com

vistas a aperfeiçoar aspectos de sua operação, fortalecer seu significado para as nações do bloco regional e potencializar seus efeitos sobre as respectivas populações.

Expressou satisfação com a aprovação de quatro novos projetos do FOCEM, a saber:

- i. "Saneamento Urbano Integrado em Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai", projeto emblemático que oferece solução conjunta para o problema comum da falta de saneamento básico em zona carente da fronteira Brasil-Uruguai;
- ii. "Reabilitação de Vias Férreas II", que recuperará as ferrovias do noroeste do Uruguai, desde a fronteira com a Argentina até a conexão com a Linha Rivera, que chega à fronteira com o Brasil;
- iii. "Polo de Desenvolvimento Local e Regional *Universidad Nacional Arturo Jauretche* no Município de Florencio Varela", que tem por objetivo a promoção social dos setores mais vulneráveis, mediante a educação superior em nível local; e
- iv. "Construindo uma Infraestrutura para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no MERCOSUL", projeto de fortalecimento de coordenação institucional e participação social em matéria de políticas públicas de direitos humanos.

Os Ministros sublinharam a criação, por meio da Decisão CMC N° 67/12, do Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL, destinado a promover o desenvolvimento de ações integradas entre os Estados Partes para a melhoria da competitividade e o fortalecimento de capacidades produtivas, em setores a serem identificados de comum acordo.

Congratularam-se, ainda, pela aprovação do regulamento do Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, que tem por objetivo estimular as empresas de pequeno porte e promover a integração produtiva entre elas.

O CMC aprovou a Decisão CMC N° 62/12, que cria o Fórum Empresarial do MERCOSUL. O Fórum, que fez parte da programação oficial da Cúpula de Brasília e reunir-se-á semestralmente, contribuiu para a valorização da dimensão empresarial do processo de integração regional.

Aprovou-se a Decisão CMC N° 56/12 "Cúpula Social do MERCOSUL", que fixa a periodicidade da Cúpula Social do MERCOSUL e sua vinculação com órgãos da estrutura institucional.

Os Ministros aprovaram a Decisão CMC N° 64/12, por meio da qual registraram o interesse do MERCOSUL de tornar-se observador da Aliança do Pacífico.

Saudaram a participação da Guiana e do Suriname nas reuniões do Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP), bem como o interesse desses países em aprofundar as relações políticas e econômicas com os Estados Partes do MERCOSUL.

Acolheram, com especial satisfação, a renovada vontade política do Estado Plurinacional da Bolívia em aderir ao MERCOSUL.

Intercambiaram visões sobre o processo de negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia, com vistas a um Acordo de Negociação abrangente e equilibrado. Tomaram nota do estado de discussões na XXV Comitê de Negociações Birregionais, realizado em Brasília, de 22 a 26 de outubro de 2012.

3. RELATÓRIO DO ALTO REPRESENTANTE-GERAL DO MERCOSUL

O Alto Representante-Geral do MERCOSUL, Dr. Ivan Ramalho, apresentou ao CMC relatório das atividades desenvolvidas durante o segundo semestre de 2012 e circulou proposta de Programa de Trabalho para 2013 (**Anexo IV – MERCOSUL/ XLIV CMC/DI N° 07/12**).

4. RELATÓRIO DO FORO CONSULTIVO ECONÔMICO E SOCIAL (FCES)

O FCES apresentou ao CMC relatório das atividades desenvolvidas no semestre (**Anexo V – MERCOSUL/ XLIV CMC/DI N° 08/12**).

5. RELATÓRIO DO FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL

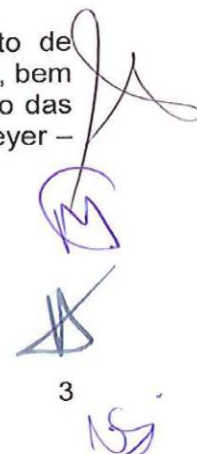
O CMC tomou nota dos resultados do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR) (**Anexo VI – MERCOSUL/ XLIV CMC/DI N° 09/12**).

O CMC aprovou o Projeto de Decisão CMC N° 54/12 “Plano de Ação do FCCR 2013-2014” (**Anexo II**).

6. APROVAÇÃO DOS COMUNICADOS CONJUNTOS E DECLARAÇÕES DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES E ESTADOS ASSOCIADOS

O CMC aprovou o Projeto de Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes (**Anexo VII**).

Os Ministros dos Estados Partes e Estados Associados aprovaram o Projeto de Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes e Estados Associados, bem como “Declaração Especial sobre a Questão das Ilhas Malvinas” e a “Declaração das Presidentas e Presidentes do MERCOSUL por Ocasão da Morte de Oscar Niemeyer – Cidadão Ilustre do MERCOSUL” (**Anexo VIII**).



3

7. APROVAÇÃO DE DECISÕES

O CMC aprovou as Decisões CMC N° 31/12 a N° 68/12 (**Anexo II**).

Além disso, o CMC autorizou o SGT N° 14 a utilizar o nome Grupo de Integração Produtiva (GIP).

8. OUTROS ASSUNTOS

8.1. RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE REPRESENTANTES PERMANENTES DO MERCOSUL

O CMC recebeu o Relatório Semestral de Atividades da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), de acordo com o disposto no Artigo 7° da Decisão CMC N° 11/03 (**Anexo IX – MERCOSUL/ XLIV CMC/DI N° 10/12**).

8.2. ATIVIDADES DOS FOROS DEPENDENTES DO CMC

- Reunião dos Ministros da Economia e Presidentes dos Bancos Centrais

O CMC tomou nota dos resultados da Reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais do MERCOSUL, realizada em Brasília, no dia 6 de dezembro, com a participação dos Estados Partes e dos Estados Associados.

- Reunião de Ministros da Cultura

O CMC tomou nota dos resultados da XXXV Reunião de Ministros da Cultura, realizada em 23 de novembro de 2012, em Brasília.

O CMC aprovou a Decisão 55/12 “Patrimônio Cultural do MERCOSUL” (**Anexo II**).

O CMC recomendou, conforme solicitado pela RMC, que a Reunião Especializada de Estatística do MERCOSUL (REES) avalie seu interesse em participar das reuniões do Sistema de Informação Cultural do MERCOSUL (SICSUR), de modo a incorporar os temas relacionados à cultura ao trabalho desenvolvido pela REES.

- Reunião de Ministros da Educação

O CMC tomou nota dos resultados da XLIII Reunião de Ministros da Educação, realizada no dia 23 de novembro de 2012, em Brasília.

O CMC aprovou a Decisão CMC N° 36/12 “Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL” (**Anexo II**).

- Reunião de Ministros da Saúde

A PPTB informou sobre os resultados da XXXIII Reunião de Ministros da Saúde, celebrada em Porto Alegre, no dia 15 de novembro de 2012.

O CMC tomou nota da aprovação dos seguintes acordos interinstitucionais celebrados pelos Ministros da Saúde:

- Acordo Nº 02/12 "Estratégia Regional para Controle da Tuberculose no MERCOSUL";
- Acordo Nº 03/12 "Plano de Fortalecimento das Estratégias de Gestão Integrada para a Prevenção e Controle da Dengue do MERCOSUL";
- Acordo Nº 05/12 "Fortalecimento das Ações de Saúde em HIV/AIDS para as Pessoas Privadas de Liberdade no MERCOSUL";
- Acordo Nº 06/12 "Inclusão de Meta de Doenças Crônicas Não Transmissíveis nos Objetivos do Milênio, Metas de DCNT da Organização Mundial de Saúde em 2013 e Apoio aos Planos de Ação Global, Regionais e Nacionais";
- Acordo Nº 07/12 "Desenvolvimento das Ações do Projeto Prevenção, Atenção e Apoio em HIV nos Espaços Fronteiriços do MERCOSUL"; e
- Acordo Nº 08/12 "Desenvolvimento de um Projeto de Cooperação Técnica para a Prevenção da Obesidade entre os Estados Partes do MERCOSUL".

O CMC tomou nota, ainda, da "Declaração de Ministras e Ministros de Saúde do MERCOSUL de Interesse para o Desenvolvimento de um Instrumento para Avaliação Nutricional das Gestantes Adolescentes" e da "Declaração de Ministras e Ministros de Saúde do MERCOSUL de Reconhecimento à Dra. Mirta Rose Periago, pela sua gestão como diretora da Organização Panamericana da Saúde".

O CMC manifestou estar de acordo que, durante a Presidência Pro Tempore do Uruguai, a Reunião de Ministros da Saúde apresente relatório sobre o impacto econômico de consumo de tabaco nos termos da solicitação que consta no ponto 7 da Ata Nº 02/12 da XXXIII Reunião de Ministros de Saúde.

- Reunião de Ministros do Interior

A PPTB informou sobre os resultados XXXII Reunião de Ministros do Interior, realizada em Fortaleza, no dia 23 de novembro de 2012.

O CMC tomou nota da aprovação do seguinte acordo interinstitucional celebrado pelos Ministros do Interior:

- Acordo-Marco sobre Diretrizes Gerais para o estabelecimento de Zonas de Segurança Bilaterais em Fronteiras.

O CMC tomou nota ainda da "Declaração sobre Cooperação Policial em Matéria de Lavagem de Ativos dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL", da "Declaração para a Coordenação de Ações em Matéria de Delitos Cibernéticos" e "Declaração de Princípios sobre Proteção dos Refugiados entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados".

- Reunião de Ministros da Justiça

A PPTB informou sobre os resultados da XXXVIII Reunião de Ministros da Justiça, realizada em Fortaleza, no dia 23 de novembro de 2012.

Aprovou-se a Decisão CMC Nº 58/12, que aprova o "Acordo entre os Estados Partes do MERCOSUL e Associados sobre Jurisdição Internacionalmente Competente, Lei Aplicável e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Matrimônio, Relações Pessoais entre os Cônjuges, Regime Matrimonial de Bens, Divórcio, Separação Conjugal e União não Matrimonial".

O CMC tomou nota da aprovação dos seguintes acordos interinstitucionais celebrados pelos Ministros da Justiça:

- Acordo Interministerial sobre o Plano Estratégico da Justiça do MERCOSUL e Estados Associados;
- Acordo de Criação de um Grupo de Trabalho Ad Hoc para estabelecer parâmetros de repartição de bens perdidos entre os Estados Partes do MERCOSUL e os Estados Associados;
- Acordo de Criação do Grupo Ad Hoc para o Desenvolvimento de Políticas e Projetos de Melhoria do Sistema Prisional do MERCOSUL e Estados Associados.

O CMC tomou nota, ainda, da "Declaração da Reunião de Ministros de Justiça do MERCOSUL e Estados Associados sobre Repartição de Bens Perdidos - Declaração de Fortaleza", da "Declaração da Reunião de Ministros de Justiça do MERCOSUL e Estados Associados sobre as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, bem como das "Recomendações da Reunião de Ministros de Justiça sobre Políticas Públicas de Promoção de Acesso à Justiça e Intercâmbio de Boas Práticas do MERCOSUL e Estados Associados".

Do mesmo modo, o CMC tomou nota da "Declaração de Fortaleza em Matéria de Tráfico de Pessoas nos Estados Membros e Associados do MERCOSUL", assinada em conjunto com os Ministros do Interior.

- Reunião de Ministros do Meio Ambiente

O CMC tomou nota dos resultados da XVI Reunião de Ministros do Meio Ambiente, realizada em 30 de novembro de 2012, em Brasília.

- Reunião de Ministros de Turismo

O CMC tomou nota da realização da XII Reunião de Ministros de Turismo do MERCOSUL, realizada em 7 de dezembro de 2012, em São Luis do Maranhão.

- Reunião de Ministros do Trabalho

O CMC tomou nota dos resultados da Reunião de Ministros de Trabalho, realizada em Porto Alegre, no dia 30 de novembro de 2012.

O CMC tomou nota da "Declaração dos Ministros do Trabalho dos Estados Partes do MERCOSUL".

- Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL

A PPTB informou sobre os resultados da II Reunião Ordinária de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL, realizada em Brasília, entre os dias 3 e 5 de dezembro de 2012.

O CMC tomou nota da identificação das áreas prioritárias para a elaboração e definição dos componentes do "Projeto de Gênero, Pobreza e Desenvolvimento", a saber: Trabalho Doméstico; Políticas de Cuidado; Trabalho Rural; e Economia Social.

- Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social

A PPTB informou sobre os resultados da XXIII Reunião Ordinária de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social, celebrada em Brasília, no dia 30 de novembro de 2012.

- Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL

O CMC tomou nota dos resultados da VI CCMASM, realizada no dia 30 de novembro, em Brasília, em particular da solicitação dos Ministros que o FOCEM contemple as especificidades dos projetos sociais regionais que se desenvolvam no marco do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS). Tomou nota, ainda, que essa solicitação conta com o apoio de Reuniões de Ministros da área social do MERCOSUL.

- Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos

A PPTB informou sobre os resultados da XXII Reunião Ordinária e da IV Reunião Extraordinária de Altas Autoridades em Direitos Humanos (RAADH), realizadas em Porto Alegre e em Brasília, nos dias 5 e 6 de setembro de 2012 e de 28 a 30 de novembro de 2012, respectivamente.

- Grupo de Alto Nível Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego

A PPTB informou sobre o resultado da XIV Reunião do Grupo de Alto Nível Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego (GANEMPLE), realizada no dia 29 de novembro, em Porto Alegre.

9. RELACIONAMENTO COM OS ESTADOS ASSOCIADOS

O CMC e os Ministros dos Estados Associados analisaram os avanços registrados durante o semestre nas dimensões econômica, política, social e cidadã, ressaltando seus impactos positivos na geração de emprego e renda na região e no desenvolvimento econômico com justiça e inclusão social.

10. RELATÓRIO DO FORO DE CONSULTA E CONCERTAÇÃO POLÍTICA

O Coordenador Nacional do Foro no exercício da PPT apresentou o relatório dos trabalhos realizados pelo FCCP durante o semestre corrente.

11. PARTICIPAÇÃO DA GUIANA E SURINAME

O CMC saudou a participação dos Chanceleres da Guiana e Suriname e sublinhou a aprovação da Decisão CMC Nº 57/12 "Participação da República Cooperativista da Guiana e da República do Suriname no MERCOSUL" (**Anexo II**).

12. ZONAS FRANCAS

Aprovou-se a Decisão CMC Nº 63/12 "Condições de Acesso no Comércio Bilateral Brasil-Uruguaí para Produtos Provenientes da Zona Franca de Manaus e das Zonas Francas de Colônia e Nova Palmira" (**Anexo II**).

O CMC tomou nota da conformação de um Grupo de Trabalho bilateral entre Argentina e Uruguaí que revisará os termos da Decisão CMC Nº 01/03. A delegação argentina manifestou seu interesse em incrementar a quota anual outorgada por Uruguaí para as exportações dos produtos originários e procedentes da Área Aduaneira Especial da Terra do Fogo. O Grupo de Trabalho realizará sua primeira reunião no primeiro trimestre de 2013 em sede a ser confirmada, com a expectativa de culminar seus trabalhos durante o primeiro semestre de 2013.

13. PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS

O CMC saudou a participação dos representantes das seguintes organizações: Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Corporação Andina de Fomento (CAF); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

ANEXOS:


Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I	Agenda
Anexo II	Decisões CMC
Anexo III	MERCOSUL/XLIV CMC/DI N° 06/12 Relatório do Coordenador Nacional do Grupo Mercado Comum em exercício da Presidência <i>Pro Tempore</i>
Anexo IV	MERCOSUL/ XLIV CMC/DI N° 07/12 Relatório do Alto Representante-Geral do MERCOSUL
Anexo V	MERCOSUL/ XLIV CMC/DI N° 08/12 Relatório do Foro Consultivo Económico Social (FCES)
Anexo VI	MERCOSUL/ XLIV CMC/DI N° 09/12 Resultados do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR)
Anexo VII	Projeto de Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes
Anexo VIII	Projeto de Comunicado Conjunto e Declarações de Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados
Anexo IX	MERCOSUL/ XLIV CMC/DI N° 10/12 Relatório Semestral de Atividades da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM)
Anexo X	RESERVADO – MERCOSUL/ XLIV CMC/DI N° 11/12 Cronograma para 1187 normas, que correspondem ao conjunto da normativa apresentado pela Delegação da Venezuela


 Pela Delegação da Argentina
 Héctor Timerman


 Pela Delegação do Brasil
 Antonio de Aguiar Patriota


 Pela Delegação do Uruguai
 Luis Almagro


 Pela Delegação da Venezuela
 Verónica Guerrero

PRINCIPAIS DECISÕES

MERCOSUL/CMC/DEC. N° 68/12

PROCESSO DE ADESÃO DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA AO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile e as Decisões N° 28/05 e 01/07 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que, em carta do Presidente Evo Morales à Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL de 21 de dezembro de 2006, o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia manifestou sua disposição de iniciar os trabalhos que permitam sua incorporação como Estado Parte do MERCOSUL;

Que o MERCOSUL acolheu favoravelmente a disposição do Estado Plurinacional da Bolívia de iniciar os trabalhos com vistas à sua plena incorporação ao MERCOSUL e que, por ocasião da XXXII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, foi adotada a Decisão CMC N° 01/07, pela qual se criou o Grupo de Trabalho *Ad Hoc* para a Incorporação da Bolívia ao MERCOSUL;

Que, ao amparo desse processo, foram realizadas em 2007 duas reuniões do referido GT *Ad Hoc*, com vistas à plena incorporação do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL;

Que, por ocasião da XLI Reunião Ordinária do CMC, os Estados Partes do MERCOSUL reiteraram o convite ao Estado Plurinacional da Bolívia para aprofundar sua relação com o MERCOSUL;

Que a adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL contribuirá para a consolidação do processo de integração da América do Sul, com base no reforço mútuo e convergência dos diferentes esforços e mecanismos sub-regionais de integração;

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1° – Aprovar o texto do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL, o qual consta como Anexo a presente Decisão.

Art. 2° – O Conselho do Mercado Comum recomenda aos Estados Partes do MERCOSUL a assinatura do Protocolo a que faz referência o artigo 1 da presente Decisão.

Art. 3º – Até a entrada em vigor do mencionado Protocolo, o Estado aderente poderá participar das reuniões dos órgãos e foros do MERCOSUL, com direito a voz.

Art. 4º – Dar por finalizado o mandato do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* criado pela Decisão CMC N° 01/07, o qual será substituído pelo mandato que o mencionado Protocolo de Adesão designa o Grupo de Trabalho criado no artigo 12 do referido instrumento.

Art. 5º – Realizar a primeira reunião do Grupo de Trabalho criado no Artigo 12 do mencionado Protocolo de Adesão, no mais tardar na última semana de fevereiro de 2013.

Art. 6º – Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XLIV CMC – Brasília, 06/XII/12.

PROTOCOLO DE ADESÃO DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA AO MERCOSUL

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República Oriental do Uruguai, a República Bolivariana da Venezuela e o Estado Plurinacional da Bolívia, doravante as Partes:

REAFIRMANDO os princípios e objetivos do Tratado de Montevideu de 1980 e do Tratado de Assunção de 1991;

CONSIDERANDO o “Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no MERCOSUL, na República da Bolívia e na República do Chile” de 1998 e a “Decisão sobre a Suspensão do Paraguai do MERCOSUL em Aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL” de 2012;

REAFIRMANDO a importância da adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL para a consolidação do processo de integração da América do Sul, com base no reforço mútuo e convergência dos diferentes esforços e mecanismos sub-regionais de integração;

CONSIDERANDO que o processo de integração deve ser um instrumento para promover o desenvolvimento integral, enfrentar a pobreza e a exclusão social, baseado na complementação, na solidariedade, na cooperação e na busca de mitigação de assimetrias;

RECORDANDO que, em carta do Presidente Evo Morales à Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL de 21 de dezembro de 2006, o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia manifestou sua disposição de iniciar os trabalhos para sua incorporação como Estado Parte do MERCOSUL;

DESTACANDO que o MERCOSUL acolheu favoravelmente a disposição do Estado Plurinacional da Bolívia de iniciar os trabalhos com vistas à sua plena incorporação ao MERCOSUL e que, por ocasião da XXXII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, foi adotada a Decisão CMC Nº 01/07, de 18/1/07, pela qual se criou o Grupo de Trabalho *Ad Hoc* para a Incorporação da Bolívia ao MERCOSUL;

ASSINALANDO que, ao amparo desse processo, foram realizadas em 2007 duas reuniões do referido GT *Ad Hoc*, com vistas à plena incorporação do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL;

RESSALTANDO que, por ocasião da XLI Reunião Ordinária do CMC, os Estados Partes do MERCOSUL reiteraram o convite ao Estado Plurinacional da Bolívia para aprofundar sua relação com o MERCOSUL;

TENDO EM VISTA que o Estado Plurinacional da Bolívia desenvolverá sua integração no MERCOSUL conforme os compromissos emanados deste Protocolo, sob os princípios da gradualidade, flexibilidade e equilíbrio, o reconhecimento das assimetrias e do tratamento diferenciado, assim como dos princípios de segurança alimentar, meios de subsistência e desenvolvimento rural integral.

ACORDAM:

ARTIGO 1

O Estado Plurinacional da Bolívia adere ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto, ao Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, ao Protocolo Modificativo ao Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, ao Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL, e ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, que constam como anexos I, II, III, IV, V e VI, respectivamente, nos termos estabelecidos no Artigo 20 do Tratado de Assunção.

As Partes se comprometem a realizar as modificações na normativa MERCOSUL necessárias para a aplicação do presente Protocolo.

ARTIGO 2

O mecanismo de solução de controvérsias estabelecido no Protocolo de Olivos e em seu Protocolo Modificativo se aplicará às controvérsias nas quais o Estado Plurinacional da Bolívia esteja envolvido, relativas às normas que referida Parte haja incorporado a seu ordenamento jurídico interno.

ARTIGO 3

O Estado Plurinacional da Bolívia adotará, gradualmente, o acervo normativo vigente do MERCOSUL, no mais tardar em quatro (4) anos contados a partir da data de entrada em vigência do presente instrumento. Para tanto, o Grupo de Trabalho criado no Artigo 12 deste Protocolo estabelecerá o cronograma de adoção da referida normativa.

As normas MERCOSUL que, na data da entrada em vigor do presente instrumento, estiverem em trâmite de incorporação, entrarão em vigência com a incorporação ao ordenamento jurídico interno dos demais Estados Partes do MERCOSUL. A incorporação pelo Estado Plurinacional da Bolívia de tais normas realizar-se-á nos termos do parágrafo anterior.

ARTIGO 4

No mais tardar em quatro (4) anos, contados a partir da data da entrada em vigência do presente instrumento, o Estado Plurinacional da Bolívia adotará a

Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), a Tarifa Externa Comum (TEC) e o Regime de Origem do MERCOSUL. Para esse fim, tendo em conta o Artigo 5, o Grupo de Trabalho criado no Artigo 12 deste Protocolo estabelecerá o cronograma de adoção da TEC, contemplando as exceções de acordo com as normas vigentes do MERCOSUL, buscando preservar e aumentar a produtividade de seus setores produtivos.

ARTIGO 5

No processo de incorporação do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL, será levada em consideração a necessidade de estabelecer instrumentos que promovam a mitigação de assimetrias entre os Estados Partes, de forma a favorecer um desenvolvimento econômico relativo equilibrado no MERCOSUL e assegurar um tratamento não menos favorável que o vigente entre as Partes.

ARTIGO 6

As Partes acordam alcançar o livre comércio recíproco a partir da data de entrada em vigência do presente Protocolo, considerando o disposto no Artigo 7.

ARTIGO 7

No mais tardar em quatro (4) anos, contados a partir da data de entrada em vigência deste Protocolo, ficarão sem efeito entre as Partes o disposto no Acordo de Complementação Econômica Nº 36 e no Acordo de Comércio e Complementaridade Econômica entre a República Bolivariana da Venezuela e o Estado Plurinacional da Bolívia.

ARTIGO 8

O Grupo de Trabalho criado no Artigo 12 deste Protocolo definirá as condições a serem negociadas com terceiros países ou grupos de países para a adesão do Estado Plurinacional da Bolívia aos instrumentos internacionais e acordos celebrados pelos demais Estados Partes com aqueles, no âmbito do Tratado de Assunção.

ARTIGO 9

As Partes acordam que, a partir da assinatura do presente Protocolo, e até a data de sua entrada em vigor, o Estado Plurinacional da Bolívia integrará a Delegação do MERCOSUL nas negociações com terceiros.

ARTIGO 10

Com vistas ao aprofundamento do MERCOSUL, as Partes reafirmam seu compromisso de trabalhar conjuntamente para identificar e aplicar medidas destinadas a impulsionar a inclusão social e assegurar condições de vida digna para seus povos.

ARTIGO 11

A partir da data da entrada em vigência do presente Protocolo, o Estado Plurinacional da Bolívia adquirirá a condição de Estado Parte e participará com todos os direitos e obrigações do MERCOSUL, de acordo com o Artigo 2 do Tratado de Assunção e nos termos do presente Protocolo.

ARTIGO 12

A fim de desenvolver as tarefas previstas no presente Protocolo, cria-se um Grupo de Trabalho integrado por representantes das Partes. O Grupo de Trabalho deverá concluir tais tarefas no mais tardar em um prazo de cento e oitenta (180) dias a partir da data de sua primeira reunião.

ARTIGO 13

O presente Protocolo, instrumento adicional ao Tratado de Assunção, entrará em vigência no trigésimo dia contado a partir da data de depósito do último instrumento de ratificação.

A Secretaria do MERCOSUL será a depositária provisória do presente Protocolo e dos respectivos instrumentos de ratificação.

O depositário deverá notificar às Partes a data dos depósitos dos instrumentos de ratificação e da entrada em vigor do Protocolo, bem como enviar cópia devidamente autenticada do mesmo.

O presente Protocolo está aberto a posterior adesão das Partes Signatárias do Tratado de Assunção.

FEITO na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e doze em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

SISTEMA INTEGRADO DE MOBILIDADE DO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile e as Decisões Nº 33/04, 24/08, 64/10, 05/11, 06/11, 12/11 e 20/11 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a consolidação de um sistema de mobilidade em educação no MERCOSUL está de acordo com as metas do “Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL”, aprovado pela Decisão CMC Nº 64/10, e com os objetivos do “Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)”, aprovado pela Decisão CMC Nº 12/11.

Que o “Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM)”, aprovado pela Decisão CMC Nº 20/11, define, como objetivo estratégico, promover e fortalecer os programas de mobilidade de estudantes, estagiários, docentes, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais.

Que a Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, adotada em 28 de junho de 2012, destacou a necessidade de impulsionar a mobilidade de estudantes, docentes e investigadores no MERCOSUL, por meio de programa de bolsas em áreas prioritárias e da facilitação de estudos acadêmicos.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1º – Criar o Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIMERCOSUL).

Art. 2º – O Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL aperfeiçoará, ampliará e articulará as iniciativas de mobilidade acadêmica em educação no âmbito do MERCOSUL e será desenvolvido no âmbito do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) sob coordenação da Reunião de Ministros da Educação (RME).

Art. 3º - O Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL será constituído, prioritariamente, em educação universitária, pelos seguintes módulos:

- a) mobilidade de estudantes e docentes para cursos de graduação acreditados;
- b) mobilidade de estudantes e docentes para cursos não-acreditados;
- c) convocatórias para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas entre programas de pós graduação.

Art. 4º - A mobilidade de estudantes e docentes para cursos de graduação acreditados será realizada no marco do “Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para os Cursos Acreditados pelo Mecanismo de Acreditação de Cursos de Graduação do MERCOSUL (MARCA)”, acordado no âmbito de Reunião de Ministros de Educação.

Art. 5º - O Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL deverá impulsionar os mecanismos e programas existentes que contribuam para estimular o aprendizado do espanhol e do português no MERCOSUL, nas diferentes Comissões Regionais de Área.

Art. 6º - Instruir a Reunião de Ministros da Educação a elevar a consideração do último CMC de 2013 plano detalhado de funcionamento do Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL, que deverá contemplar, entre outros, cronograma de execução das atividades do SIMERCOSUL, bem como determinar a fonte de recursos para seu financiamento.

Poderão ser contemplados recursos do FOCEM para o financiamento do referido Sistema.

Art. 7º - Uma vez aprovado o plano de funcionamento do SIMERCOSUL previsto no art. 6º, o GMC poderá instruir o SGT Nº 2 a elaborar, em coordenação com o Comitê Coordenador Regional do SEM (CCR), um Projeto de Resolução para a eventual criação de uma Unidade Técnica de Educação, com a finalidade de gerir, administrar e centralizar o referido sistema.

A Unidade Técnica de Educação seria financiada pelo orçamento da SM e estaria subordinada à instância do SEM, designada pela RME, como responsável pelo acompanhamento do SIMERCOSUL.

Art. 8º – Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XLIV CMC – Brasília, 06/XII/12.

**REGULAMENTO DO FUNDO MERCOSUL DE GARANTIAS PARA MICRO,
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile e as Decisões Nº 22/07, 12/08, 13/08, 41/08, 42/08, 56/10, 32/11 e 17/12 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a Decisão CMC Nº 41/08 criou o Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas (Fundo de Garantias), destinado a garantir operações de crédito para as micro, pequenas e médias empresas vinculadas a atividades de integração produtiva no MERCOSUL.

Que no marco dos trabalhos realizados pelo Grupo Ad Hoc Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (GAHFOPYME) constatou-se a necessidade de efetuar modificações a normativa MERCOSUL aplicável à matéria.

Que, em cumprimento Decisão CMC Nº 17/12, o GAHFOPYME elaborou proposta de Regulamento do Fundo de Garantias.

Que com o Fundo de Garantias se busca estimular a complementaridade produtiva do MERCOSUL, contribuindo para o incremento da competitividade dos distintos setores econômicos dos Estados Partes.

Que o Fundo de Garantias representa uma resposta aos objetivos compartilhados pelos Estados Partes de facilitar o acesso ao crédito para empresas de pequeno porte e estimular sua integração às cadeias produtivas regionais.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM

DECIDE:

Art. 1º - Aprovar o “Regulamento do Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas”, que consta como Anexo e faz parte da presente Decisão.

Art. 2º - Revogar os Artigos 2, 3, 4 e 5 da Decisão CMC Nº 41/08, o Artigo 1º da Decisão CMC Nº 17/12 e a Decisão CMC Nº 42/08.

Art. 3º - Substituir o Artigo 1º da Decisão CMC Nº 41/08 pelo seguinte texto:

“Criar o Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas destinado a garantir operações de crédito contratadas por micro, pequenas e médias empresas sediadas no território dos Estados Partes vinculadas a atividades de integração produtiva.”

Art. 4º - O Fundo de Garantias terá duração de dez anos, contados a partir do início de suas operações. Cumprido esse prazo, será renovado automaticamente, por igual período, a menos que um Estado Parte comunique, com pelo menos sessenta (60) dias de antecedência, a decisão de não renovar o prazo do Fundo.

Art. 5º - Na hipótese de sua não-renovação prevista no artigo anterior, o Fundo de Garantias continuará em funcionamento exclusivamente para honrar as garantias e refianças a operações já contratadas, ficando vedada a possibilidade da contratação de novas operações ou renovação das existentes.

Art. 6º - A incorporação desta norma ao ordenamento jurídico da República Bolivariana da Venezuela está sujeita à adoção das normas correspondentes a que se refere o Artigo 3º do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela nos termos e prazos dos cronogramas definidos pelo Grupo de Trabalho Ad Hoc criado pela Decisão CMC Nº 12/07, sem afetar a vigência simultânea para os demais Estados Partes, conforme o Artigo 40 do Protocolo de Ouro Preto.

Art. 7º - Esta Decisão deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes.

XLIV CMC – Brasília, 06/XII/12.

FUNDO DE PROMOÇÃO DAS COOPERATIVAS DO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O TRATADO DE ASSUNÇÃO, O PROTOCOLO DE OURO PRETO, O PROTOCOLO DE USHUAIA SOBRE COMPROMISSO DEMOCRÁTICO NO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE E A RESOLUÇÃO N° 35/01 DO GRUPO MERCADO COMUM.

CONSIDERANDO:

Que a Resolução GMC N° 35/01 criou a Reunião Especializada de Cooperativas (RECM) com a finalidade de desenvolver projetos nessa área, especialmente no referente à harmonização de aspectos legislativos, à complementação de atividades produtivas e/ou de serviços, à harmonização de políticas públicas do Setor Cooperativo e à promoção da liberdade de circulação e instalação das Cooperativas na região.

QUE AS COOPERATIVAS DESEMPENHAM IMPORTANTE PAPEL PARA O APROFUNDAMENTO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.

Que é necessário estabelecer mecanismos para o fomento e financiamento de iniciativas que promovam a integração de cooperativas no MERCOSUL.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1º – Criar o Fundo de Promoção das Cooperativas do MERCOSUL (FCOOP MERCOSUL) com o propósito de financiar projetos e programas que fomentem a integração das cooperativas dos Estados Partes do MERCOSUL.

Art. 2º – O Fundo de Promoção das Cooperativas do MERCOSUL estará aberto à participação dos Estados Associados por meio da negociação de acordos, nos termos da normativa MERCOSUL correspondente.

Art. 3º – Aprovar o Regulamento do FCOOP MERCOSUL, que consta como Anexo e faz parte da presente Decisão.

Art. 4º – Esta Decisão deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes.

XLIV CMC – Brasília, 06/XII/12.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile e a Decisão Nº 65/10 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que o aprofundamento da dimensão social do MERCOSUL é condição para o fortalecimento do processo de integração regional.

Que as Cúpulas Sociais do MERCOSUL, organizadas pelos pontos focais do programa “SOMOS MERCOSUL” desde 2006, constituem espaço privilegiado da participação social nos temas da integração.

Que é conveniente assegurar a periodicidade da Cúpula Social, bem como sua vinculação com os órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM

DECIDE:

Art. 1º – A Cúpula Social do MERCOSUL deverá ser realizada semestralmente e sua organização será responsabilidade da Presidência Pro Tempore, em coordenação com os demais Estados Partes e o Coordenador da Unidade de Apoio à Participação

Social. Para tanto, cada Estado Parte deverá designar um ponto focal titular e um alterno.

Art. 2º – Os resultados da Cúpula Social serão apresentados na primeira reunião ordinária do Grupo Mercado Comum que se realize depois da Cúpula Social. O GMC enviará tais resultados às instâncias da estrutura institucional do MERCOSUL competentes na matéria.

Art. 3º – Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XLIV CMC - Brasília, 06/XII/12.

ACORDO ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ASSOCIADOS SOBRE JURISDIÇÃO INTERNACIONALMENTE COMPETENTE, LEI APLICÁVEL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA DE MATRIMÔNIO, RELAÇÕES PESSOAIS ENTRE OS CÔNJUGES, REGIME MATRIMONIAL DE BENS, DIVÓRCIO, SEPARAÇÃO CONJUGAL E UNIÃO NÃO MATRIMONIAL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile e as Decisões N° 18/04 e 28/04 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que, no Tratado de Assunção, os Estados Partes assumem o compromisso de harmonizar suas legislações em áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Que é necessário evitar conflitos entre seus sistemas legais relativos à jurisdição, à lei aplicável e à cooperação internacional em diferentes matérias, entre as quais se destacam as questões de família, atento à repercussão social de sua regulamentação.

Que é necessário melhorar a proteção do matrimônio, das relações pessoais entre os cônjuges, do regime patrimonial de bens, divórcio, separação conjugal e união não matrimonial em situações internacionais.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM

DECIDE:

Art. 1° - Aprovar o texto do “Acordo entre os Estados Partes do MERCOSUL e Associados sobre jurisdição internacionalmente Competente, lei aplicável e cooperação jurídica internacional em matéria de matrimônio, relações pessoais entre os cônjuges, regime matrimonial de bens, divórcio, separação conjugal e união não matrimonial”, entre os Estados Partes do MERCOSUL e o Estado Plurinacional de Bolívia, que consta como Anexo à presente Decisão.

Art. 2º.- O Conselho do Mercado Comum recomenda aos Estados Partes do MERCOSUL a assinatura do Acordo mencionado no artigo anterior .

Art. 3º - A vigência do Acordo em Anexo se regirá pelo que estabelecer seu artigo 16.

Art. 4º- A presente Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes.

XLIV CMC – Brasília, 06/XII/12.

**ACORDO ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS SOBRE
JURISDIÇÃO INTERNACIONALMENTE COMPETENTE, LEI APLICÁVEL E COOPERAÇÃO JURÍDICA
INTERNACIONAL EM MATÉRIA DE MATRIMÔNIO, RELAÇÕES PESSOAIS ENTRE OS CÔNJUGES,
REGIME MATRIMONIAL DE BENS, DIVÓRCIO, SEPARAÇÃO CONJUGAL E UNIÃO NÃO
MATRIMONIAL**

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela, na qualidade de Estados Partes do MERCOSUL, e o Estado Plurinacional da Bolívia, em sua qualidade de Estado Associado do MERCOSUL, são Partes do presente Acordo.

Considerando o Protocolo de Ushuaia de 24 de julho de 1998 e a “Decisão sobre a suspensão do Paraguai no MERCOSUL em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático”, de 29 de junho de 2012;

Considerando que, no Tratado de Assunção, os Estados Partes assumem o compromisso de harmonizar suas legislações em áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração;

Entendendo a necessidade de evitar conflitos entre seus sistemas legais relativos à jurisdição, à lei aplicável e à cooperação internacional em diferentes matérias, entre as quais se destacam as questões de família, tendo em vista a repercussão social de sua regulamentação;

Reconhecendo a necessidade de melhorar a proteção do matrimônio, das relações pessoais entre os cônjuges, do regime patrimonial de bens, divórcio, separação conjugal e união não matrimonial em situações internacionais;

Conscientes da importância que reveste para o processo de integração a adoção de instrumentos comuns que consolidem a segurança jurídica;

Advertidos que a regulamentação internacional destas matérias merece o estabelecimento de um regime especial;

Reafirmando que a cooperação jurídica internacional representa um pilar da integração;

ACORDAM:

OBJETO

Artigo 1º – O presente Acordo tem como objeto a determinação da jurisdição internacionalmente competente, a lei aplicável e a cooperação jurídica internacional em matéria de matrimônio, relações pessoais entre os cônjuges, regime matrimonial de bens, divórcio, separação conjugal e união não matrimonial.

DEFINIÇÕES

Artigo 2º – Para os fins do presente Acordo se entende por:

a) “União não matrimonial”: uniões de convivência estáveis, permanentes, civis ou qualquer outra denominação, registradas ou reconhecidas por cada uma das Partes e estabelecidas livremente por duas pessoas, independentemente de sexo ou orientação sexual, que convivam em uma relação afetiva estável, permanente, notória e pública, respeitando a legislação interna de cada país.

b) “Domicílio”: o Estado onde a pessoa física tem residência habitual e, subsidiariamente, onde se encontra o principal lugar de seus negócios. Na ausência dessas circunstâncias, será tido como domicílio a simples residência.

c) “Domicílio Conjugal”: o Estado onde os cônjuges vivem juntos ou aquele onde ambos têm domicílios próprios. Fora desses casos, não existe domicílio conjugal e cada um irá fixar o próprio domicílio em conformidade ao estabelecido na alínea “b” deste artigo.

d) “Primeiro domicílio conjugal”: o Estado onde os cônjuges se estabeleceram com ânimo de fixar residência imediatamente após celebrado o casamento.

e) “Último domicílio conjugal”: o Estado da última convivência efetiva dos cônjuges.

JURISDIÇÃO

Artigo 3º – Serão competentes para atender em juízos sobre nulidade de matrimônio, divórcio, separação conjugal e as relações pessoais e patrimoniais entre os cônjuges:

I. Os juízes do domicílio conjugal;

II. Na falta desse, à opção do autor, os juízes do último domicílio conjugal, sempre que se domicilie no mesmo algum dos cônjuges, ou os juízes do domicílio do autor ou do demandado.

Não obstante o disposto anteriormente, para resolver as questões que surjam entre os cônjuges que afetem os bens matrimoniais em matéria de estrito caráter real serão competentes os juízes do lugar onde estão localizados estes bens.

Artigo 4º - Serão competentes para atender em juízos sobre nulidade e dissolução das uniões não matrimoniais e relações patrimoniais vinculadas, à opção do autor:

I. Os juízes do Estado de reconhecimento ou registro da união;

II. Os juízes do domicílio do demandado; ou

III. Os juízes do domicílio do autor.

Não obstante o disposto anteriormente, para resolver as questões que surjam entre os conviventes que afetem os bens em matéria de estrito caráter real serão competentes os juízes do lugar onde estão localizados estes bens.

Artigo 5º – Serão competentes para atender as ações referentes aos efeitos pessoais das uniões não matrimoniais, os juízes do Estado Parte onde se pretendam fazer valer.

Artigo 6º – Serão competentes para adotar medidas de urgência relativas às relações pessoais entre os cônjuges ou companheiros, os juízes do Estado Parte onde o autor se encontre.

LEI APLICÁVEL

MATRIMÔNIO

Artigo 7º – A lei do lugar de celebração do matrimônio entre duas pessoas de distinto ou mesmo sexo rege-se pela capacidade dessas pessoas para contraí-lo, assim como a forma, a existência e a validade do ato matrimonial.

Entretanto, o reconhecimento do matrimônio celebrado entre pessoas do mesmo sexo não será obrigatório para o Estado Parte onde se pretende fazê-lo valer, se seu ordenamento jurídico não o admitir.

UNIÕES NÃO MATRIMONIAIS

Artigo 8º - A lei do lugar de reconhecimento ou registro das uniões não matrimoniais entre duas pessoas de distinto ou mesmo sexo rege a capacidade das pessoas para constituí-las, sua forma, existência e validade, assim como a sua dissolução.

Os efeitos derivados dessas uniões não matrimoniais regem-se pela lei do Estado onde se pretendam fazer valer.

Entretanto, o reconhecimento das uniões não matrimoniais celebradas entre pessoas do mesmo sexo não será obrigatório para o Estado Parte onde se pretende fazê-lo valer, se seu ordenamento jurídico não o admitir.

RELAÇÕES PESSOAIS ENTRE OS CÔNJUGES

Artigo 9º – As relações pessoais entre os cônjuges regem-se pela lei do domicílio conjugal. Na ausência desse, as mencionadas relações se regem pela lei do último domicílio conjugal, sempre que permaneçam no mesmo algum dos cônjuges. Caso contrário, regem-se pela lei do lugar de celebração do matrimônio.

REGIME MATRIMONIAL DE BENS

Artigo 10 - O regime matrimonial de bens se rege pelas convenções matrimoniais e estas, pela lei do Estado onde essas se outorguem.

Na ausência de Convenção, o regime matrimonial de bens se rege pela lei do primeiro domicílio conjugal.

À falta de primeiro domicílio conjugal ou sendo impossível determiná-lo, o regime matrimonial de bens se rege pela lei do Estado de celebração do matrimônio.

A lei que resulte aplicável em virtude das normas anteriores rege em tudo o que, em matéria de estrito caráter real, não esteja proibido pela lei do lugar em que os bens se situam.

A mudança de domicílio não altera a lei aplicável para reger as relações dos cônjuges em relação aos bens, sejam eles adquiridos antes ou depois da mudança.

SEPARAÇÃO CONJUGAL E DIVÓRCIO

Artigo 11 – A separação conjugal e o divórcio se regem:

I. Pela lei do domicílio conjugal;

II. À falta desse, pela lei do Estado do último domicílio conjugal, sempre que nele se domicilie algum dos cônjuges;

III. Na ausência das anteriores, a lei do Estado do domicílio do autor ou do demandado, à opção do juiz competente.

APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA E ORDEM PÚBLICA

Artigo 12 – A lei que resulte aplicável em virtude das disposições do presente Acordo deverá ser aplicada de ofício e interpretada de mesmo modo como fariam os tribunais do Estado a cujo ordenamento jurídico pertence.

Os tribunais somente poderão declará-la inaplicável quando contrariem manifestamente princípios fundamentais da ordem pública internacional do Estado onde se pretende fazer valer.

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Artigo 13 - A cooperação jurídica internacional a que se dá lugar neste Instrumento tramitará conforme o previsto nos Acordos de Cooperação e Assistência Jurisdicional em matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados

Associados e no Protocolo sobre Medidas Cautelares ou outras normas mais favoráveis na matéria.

Artigo 14 - Para o reconhecimento e a execução das sentenças nas matérias reguladas pelo presente Instrumento, a jurisdição internacional requerida pelo artigo 20, inciso “a” alínea c, dos Acordos sobre Cooperação e Assistência Jurisdicional em matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados ficará submetido ao estabelecido nos artigos 3 a 6 do presente Acordo.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artículo 15 - As controvérsias que surjam sobre a interpretação, a aplicação, ou o não cumprimento das disposições compreendidas no presente Acordo entre os Estados Partes do MERCOSUL serão resolvidas pelo sistema de solução de controvérsias vigente no MERCOSUL.

As controvérsias que surjam sobre a interpretação, aplicação ou não cumprimento das disposições compreendidas no presente Acordo, entre um ou mais Estados Partes do MERCOSUL e um ou mais Estados Associados serão resolvidos pelo sistema de solução de controvérsias previsto entre as Partes envolvidas na controvérsia.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16 - O presente Acordo estará aberto à adesão dos Estados Associados do MERCOSUL.

Artigo 17 - O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias depois do depósito do último instrumento de ratificação dos Estados Partes do MERCOSUL signatários deste. Na mesma data entrará em vigor para os Estados Associados que o tiverem ratificado anteriormente. Para os Estados Associados que não o tiverem ratificado anteriormente a essa data, o Acordo entrará em vigor no mesmo dia em que se deposite o respectivo instrumento de ratificação.

Os direitos e obrigações derivados do Acordo apenas se aplicam aos Estados que o tenham ratificado.

Artigo 18 - O presente Acordo não derrogará as disposições das Convenções vigentes entre alguns dos Estados que contemplem aspectos não previstos neste texto.

Artigo 19 - A Secretaria do MERCOSUL será a depositária provisória do presente Acordo e dos respectivos instrumentos de ratificação.

O depositário deverá notificar as Partes a data dos depósitos dos instrumentos de ratificação e da entrada em vigor do Acordo, bem como enviar cópia devidamente autenticada do mesmo.

FEITO em Brasília, República Federativa do Brasil, aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e doze, em um original, nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

